



UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
IP - Instituto de Psicologia
Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

YVONNE ELSA LEVIGARD

**O PERFUME E A NÁUSEA: DILEMAS NO COTIDIANO DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE FLORES**

Rio de Janeiro

2010

YVONNE ELSA LEVIGARD

**O PERFUME E A NÁUSEA: DILEMAS NO COTIDIANO DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE FLORES**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa EICOS,
Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos necessários para
obtenção do grau de Doutora em Psicossociologia de
Comunidades e Ecologia Social

Orientadora: Prof. Dra. Ruth Machado Barbosa

Rio de Janeiro

2010

L664 Levigard, Yvonne Elsa

O perfume e a náusea: dilemas no cotidiano dos agricultores familiares de flores / Yvonne Elsa Levigard. - Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
119 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia / Programa EICOS, 2010.

Orientadora: Ruth Machado Barbosa

1. Agricultura familiar – Vargem Alta (Nova Friburgo, RJ). 2. Floricultura. 3. Agrotóxicos. 4. Sustentabilidade. I. Barbosa, Ruth Machado.
II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD 338.1

FOLHA DE APROVAÇÃO

YVONNE ELSA LEVIGARD

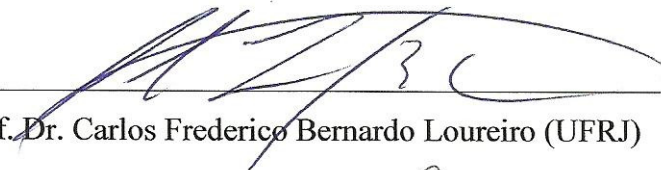
O PERFUME E A NÁUSEA: DILEMAS NO COTIDIANO DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE FLORES

Tese de Doutorado apresentada ao Programa EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

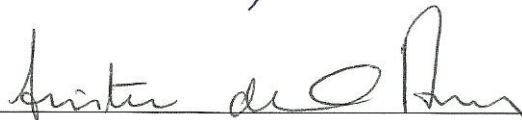
Rio de Janeiro, 24 de JUNHO de 2010



Prof. Dra. Ruth Machado Barbosa (UFRJ)



Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro (UFRJ)



Prof. Dra. Cristina de Albuquerque Possas (Ministério da Saúde)



Prof. Dra. Maria Lúcia Rocha-Coutinho (UFRJ)



Prof. Dr. Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos (UERJ)

Rio de Janeiro

2010

Aos meus pais Jaques e Frieda, que com sua vivência de imigrantes me contaram muitas histórias e despertaram o meu interesse pelo conhecimento dos fatos.

Aos meus filhos Julio e Susana, que me incentivaram nos estudos e na busca de um novo caminho.

AGRADECIMENTOS

À Professora Ruth Machado Barbosa, que me acolheu sob sua orientação e me acompanhou em todas as fases da reflexão e da estruturação do trabalho.

Aos agricultores de flores de Vargem Alta, no Município de Nova Friburgo, que participaram desta pesquisa.

À Carmem e ao Ricardo, que na Secretaria do Programa EICOS/UFRJ me orientaram nos trâmites burocráticos.

Às professoras Cristina de Albuquerque Possas e Maria José Carneiro e aos Professores Leon Rabinovitch e Raimundo Nonato Santos pela interlocução e contribuição científica.

À Cátia, que me auxiliou efetivamente na tradução de textos.

À Susana, Julio, Decira e Ronaldo que me ajudaram de forma decisiva nesta trajetória.

RESUMO

LEVIGARD, Yvonne Elsa. E. *O Perfume e a Náusea: dilemas no cotidiano dos agricultores familiares de flores*. Rio de Janeiro. 2010. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010

A produção de flores e plantas ornamentais é considerada uma atividade econômica de alto valor agregado e forte cunho social, pois implica em grande absorção de mão-de-obra, sobretudo familiar e permanente. Por isso, no Brasil, esta atividade ganhou destaque e incentivo nas políticas voltadas para a agricultura familiar na década de 1990. A floricultura pode vir a possibilitar um importante processo de diferenciação social para o agricultor, facilitando-lhe o acesso ao crédito agrícola. No entanto, implica no uso intensivo e exposição aos agrotóxicos, além da necessidade de uma infraestrutura básica de acesso ao mercado. A presente pesquisa analisa, sob a perspectiva dos agricultores familiares de flores, os desafios e dilemas encontrados cotidianamente em a sua reprodução social para interagirem com o mercado produtor, atendendo às diretrizes de um modelo político, que tem dentre as suas metas o aumento da produtividade e da renda, e o uso sustentável dos recursos naturais. O estudo foi estruturado a partir da revisão da literatura e de entrevistas com os agricultores. Os dados resultantes das entrevistas foram problematizados, organizados em categorias interpretativas e analisados a fim de discutir o tema proposto nessa pesquisa. As conclusões apontaram para o fato de que parece haver forte associação entre os dilemas dos agricultores familiares de flores e as diretrizes políticas mundiais e nacionais implementadas para o setor desde a década de 1960. Dentre estes dilemas temos: como compatibilizar o uso intensivo de agrotóxicos com o manejo sustentável do solo? Como ser competitivo no mercado se há carência de tecnologias de comunicação e de informação, além de deficiências no sistema viário e na infraestrutura básica de serviços? Ao final, delineamos algumas questões para futuras pesquisas, tais como: o problema do descarte das embalagens de agrotóxicos e dos plásticos que cobrem as estufas de flores; e a dissonância existente nos discursos políticos voltados para os agricultores familiares.

Palavras-chave: Agricultura familiar de flores, cotidiano, agrotóxicos, sustentabilidade.

ABSTRACT

LEVIGARD, Yvonne. Elsa. *Perfume and Nausea: everyday dilemmas faced by the family-based flower farmers* Rio de Janeiro. 2010. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010

The production of flowers and ornamental plants is considered to have a high economic added value and a strong social impact due to its intense labor demand, which is mainly comprised of familiar and permanent producers. Therefore, during the nineties, this activity attracted attention from the Brazilian government which provided public policy incentives for the family-based farming practices. On the economic aspect, the development of the flower production can represent an important process of social differentiation to the farmers and facilitate their access to agricultural credit. However, this development can lead to intensive human exposure to pesticides. Furthermore, it can generate a need to implement basic infrastructure in order to have access to the commercial market. This research analyzes the everyday challenges and dilemmas that are faced by the family-based flower farmers within their social reproduction when interacting with the producing market, complying with a political model which has among its objectives the increase of productive capacity and income, and the environmentally sustainable use of natural resources. The analysis was made under the perspective of the family-based farmers. A literature review was used as the framework and interviews with family-based flower farmers were used as the primary source. The data collected during the interviews were contextualized and organized within categories of analysis and interpretation in order to discuss the proposed theme of the research. The conclusions revealed that there seems to be a strong association between the family-based flower farmers' everyday dilemmas and the global and national agricultural policies implemented since the 1960s. Some of the main dilemmas are: how to reconcile the intensive use of pesticides with a sustainable management of the soil? How to be competitive in the commercial market if there is a lack of communication and information technologies, and a deficiency of the road system and of the basic infrastructure? Finally we outline some issues that lead to further researches, such as the problem of the discard of pesticides' recipients and greenhouses' plastic cover; and the dissonance of the political discourses focused on family-based farmers.

Key-words: Family-based flower farming, everyday life, pesticides, sustainability.

LISTA DE SIGLAS

ADRS – Área de Desenvolvimento Rural Sustentável
AFLORALTA – Associação dos Agricultores Familiares e Amigos da Comunidade de Vargem Alta
AFLORJ – Associação dos Floricultores e Distribuidores de Flores e Plantas Ornamentais do Estado do Rio de Janeiro
ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA – Área de Proteção Ambiental
CADEG – Centro de Abastecimento da Guanabara
CEAGESP – Companhia de Entrepósito e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA – Centrais de Abastecimento S.A.
CHE Toxicant and Disease Database – The Collaborative on Health and the Environment
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
EMATER-RJ – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPA – Environmental Protection Agency
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FMI – Fundo Monetário Internacional
FRUPEX – Programa de Apoio à Produção e Exportação de Frutas, Hortaliças, Flores e Plantas Ornamentais
FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade/ Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAFLOR – Instituto Brasileiro de Floricultura
MAARA – Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde
PANNA – Pesticide Action Network North America
PAE – Programa de Ajuste Estrutural
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POT – Plano de Organização Territorial
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

PSF – Programa Saúde da Família

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

UE – União Européia

UTP – Unidade Territorial de Planejamento

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	
AGRADECIMENTOS	
RESUMO	
ABSTRACT	
LISTA DE SIGLAS	
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
1.1 A Globalização e suas repercussões locais	17
1.2 A Agricultura familiar e a floricultura	28
1.2.1 A Agricultura familiar e as condições de vida do agricultor	28
1.2.2 A Agricultura familiar e a produção de flores	37
1.3 O Cotidiano	42
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA	48
2.1 Caracterização do campo da pesquisa	49
2.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa	54
2.3 O desenvolvimento da pesquisa de campo	55
2.4 A análise das entrevistas	58
2.4.1 A floricultura	60
2.4.2 A organização social dos floricultores	67
2.4.3 A localidade	70
2.4.4 Os agrotóxicos	76
2.4.5 O meio ambiente	88
CAPÍTULO 3: DISCUSSÃO	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	102
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	120
APÊNDICE B: As pragas mais comuns na floricultura	121
APÊNDICE C: Pesquisa complementar sobre os agrotóxicos	123
ANEXO A: Memorando de Aprovação do CONEP/UFRJ	125
ANEXO B: Mapa do Estado do Rio de Janeiro	126
ANEXO C: Mapa do Município de Nova Friburgo	127
ANEXO D: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	128

INTRODUÇÃO

As populações rurais, mais do que instrumentos da produção agrícola, são autoras e consumidoras de um modo de vida que é também um poderoso referencial de compreensão das irracionalidades e contradições que há fora do mundo rural. São uma reserva importante de um tipo de inovação e criatividade que tende a ser destruído e que pode desaparecer. (José de Souza MARTINS – O futuro da sociologia rural e sua contribuição da qualidade de vida rural, 2000)¹

A temática central desta pesquisa está voltada para o estudo de questões pertinentes ao processo de vida e de trabalho dos agricultores familiares de flores, em especial aos dilemas enfrentados entre os benefícios e os riscos ligados a essa atividade. A produção de flores e plantas ornamentais é um segmento da agricultura brasileira, que está inserido em um conjunto de diretrizes mais abrangentes para a agricultura mundial. E estas diretrizes trazem repercussões para o planejamento e a implementação das políticas nacionais assim como para o dia-a-dia dos agricultores.

A floricultura está em expansão no Brasil, sendo desenvolvida por pequenos e médios produtores, que apresentam, de modo geral, pouca especialização. Esta atividade vem sendo desenvolvida de forma mais estruturada no Brasil desde o início da década de 1960, sobretudo em Holambra, no Estado de São Paulo. O incentivo à floricultura em nível nacional somente ganhou impulso a partir de 1993 com a implantação, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Programa de Apoio à Produção e Exportação de Frutas, Hortaliças, Flores e Plantas Ornamentais (FRUPEX), e com a criação do Instituto Brasileiro de Floricultura (IBRAFLOR), em 1994. Tais iniciativas visam à geração de emprego e renda nas pequenas propriedades rurais e à ampliação das exportações brasileiras, de modo a criar condições básicas de manutenção da população que vive no campo, diminuindo o êxodo para os centros urbanos (IBGE, 2004).

¹ Exposição de orador de plenário na sessão de encerramento do X Congresso Mundial de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 2000. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, nº 15, p. 5-12, outubro 2000.

Diferentemente de outras culturas, a floricultura pode ser desenvolvida em extensões de terra relativamente pequenas e implica em grande absorção de mão-de-obra familiar e permanente. Além disso, apresenta um alto valor agregado, possibilitando a obtenção de uma renda constante ao agricultor. O Censo Agropecuário 1995-1996 apontou para a existência no Brasil de 7.501 produtores de flores, distribuídos por 1.458 municípios (IBGE, 2004; Kiyuna et al, 2004).

Dentre as informações sobre a estrutura produtiva do setor de flores e plantas ornamentais realizado pelo referido Censo temos que:

Nas duas últimas décadas do Século XX, a exemplo do que ocorreu nos demais países em desenvolvimento, a economia brasileira passou por grandes mudanças estruturais e institucionais, ditadas pela expansão do capital internacional. Neste contexto, fazendo-se valer do seu potencial e de suas vantagens comparativas, o setor agrícola nacional teve, mais uma vez a importante função de aumentar a geração de divisas e assegurar a estabilidade interna dos preços. Entre os segmentos do setor agrícola, com possibilidades de cumprir este ideário econômico e promover uma rápida inclusão das massas de trabalhadores ao mercado, cujos postos de trabalho foram volatilizados com a justificativa de uma maior produtividade, destacam-se os segmentos da produção de frutas e da produção de flores e plantas ornamentais. Na esfera governamental, foram elaborados planos e programas de incentivo à expansão dessas atividades [...]. (IBGE, 2004, p. 9)

Ainda de acordo com este documento, o início do programa de reestruturação do mercado produtor de Holambra, em São Paulo, em 1988, ocorreu no momento em que:

A Holanda, maior produtor mundial de flores, vinha enfrentando dificuldades em expandir seus negócios, dado que seus métodos de cultivo estavam sendo fortemente combatidos pelos ecologistas da Alemanha.

[Naquele país,] na década de 70, a contaminação ambiental devido ao uso de praguicidas na floricultura era tão alta, que os holandeses tiveram que parar de consumir água de seus rios, abastecendo-se nas águas purificadas do rio Reno. (IBGE, 2004, p.10 e 46)

Nesta pesquisa estaremos trabalhando com os agricultores familiares de flores de Vargem Alta, localidade inserida em um complexo rural mais abrangente do município

de Nova Friburgo, Rio de Janeiro (ANEXOS B e C). Delimitamos como objetivo principal a análise das circunstâncias que envolvem o cotidiano dos agricultores familiares de flores, em um contexto demarcado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)², que prevê dentre suas metas o aumento da capacidade produtiva e de renda, a melhoria da qualidade de vida, o uso sustentável dos recursos ambientais, a democratização de informações, o pleno exercício, enfim, da cidadania no campo.

As questões do estudo serão pensadas como implicações psicossociais, na acepção descrita por Maciel (2003), ou seja, considerando que existe uma interface entre a Psicologia e as concepções de desenvolvimento nas questões que dizem respeito ao homem. Tais concepções, assim como as ideologias que as perpassam, influenciam de forma direta o modo de vida, os valores, a relação do homem com o meio e a sua sobrevivência.

O foco no cotidiano constitui-se como uma tentativa de aproximação ao espaço/tempo onde são produzidas e reproduzidas as relações sociais e econômicas dos agricultores familiares. O cotidiano como ponto de inflexão onde as tensões entre novos padrões globais de consumo e de comportamento articulam-se e atualizam-se com as especificidades de vida e de relações locais. O cotidiano como espaço de alienação, de repetição e de imposição de modelos (LEFEBVRE, 1991), mas, igualmente, espaço de luta contra a massificação (DE CERTEAU, 2001), onde podem surgir ações criativas (HELLER, 1972).

Em resumo, entendemos o cotidiano como condição temporal onde o presente, o passado e o futuro entrelaçam-se, onde os conhecimentos acumulados coexistem nas intervenções atuais e, de certo modo, determinam as perspectivas de transformação. O

² O PRONAF é uma das principais políticas voltadas para os agricultores familiares e foi institucionalizado através do Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de junho de 1996. (ANEXO D)

cotidiano, enfim, como terreno de negociações, de resistências, de inovações, de impasses e, conseqüentemente, de dilemas.

O interesse por questões relacionadas à população rural originou-se na minha experiência profissional como psicóloga do Instituto Nacional do Câncer, onde o convívio com pacientes provenientes do meio rural revelou algumas circunstâncias de sua realidade, inclusive aquelas relativas ao problema da exposição ocupacional e ambiental aos agrotóxicos.

O conhecimento sobre o tema foi ampliado no Curso de Especialização na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz e, posteriormente, aprofundado no Mestrado na mesma instituição, onde apresentei a dissertação “A Interpretação dos Profissionais de Saúde acerca das Queixas de Nervoso no Meio Rural – Uma Aproximação ao Problema das Intoxicações por Agrotóxicos”.

O estudo desenvolvido durante o Mestrado permitiu a compreensão de aspectos importantes relacionados à exposição ocupacional aos agrotóxicos, sobretudo em relação às queixas de nervoso em população rural. Os dados obtidos naquela pesquisa, onde foram entrevistados profissionais de alguns postos de saúde de localidades da região rural do município de Nova Friburgo, evidenciaram que as intoxicações por agrotóxicos são freqüentes entre os agricultores determinando, por vezes, a proibição médica do trabalho na lavoura e a orientação para outro tipo de atividade profissional. Os agravos à saúde são expressos através de alterações da pressão arterial, da diminuição das defesas imunológicas, da anemia, do adoecimento por câncer, da impotência sexual masculina, da cefaléia, da insônia, da depressão e de distúrbios do comportamento (surtos psicóticos). No que se refere mais especificamente às queixas de nervoso (ansiedade, insônia, problemas de nervos, tremores, depressão, tormento na mente, vozes na cabeça etc), estas são freqüentes nas pessoas da região, sendo grande o

consumo de medicamentos, sobretudo de calmantes. Os profissionais do Programa Saúde da Família entrevistados foram quase unânimes em relacionar as queixas de nervoso e a contaminação por agrotóxicos na população (LEVIGARD, 2001). Revelou, ainda, que a vulnerabilidade dos agricultores e de suas famílias aos agrotóxicos parece ser ainda mais acentuada nas áreas de floricultura, seja pelas peculiaridades deste tipo de cultivo, seja pela percepção encontrada em alguns depoimentos de que as flores por não serem comestíveis podem/devem levar mais veneno (LEVIGARD, 2001).

Este foi o ponto de partida para procurar conhecer mais de perto o contexto de vida dos produtores familiares de flores, os dilemas enfrentados no seu cotidiano, entre os benefícios e as dificuldades para sua reprodução social.

Assim sendo, organizamos o trabalho em três capítulos principais. No primeiro capítulo esboçamos os fundamentos que norteiam o estudo, sendo a discussão estruturada na articulação dos seguintes eixos teóricos: 1) a globalização e suas repercussões locais; 2) aspectos conceituais sobre a agricultura familiar e sobre a produção familiar de flores e plantas ornamentais; 3) aspectos conceituais sobre o tema do cotidiano.

O segundo capítulo abrange os procedimentos metodológicos, compreendendo a caracterização da pesquisa, dos sujeitos e do campo, assim como a análise das entrevistas.

O terceiro capítulo consiste na discussão dos resultados, destacando alguns pontos que se sobressaíram na pesquisa, com ênfase nos dilemas enfrentados pelos agricultores.

Nas considerações finais busca-se fazer uma reflexão sobre o estudo como um todo e são delineadas algumas recomendações para futuras pesquisas.

A pesquisa seguiu os procedimentos éticos indicados à pesquisa qualitativa em Psicologia (ANPEPP, 2008). O projeto foi inscrito no SISNEP e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CONEP) da Maternidade-Escola da UFRJ (ANEXO A).

Esta tese está inserida na Linha II do Programa EICOS, Paradigmas e Metodologias Psicossociais do Cotidiano

CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A GLOBALIZAÇÃO E SUAS REPERCUSSÕES LOCAIS

O estudo de questões relacionadas à agricultura familiar de flores insere-se em uma discussão mais ampla, que diz respeito às transformações ocorridas na agricultura no Brasil e no mundo. Por sua vez, essas mudanças refletem um conjunto de políticas mundiais de desenvolvimento, implementadas na segunda metade do século XX, que culminaram no aprofundamento do processo de internacionalização dos mercados ou globalização (HOBSTRAW, 1996).

Considerando, como diz Ianni (1994), que a sociedade nacional articula-se dinamicamente com as configurações e os movimentos da sociedade global, na fundamentação teórica procuraremos dar visibilidade ao objeto de estudo através dessa tensão entre as diretrizes globais e locais.

Conforme explica Vieira (1997),

A pré-história da globalização situa-se na década de 60, quando áreas periféricas da economia mundial começaram a ser sacudidas pela expansão da empresa transnacional, pela “nova divisão internacional do trabalho”, os empréstimos bancários “baratos” do mercado do eurodólar e o *boom* petrolífero mundial. Na década de 80, após a grande crise de meados dos 70/80, inicia-se uma nova história: o mundo industrial é sacudido por uma profunda reestruturação capitalista, sustentada tecnicamente na revolução informática e das comunicações, tornando possível a descentralização espacial dos processos produtivos. A nova tecnologia influi em todos os campos da vida econômica e revoluciona o sistema financeiro, pela conexão eletrônica dos distintos mercados.

Esse processo é complementado pelas privatizações, desregulamentação e “flexibilização” dos mercados, agudização da concorrência internacional entre capitais privados e capitalismo nacionais, compondo-se um quadro que modifica o funcionamento do mercado mundial, acelerando a internacionalização e gerando um conjunto de fenômenos novos [...]. (VIEIRA, 1997, p. 77)

Historicamente, no período entre as décadas de 1950 e 1980 predominou nos países capitalistas o modelo conhecido como Estado de Bem-Estar Social, em que os Estados, através de políticas públicas, regulamentavam medidas de proteção social às populações. Tal modelo estava alicerçado na lógica fordista de produção, que visava racionalizar, industrializar e incrementar a produção de bens de consumo. O início dos anos 70 foi marcado a nível mundial pelo declínio do modelo fordista e sua substituição progressiva pelo modelo toyotista, também denominado por Harvey (2002) de acumulação flexível³. O novo regime de acumulação caracterizou-se pelo surgimento de novos setores de produção, novos modos de fornecimento de serviços financeiros e de novos mercados. A implantação da organização flexível de produção ocorreu em um contexto de avanços tecnológicos, sobretudo nas áreas de informação, de telecomunicações e de engenharia genética, determinando um aumento generalizado de produtividade. As novas formas de organização da produção e do trabalho ocorreram no bojo da crise do Estado de Bem-Estar Social e do endividamento generalizado dos Estados, intensificado pela crise do petróleo.

A reorganização político-econômica do cenário mundial acentuou-se a partir da década de 80 com a implementação das políticas neoliberais, que previam sérios ajustes sobre a previdência social, o emprego, a educação e o sistema público de saúde. Segundo Castel (1995), estas políticas desencadearam uma metamorfose social, que reverteu conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores e evidenciou uma nova forma de precarização e de vulnerabilidade da massa.

³ Inicialmente identificado como o “modelo japonês”, o novo modelo de produção flexível ou toyotismo tornou-se a ideologia universal de produção com a mundialização do capital, na década de 1980. No toyotismo a produção está muito vinculada à demanda, além de ser variada e bastante heterogênea; fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com uma multivariabilidade de funções; tem como princípio o *just in time*, que consiste no melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque, que deve ser mínimo. O processo produtivo é horizontalizado, havendo a transferência de muitas atividades para terceiros (HARVEY, 2002).

Para Bourdieu (1998), o programa neoliberal engendrou, a nível global, uma ruptura entre a economia e as realidades sociais, gerando diferentes formas de precarização sobre os coletivos e, conseqüentemente, uma profunda sensação de insegurança e de incerteza sobre o futuro dos trabalhadores.

A concepção de desenvolvimento implícita nestas políticas além de ter um conteúdo econômico, tem, também, implicações sociais e culturais. Subjacente a uma pseudo valorização das comunidades e das iniciativas locais, opera o novo caráter da hierarquia global de poder, ou seja, uma estratégia de desengajamento do Estado, com cortes nas despesas sociais, privatizações, desemprego estrutural etc. Segundo Bauman (2001),

Depois da era do ‘grande engajamento’, eram chegados os tempos do ‘grande desengajamento’. Os tempos de grande velocidade e aceleração, do encolhimento dos termos de compromisso, da ‘flexibilização’, da ‘redução’, da procura de ‘fontes alternativas’. [...] A ‘desregulamentação’ é a palavra da hora e o princípio estratégico louvado e praticamente exibido pelos detentores do poder. (BAUMAN, 2001, p. 41-42)

Para Breilh (2004), nesse tipo de contexto global, os centros de controle da produtividade estão interligados e trabalham como uma unidade, em tempo real com os centros de controle do poder político e militar. Do fluxo de informações e de interconecções entre estes centros são realizadas transações econômicas, assim como são tomadas decisões que irão repercutir mundialmente não só do ponto de vista econômico, mas também na imposição de padrões de reprodução social adaptados a seus interesses estratégicos.

Estas questões intrínsecas ao processo de globalização contemporâneo foram analisadas por Santos (2002) através da dinâmica entre as relações do global e do local, e da tensão entre as forças hegemônicas e contra-hegemônicas. Para o autor, as forças

hegemônicas manifestam-se através de localismos globalizados e de globalismos localizados. O localismo globalizado implica no êxito da globalização de um fenômeno local, que passa a exercer uma influência sobre outros locais como, por exemplo, a atividade mundial de empresas multinacionais e a exportação de valores. O globalismo localizado, por sua vez, implica no impacto das práticas transnacionais sobre as condições locais, que se desestruturam ou se reestruturam sob a forma de inclusão subalterna. Nesse processo, o uso e o valor local são transformados para atender a uma nova valorização global, como no caso do desmatamento e destruição de recursos naturais para pagar a dívida externa, e na conversão da agricultura sustentável para agricultura de exportação como parte dos “ajustes estruturais” (SANTOS, 2002, p. 65-66).

No caso específico da agricultura, esta dinâmica entre o global e o local pode ser melhor compreendida através de algumas diretrizes implementadas para o setor no decorrer da segunda metade do século XX.

As políticas voltadas para a agricultura na década de 1950 visavam à produção intensiva de alimentos a baixo custo, o que demandava a modernização do setor agrícola com a adoção de novas tecnologias. Foi, então, desencadeada a nível mundial a Revolução Verde, cujo intuito era racionalizar e industrializar a agricultura, sob a coordenação de empresas multinacionais, que forneciam máquinas (arados, tratores, colheitadeiras etc), novas técnicas de irrigação, novos métodos de gestão, assim como sementes geneticamente mais homogêneas, fertilizantes e agrotóxicos (ALBANO, 2005).

A Revolução Verde implicou em mudanças na divisão técnica e social do trabalho agrícola, e levou à concentração de capital e de tecnologia nas monoculturas de café, cana, trigo e soja. Segundo Tarté (1995), o incremento das monoculturas

ocasionou a simplificação dos ecossistemas e a redução da base genética das áreas cultivadas, tornando-as mais vulneráveis às pragas e dependentes de combustíveis fósseis. Foi um processo caracterizado pelo desperdício na utilização dos recursos da terra e pela contaminação e erosão dos solos, provocadas pelo uso intensivo de agrotóxicos, em detrimento das formas tradicionais e seculares de cultivo.

Conforme explica Mussoi (1985),

Inúmeros estudos evidenciam os lucros que as Companhias Multinacionais usufruem da Revolução Verde, evidenciando também que esta “Revolução” é um sistema complexo, e muito bem concebido, para a dominação industrial, e aumento da dependência (tecnológica e econômica) dos países periféricos com relação aos países centrais. (MUSSOI, 1985, p. 42)

Para os países do Terceiro Mundo, este processo trouxe como reflexos a liberação de mão de obra devido à mecanização da agricultura, a priorização de culturas de exportação em detrimento de culturas alimentares, problemas ecológicos sérios decorrentes do uso intensivo de produtos químicos e da mecanização da agricultura. No Brasil, foi a partir da década de 1960 que teve impulso a Revolução Verde Nacional, embora o modelo econômico de desenvolvimento urbano-industrial tenha sido assumido de forma decisiva em 1955, no governo Juscelino Kubitschek (MUSSOI, 1985, p.45).

Nas décadas de 1960 e de 1970 o governo adotou uma política de incentivos fiscais ao capital, de modo a intensificar a exportação de produtos agroindustriais. Além disso, colocou à disposição dos produtores a Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural (EMATER), importante instrumento para a implementação dos objetivos em questão (ALBANO, 2005).

Para Costa Neto (2007), a extensão rural no Brasil foi estruturada a partir da transposição do modelo norte-americano, obedecendo ao binômio “centro-periferia”.

Diz o autor:

Dessa forma, a cadeia de dependência do processo de comunicação difusionista privilegia o conhecimento do emissor, excluindo o conhecimento do receptor. O difusionismo estabelece uma visão homogeneizada do setor rural. O processo educativo é vertical e a transferência de informações tecnológicas vai do centro para a periferia do sistema.

Os impactos do desenvolvimentismo difusionista logo puderam ser sentidos: migração dos pequenos agricultores excluídos pela introdução de pacotes tecnológicos, êxodo rural, concentração fundiária. Os impactos ambientais também podem ser percebidos. São eles: a disseminação de pacotes tecnológicos, via agrotóxicos, a degradação dos solos, a contaminação dos recursos hídricos, a eutrofização dos rios e lagos, a disseminação de pragas e doenças, a destruição de *habitats* naturais etc. (COSTA NETO, 2007, p. 267-268)

De fato, a desestruturação da policultura provocou a marginalização e a ruína de enormes contingentes de pequenos proprietários, que ficaram despojados de recursos para investir na compra de máquinas e fertilizantes, circunstância que motivou grande deslocamento de trabalhadores rurais em direção às cidades. No Brasil, a população rural que na década de 60 representava 55% dos habitantes, reduziu-se para apenas 20% na década de 90 (IBGE, 2000).

Segundo Schwarzer (2000), um importante fato ocorrido na época da implantação da Revolução Verde no país consistiu na expansão do sistema previdenciário ao setor rural, concretizado pela Lei Complementar 11 de 1971, que criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), cuja administração ficou ao encargo do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL). O autor destaca alguns motivos para a adoção desta medida:

Entre outros, a tecnocracia previdenciária identificava-se com o *mainstream* da época, orientado por princípios da OIT, que propunha a universalização da cobertura. Além disso, dado que os anos 60 e 70 caracterizaram-se por uma política de modernização do setor rural marcada pela mecanização e quimificação das técnicas de cultivo, expansão da grande propriedade e produção de *commodities* exportáveis, uma reestruturação que significou um alto custo social para a pequena produção rural, havia um temor em relação a perturbações sociais na área rural. Terceiro, interessava a possibilidade de, por meio de um programa social de cunho paternalista e centralmente administrado, aumentar a dependência

individual em relação ao Estado e cooptar organizações sociais tais como os sindicatos de trabalhadores ou empregadores rurais. Quarto, o desejo de evitar a intensificação da migração rural-urbana ao disponibilizar assistência médica e benefícios monetários no campo. Por fim, a doutrina de segurança nacional do governo militar intencionava, com um programa de integração do setor rural ao projeto de desenvolvimento nacional, manter a “paz social” com a criação de “justiça social”. (SCHWARZER, 2000, p.75)

O processo de modernização conservadora da agricultura ganhou novo impulso com a liberalização do comércio internacional na década de 1990, fruto de sucessivas rodadas comerciais empreendidas pelo Gatt⁴ (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e, posteriormente, pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e foi um elemento central dos Programas de Ajuste Estrutural (PAEs), instrumento utilizado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para fornecer ajuda financeira aos países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, que encontravam-se imersos em uma profunda crise de recessão e de endividamento. A inserção destes países nos programas de ajuste implicava, como foi dito anteriormente, na redução de gastos com Programas Sociais (Saúde e Educação), na eliminação de subsídios à alimentação e no oferecimento de maiores preços aos produtores de culturas destinadas à exportação. Tal fato resultou no aumento da atuação das empresas multinacionais e na desvalorização dos produtos de subsistência, o que levou muitos pequenos agricultores a venderem as suas terras para essas empresas e a migrarem para os centros urbanos (ALBANO, 2005).

A Rodada Uruguai, que ocorreu no período entre 1986 e 1993, gerou vários acordos comerciais, dentre os quais se sobressai o Acordo sobre Agricultura, que estipulava uma diminuição de tarifas sobre alimentos importados e de subsídios à exportação de produtos agrícolas. Segundo Albano (2005):

⁴ General Agreement on Tariffs and Trade (Gatt). Instância internacional criada em 1947, encarregada de liberalizar, supervisionar e regular o comércio mundial. Foi substituída em 1995 com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que ampliou a sua cobertura.

Esses acordos internacionais no âmbito da OMC tendem claramente a fortalecer os grandes grupos multinacionais, porque após a sua assinatura os governos ficam com menos poder para regular e controlar o funcionamento desses grupos [...]. Esses acordos e as pressões do Banco Mundial e do FMI intensificam políticas comerciais que privilegiam as exportações. As Multinacionais, também, de comum acordo com essas Instituições, estimulam os agricultores a plantar culturas de exportação para ter mais demanda. [...] Um exemplo disso é que nos últimos vinte anos houve um maciço crescimento na exportação de frutas, hortaliças e até flores da América Latina para os Estados Unidos [...]. De modo geral, a agricultura de exportação tem sido feita em detrimento da agricultura de subsistência. (ALBANO, 2005, p. 51-52).

Conforme explica Breilh (2004), estes acordos determinaram profundas transformações, no espaço rural, combinando empresas de alta complexidade tecnológica e de turismo rural, que pertencem a poderosos grupos econômicos, com uma variedade de minúsculas unidades produtivas familiares de subsistência, implicando em uma profunda heterogeneidade econômica e social no campo.

Para Campanhola e Silva (2000), mesmo nos países em desenvolvimento, onde os agricultores familiares têm sido menos privilegiados pelos sucessivos processos de ajustes macroeconômicos, a globalização tem estimulado a reorganização local no que concerne ao uso do espaço e ao desempenho dos atores sociais implicados. Tal fato estaria relacionado à criação de novas oportunidades, advindas da diferenciação e da inserção em mercados específicos e localizados.

Outro aspecto desta questão é analisado por Wilkinson (2003), que aponta para a ambigüidade deste processo. Segundo o autor, embora alguns grupos de pequenos produtores tenham conseguido sua reinserção econômica com base nas inovações tecnológicas e organizacionais, apesar da repercussão altamente desfavorável do novo quadro institucional e da globalização do sistema agroalimentar sob a hegemonia das transnacionais, determinadas mudanças advindas desse processo “podem ter um

impacto desestabilizador, seja internamente ao grupo em questão, seja em suas relações com a comunidade mais ampla” (WILKINSON, 2003, p. 63-64).

Segundo Costa Neto (2007), neste período, as estratégias de modernização conservadora da agricultura adaptaram-se ao discurso do paradigma da sustentabilidade, inspirado no Relatório Brundtland, que resultou em 1987 na publicação da ONU chamada “Nosso Futuro Comum”. A extensão rural revestiu-se de um aspecto ecotecnocrático, conduzindo a políticas igualmente excludentes do ponto de vista social, econômico e ambiental. Diz o autor:

As noções associadas de desenvolvimento, modernização e extensão rural passaram a ter como eixo paradigmático a relação entre crescimento e desenvolvimento econômicos sob limites impostos pela natureza, a releitura da revolução verde e a criação de um padrão de desenvolvimento dominante, através da introdução de novas tecnologias “menos agressivas” ao meio ambiente. Todo este novo ordenamento exigiu a legitimação por órgãos oficiais de pesquisa dos países envolvidos. Este processo de legitimação incluiu normas ISO 14000-Gestão Ambiental, passando a promover a fiscalização do manejo ambiental das empresas. Foi criado o “selo verde”, visando produzir agregação de valor simbólico e econômico ao produto empresarial. Também constataram-se a adaptação ao discurso da sustentabilidade e o princípio da intensificação verde, colocando a biotecnologia no centro da agricultura [...]. (COSTA NETO, 2007, p.268)

De acordo com Vilela (1997, p. 1), nesse contexto do discurso da “globalização”, do “novo” papel do Estado, da crescente internacionalização dos mercados e das novas tecnologias foram delineados, na década de 1990, os rumos para a política no campo no Brasil, que culminaram na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Segundo o autor, “tudo leva a crer que o PRONAF está profundamente influenciado pela concepção do Banco Mundial de uma agricultura do Terceiro Mundo, em geral, e brasileira, em particular, no contexto da nova divisão internacional do trabalho [...]” (VILELA, 1997, p.16).

O PRONAF foi criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, “com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (PRONAF, 1996, Art. 1º). O Programa assenta-se na estratégia da parceria entre o governo federal, os governos estaduais e municipais, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações (Art. 2º), sendo que suas ações devem confluir para os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), para os Conselhos Estaduais do PRONAF e para o Conselho Nacional do PRONAF (Art. 4º).

Para Carneiro (1997), o PRONAF foi estruturado como uma política de intervenção na agricultura familiar, com o intuito de ampliar o conceito de desenvolvimento com a noção de sustentabilidade, incorporando as esferas da economia, da educação, da saúde e da proteção ambiental. No entanto, segundo a autora,

Ainda que a idéia de desenvolvimento contida no Pronaf associe o aumento da capacidade produtiva à melhoria da qualidade de vida e à ampliação da cidadania no meio rural, a noção de sustentabilidade que a acompanha não implica, ao menos explicitamente, a opção por tecnologias alternativas ao padrão que vem sendo adotado até então. Ao assumir o compromisso com a democratização de informações (“gerenciais, de mercado e tecnológicas”), o governo não enfatiza a necessidade de implementar (e pesquisar) tecnologias apropriadas à forma de exploração familiar que possibilitem a redução de custos monetários de produtos, como, por exemplo, os de “qualidade natural”, em um contexto de megamercados e de alta competitividade. O estímulo do Pronaf “ao uso racional de fatores ambientais” não parece se sobrepor ao objetivo, este sim constantemente reforçado, de aumento da capacidade produtiva e de renda. Além disso, não se define claramente o conteúdo dessa racionalidade que, no texto, parece estar restrita à questão da “proteção ambiental”. Torna-se, portanto, difícil reconhecer a real possibilidade do governo em romper efetivamente com as práticas desenvolvimentistas do passado, pautadas na tecnificação, para se orientar na direção de “um novo paradigma do desenvolvimento rural. (CARNEIRO, 1997, p72)

Apesar dos importantes avanços representados pelo PRONAF no que concerne à perspectiva de acesso ao crédito, à capacitação técnica e à inserção dos agricultores familiares de todo o país nos mercados agropecuários, os seus fundamentos, assim como de outras políticas que vêm sendo implementadas há décadas para a agricultura brasileira, foram estruturados a partir de uma concepção conservadora de desenvolvimento. Tal fato não é fortuito e, sim, consonante com a dinâmica do capitalismo contemporâneo e seus desdobramentos nos países em desenvolvimento. Desdobramentos estes que repercutem decisivamente na realidade de vida dos agricultores.

1.2 A AGRICULTURA FAMILIAR E A FLORICULTURA

1.2.1 A agricultura familiar e as condições de vida do agricultor

De acordo com Wanderley (1999, p. 21), “a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural.” A agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares.

A revisão teórica realizada por Weisheimer (2004) sobre o conceito de agricultura familiar, onde, dentre outros autores, contemplou os estudos de Chayanov (1974), Mendras (1978), Prado Jr (1978), Lamarche (1993), Abramovay (1998), Wanderley (1999) e Tedesco (1999), chega às seguintes conclusões:

as características centrais da agricultura familiar residem no fato de que a gestão do trabalho e da propriedade dos meios de produção – mesmo que não necessariamente da terra – encontram-se sob a responsabilidade da família: entendida como grupo doméstico de trabalho e de consumo que realiza no seu interior a sucessão profissional e a transmissão do patrimônio. Ainda que estes produtores estejam altamente integrados ao mercado capitalista o seu processo de trabalho repousa em bases familiares e não salariais, não gerando mais-valia, neste sentido, podem ser entendidos como produtores simples de mercadorias que têm suas orientações econômicas voltadas para a reprodução social familiar. (WEISHEIMER, 2004, p. 80)

Existe, pois, um consenso entre os autores de que na agricultura familiar a gestão e o trabalho estão estreitamente relacionados, uma vez que os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena ou média (MARAFON e RIBEIRO, 2006, p. 17).

Segundo Moreira (1999), a produção camponesa, nas suas mais variadas formas de existência no capitalismo, é uma produção baseada no trabalho familiar, cujo intuito principal é a reprodução da força de trabalho familiar e de suas condições de produção. Deste modo, está sujeita às circunstâncias de ordem competitiva existentes no modo de produção capitalista, tais como a operação dos mercados de terra, bens produtivos,

trabalho, crédito, bens de consumo e dos mercados de produtos agrícolas (MOREIRA, 1999, p.97, 184, 191, 192).

Para Martins (1996), no mundo rural a diversidade e a complexidade das relações sociais se manifestam como expressões dos ritmos e dos tempos históricos diferentes do desenvolvimento capitalista, embora a cultura camponesa não esteja necessariamente em contradição com este processo de desenvolvimento e de modernização tecnológica.

No Brasil, a industrialização acelerada ocorrida entre as décadas de 1930 e 1980, assim como a reestruturação do Estado nacional e a ampliação de suas áreas de intervenção, deslocaram o eixo dinâmico da economia do mundo rural para as grandes metrópoles. Do ponto de vista demográfico, tais mudanças refletiram-se na redução da população rural de 70% em 1940 para aproximadamente 20% no ano 2000. Segundo Garcia Jr (2002), diversos fatores contribuíram para esta significativa alteração morfológica na configuração cidade-campo, sendo uma constante nesse processo a pauperização de grandes contingentes de pessoas submetidas à urbanização, assim como aos altos níveis de subemprego verificados nas cidades. Dentre os fatores explicativos para estas mudanças sociais temos a desvalorização dos preços obtidos pelas lavouras comerciais no mercado internacional e no mercado nacional, a alteração das formas tradicionais de dominação, com a emergência do capitalismo industrial, e a implantação da legislação trabalhista, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No que se refere à questão demográfica, é importante observar que, para Veiga (2002), o Brasil é menos urbano do que se calcula, pois há um superdimensionamento estatístico das áreas urbanas no país. Segundo ele, o Brasil urbano deve ser formado por cerca de 800 cidades, que concentram por volta de 70% da população. Os 30% ou mais de habitantes estariam distribuídos por milhares de pequenos municípios do vasto Brasil

rural. Isto é, 80% dos municípios, o que corresponde a 4.485 municípios, seriam rurais. Criticando o Estatuto da Cidade⁵, documento que considera omissos em relação ao Decreto-Lei 311/38⁶, diz o autor:

Há, todavia, uma falha imperdoável nesse estatuto: ele não define o que é cidade, prolongando a vigência de uma aberração que coloca o Brasil entre os países mais atrasados do mundo do ponto de vista territorial. Aqui, toda sede de município é cidade, sejam quais forem suas características demográficas e funcionais. Além disso, a delimitação dessas “cidades”, prerrogativa das Câmaras Municipais, inexistente em quase 40% dos casos, sendo improvisada às vésperas dos censos demográficos. É dessa algaravia que resulta a ficção de que o Brasil teria quase 5.600 cidades, nas quais viveriam 82% dos habitantes. [...] São inúmeras as distorções impostas pela abominável divisão territorial em vigor. Por exemplo, é crescente o número de agricultores, pecuaristas, extrativistas, pescadores (e até populações indígenas ou quilombolas) que perdem o direito aos benefícios dirigidos às populações rurais porque residem em sedes de minúsculos municípios. [...] (VEIGA, 2002, p.55, 56, 57)

Conforme vimos anteriormente, a expansão do capitalismo no campo ganhou força no Brasil a partir da década de 1960, através de políticas de incentivo à modernização agrícola, voltadas para o aumento da produtividade e para o atendimento das necessidades do setor industrial. Segundo Ianni (1984), a política de ‘modernização’ que visava tornar a agricultura brasileira mais dinâmica e produtiva teve um caráter conservador, pois ‘modernizou’ os meios de produção, mas não as relações de produção, mantendo as oligarquias nos centros do poder. Foi uma política de subordinação da agricultura aos interesses do capital monopolista nacional e estrangeiro, que desconsiderou as implicações sociais que esse processo de desenvolvimento acarretaria. A introdução de novas tecnologias no campo gerou uma redução de mão-de-obra e conseqüente êxodo rural, além de contribuir para o aumento da concentração de renda.

⁵ O Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana.

⁶ O Decreto-Lei 311, de 2 de março de 1938, foi estabelecido no ápice do Estado Novo e estabelece que a sede do município tem a categoria de cidade.

Para autores como Guanziroli et al (2001), nos países em desenvolvimento, sobretudo na América Latina, as políticas e programas de modernização da agricultura favoreceram os grandes produtores às custas dos agricultores familiares, que foram expulsos do campo, e dos trabalhadores urbanos, que tiveram os seus salários estruturalmente rebaixados pela pressão migratória e pelas insuficientes oportunidades de trabalho.

De acordo com Pádua (2002), a Revolução Verde configurou-se como um processo que produziu uma profunda mutação no meio rural brasileiro. A sua lógica conservadora e concentradora repousa em desequilíbrios estruturais, que ameaçam o desenvolvimento harmônico da população e do território. Dentre estes desequilíbrios temos a modernização em manchas⁷, o problema do desemprego no meio rural e conseqüente migração, além da degradação do território, com a perda progressiva de biomas nativos, perda de solos, desperdício de água e contaminação por agrotóxicos. Esta contaminação, além de afetar a saúde dos agricultores e dos consumidores, atinge as águas, a flora e a fauna, constituindo-se como um indicador de insustentabilidade do modelo.

Segundo Olalde (2006), na atualidade existem dois enfoques para o campo no Brasil: o enfoque setorial, centrado no agronegócio e o enfoque centrado na agricultura familiar. O primeiro enfoque se articula em torno dos interesses empresariais dos segmentos que compõem o agronegócio e está voltado para a expansão da produção e da produtividade agropecuária, na incorporação de tecnologia e na competitividade, tendo efetiva representatividade no Ministério da Agricultura. Para este setor é destinado 70% do crédito disponibilizado para financiar a agricultura nacional. O

⁷ Modernização em manchas – expressão de Milton Santos para explicar o processo que privilegiou algumas regiões e grupos sociais em detrimento de outros, que focalizou as áreas tradicionalmente concentradas em recursos técnicos e políticos, assim como a abertura de algumas frentes de expansão no Centro e Norte do país.

segundo enfoque está centrado na agricultura familiar e realça os aspectos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento. Esta é a perspectiva agroecológica, que destaca a autonomia relativa do pequeno produtor, “ênfatizando a utilização de recursos locais, a diversificação da produção e outros atributos que apontam para a sustentabilidade dos sistemas de produção tradicionais” (OLALDE, 2006, p.3).

A existência destes dois ministérios levaram Delgado (2007) a ponderar que:

É importante destacar que a experiência singular brasileira de possuir dois Ministérios vinculados aos assuntos agrícolas e agrários – o atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), ligado ao agronegócio, e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), vinculado à agricultura familiar – passou a expressar também o reconhecimento tenso e conflitante pelo Estado e pela sociedade brasileiros da existência desses dois tipos de agricultura que, embora não sejam independentes em sua dinâmica, são portadores de propostas antagônicas de desenvolvimento. (DELGADO, 2007, p. 177)

As políticas favoráveis à agricultura familiar foram desenvolvidas na década de 1990 no Brasil, resultando no PRONAF, em 1996, e na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999. Estas políticas foram respaldadas por agências multilaterais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial (OLALDE, 2006, p. 1).

Segundo Carneiro (1997), a agricultura familiar e a sua base fundiária, a pequena propriedade, têm sobrevivido há décadas em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade. Fazendo uma análise do PRONAF, implementado pelo governo federal em 1996, a autora pondera que apesar de este Programa representar um considerável avanço em relação às políticas anteriores, ao preconizar um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações, as suas diretrizes trazem implícita a lógica excludente do modelo desenvolvimentista do Estado. Tal fato determinaria a

impossibilidade de o agricultor familiar competir nos espaços sociais demarcados pela hegemonia das grandes empresas agroindustriais.

Para Guanzirolí et al (2001), as informações disponíveis são indicativas de que

a grande massa de pequenos produtores familiares que não se integrou com a agroindústria e permaneceu no campo continuou com as duas alternativas de sobrevivência que sempre teve: tentar a sorte na fronteira agrícola ou procurar sobreviver na área de origem intensificando, quando possível, a produção no espaço disponível e/ou buscando complementar a renda insuficiente por todo tipo de ocupações, agrícolas e não-agrícolas, fora da unidade familiar. (GUANZIROLI et al., 2001, p.35)

Do mesmo modo, Moreira (1999) aponta para a desigualdade competitiva da agricultura familiar no contexto do capitalismo contemporâneo. Segundo o autor, as políticas voltadas para o agricultor familiar no Brasil ainda se baseiam em proposições conservadoras, conformadas pela ideologia da subsistência, o que implica na perpetuação da precária condição produtiva da mão-de-obra do campo e no alijamento dos agricultores e de seu pequeno patrimônio produtivo da perspectiva de acumulação e de progresso, assim como na dificuldade de acesso integral aos serviços de educação, de saneamento e de saúde. Tais políticas “têm se mostrado eficientes na manutenção do status quo econômico e social das formas da agricultura familiar, onde os agricultores continuam ‘pequenos’ na ordem competitiva capitalista” (MOREIRA, 1999, p. 195).

Ainda de acordo com Moreira (1999), o agricultor familiar, de modo geral, não tem condições econômicas de absorver as inovações tecnológicas, o que restringe o seu progresso técnico e a sua valorização econômica e cultural. Segundo o autor:

a subordinação indireta do trabalho ao capital reflete uma situação sutil e obscura. Na exploração familiar está presente uma situação de autonomia e independência associada ao econômico e ao cultural que, no entanto, conforma-se como uma subordinação ao mercado e à cultura dominante. (MOREIRA, 1999, p. 191)

Relevantes, igualmente, são as observações de Gazolla e Schneider (2007) em relação à dupla lógica que orienta o agricultor familiar. De acordo com os autores:

Não existe atualmente, apenas, uma “agricultura de subsistência” assim como tampouco existe um agricultor familiar totalmente mercantilizado do ponto de vista social e econômico. O que existe é um agricultor familiar que possui sua lógica de produção e reprodução social assentada tanto no mercado como na produção para autoconsumo, como duas esferas integradas dialeticamente e sobrepostas à unidade de produção e ao grupo doméstico, determinando e apontando os “caminhos” que a reprodução social do agricultor vai seguir. (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007, p. 104)

Autores como Portugal (2002) e Tedesco e Tremea (1999) mostram que a agricultura familiar no Brasil ainda enfrenta muitas dificuldades, dentre as quais destacam-se as dificuldades na obtenção de financiamentos públicos, de organizar-se de forma associativa, de reduzir custos, de implementar inovações técnico-mecânicas e produtivas, de ser competitivos e de obter preços compensadores. A inserção do agricultor familiar no mercado ou no processo de desenvolvimento depende, pois, de um conjunto de fatores tais como o acesso à tecnologia, ao crédito, a informações organizadas, a canais de comercialização, de transporte e de energia, dentre outros.

As dificuldades apontadas têm determinado, em muitos casos, a busca por parte dos agricultores familiares de atividades não-agrícolas, de modo a complementar a renda familiar. Este processo incorpora uma dimensão pluriativa na organização das unidades até então baseadas somente no trabalho agrícola. Segundo Carneiro (1997),

é importante considerar a pluriatividade como uma condição para manter a população no campo e também para viabilizar as pequenas unidades produtivas, que não conseguem, por motivos vários, responder integralmente às demandas do mercado, sustentando-se exclusivamente na atividade agrícola. (CARNEIRO, 1997, p. 80)

Outra questão sensível aos agricultores familiares é a assimilação da noção de sustentabilidade ambiental ao seu cotidiano. A pesquisadora Maria José Carneiro (2000) exemplifica este fato ao mostrar algumas conseqüências das ações repressivas por parte

de órgãos fiscalizadores como o IBAMA e o Batalhão Florestal da Polícia Militar na agricultura familiar de um povoado localizado na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. A proibição do desmatamento das capoeiras, “áreas de regeneração” incorporadas como área de preservação pelo Decreto de Proteção da Mata Atlântica⁸, levou os agricultores a utilizarem os adubos químicos com mais intensidade, o que implicou em maior prejuízo para a sua saúde, e em maior desgaste do solo e contaminação do lençol freático (CARNEIRO, 2000, p. 62).

De acordo com Carneiro e Braga (2007) a noção de sustentabilidade é uma idéia que é proposta de cima para baixo pelas instâncias políticas, sem que haja uma apropriação da questão ambiental por parte dos agricultores familiares⁹. Há décadas, com a Revolução Verde, estes tiveram que substituir práticas sustentáveis de manejo do solo, por práticas consideradas insustentáveis. O seu presente conjuga um passado de quimificação do solo, com as incertezas de um futuro ambientalmente sustentável.

Como mostram Rocha e Siman (2004), para os agricultores familiares o discurso ambiental tem se caracterizado mais como uma interferência em suas práticas agrícolas, do que na perspectiva de benefícios para a sua realidade de vida. Segundo eles,

a agricultura convencional, baseada no uso de agroquímicos pregados pela Revolução Verde não mais contempla a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras, como sugere o Relatório Brundtland¹⁰. (ROCHA e SIMAN, 2004, p.2-3)

⁸ A referida proibição encontra-se no Art. 2º I do Decreto de Proteção da Mata Atlântica – Decreto Federal nº 750, de 10 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica

⁹ É importante enfatizar que a noção de sustentabilidade não é uma categoria que está presente no discurso dos agricultores, mas está presente em seu cotidiano.

¹⁰ No Relatório Brundtland (Our Common Future), documento publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável é concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

As questões apontadas por estes autores, assim como os dados informados pelo Censo Agropecuário 2006 do IBGE, que pela primeira vez retratou a agricultura familiar em suas pesquisas constituem relevantes subsídios para o estudo sobre a vida cotidiana dos produtores de flores.

O Censo Agropecuário 2006 revela que embora a agricultura familiar empregue 12,3 milhões (74,4%) de trabalhadores do campo, estando presente em 4.367.902 (84,4%) de estabelecimentos rurais, ocupa uma área que corresponde apenas a 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Mesmo assim, é a principal responsável pelos itens da cesta básica, produzindo 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.

O Censo Agropecuário 2006 detectou, ainda, que 74,7% dos agricultores familiares eram proprietários, que 5,6% eram produtores sem área, e que 13,7% dos estabelecimentos familiares eram dirigidos por mulheres.

Outro dado significativo aponta que oito em cada dez produtores rurais são analfabetos ou não concluíram o ensino fundamental. Entre os homens o índice de analfabetismo é de 38,1% e entre as mulheres chega a 45,7%. Das pessoas ocupadas, 77% tinham laços de parentesco com o produtor e 35,7% não sabiam ler e escrever. Havia mais de 1 milhão de crianças com menos de 14 anos trabalhando na agropecuária.

Em relação aos impactos sobre a saúde e o meio ambiente, o Censo Agropecuário 2006 mostra que o uso de agrotóxicos nas propriedades rurais brasileiras é mais comum nas unidades dirigidas pelos proprietários (78,4%), e o equipamento mais usado é o pulverizador costal (69,1%), que tem maior potencial de exposição. Além disso, em mais da metade das unidades onde a prática foi verificada, os responsáveis não receberam orientação técnica (56,3%) do governo, de cooperativas ou

da iniciativa privada. Neste universo, 15,7% dos produtores rurais responsáveis por estabelecimentos onde houve aplicação de agrotóxicos não sabem ler e escrever, o que potencializa o risco de intoxicação e uso inadequado do produto (IBGE, Censo Agropecuário 2006).

Considerando estes aspectos, temos que o cotidiano dos agricultores familiares revela-se um mosaico de questões, onde a sinergia entre as forças globais e locais precisa ser continuamente objeto de reflexão.

1.2.2 A agricultura familiar e a produção de flores

Esta seção sobre o cultivo de flores é bastante informativa e aponta aspectos das políticas públicas do setor e dados censitários, que vão deixando pistas sobre as vicissitudes que enfrentam os agricultores.

A produção de flores e plantas ornamentais é um mercado que se encontra em expansão no mundo desde a década de 1990, em consequência, dentre outros motivos, da liberalização do comércio de flores pelo GATT, da isenção de 80% das taxas aduaneiras para importação de flores pelos países da União Européia, resultado de acordos entre a União Européia e países não-membros da UE¹¹, e da reestruturação do complexo agroindustrial de flores holandês (ELSHOF, 2000).

O principal país produtor e exportador é a Holanda, que detém 45,3% do mercado internacional. A produção de flores da Holanda é empreendida em países da África (Quênia e Etiópia), da Ásia (Israel) e da América do Sul (Colômbia, Equador e Brasil, especialmente nos estados de São Paulo e Ceará), além da própria Holanda. Outros países que se destacam na exportação de flores são a Colômbia, a Dinamarca, a

¹¹ EU Commission to the Council: EU strategy for trade in live plants and floricultural products, 17 Feb. 1997, Com. 97, 36 final.

Itália, os Estados Unidos e Israel. A inserção do Brasil no mercado mundial é de aproximadamente 0,2%, havendo exportação para os países do Mercosul (sobretudo para a Argentina e o Uruguai), para os Estados Unidos, Holanda, Alemanha, Japão e Itália (SEBRAE, 2003; IBRAFLOR, 2000).

No Brasil, a produção de flores está mais concentrada no estado de São Paulo (70%), seguindo-se a produção dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, que detêm 25% da produção. Os 5% restantes estão dispersos nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, sendo que no Ceará os produtores de Holambra utilizam as terras para o cultivo de rosas (SEBRAE, 2003), o que poderíamos considerar, em termos de Brasil, como sendo um movimento migratório ao inverso, onde uma atividade econômica promove o deslocamento de agricultores do Sul para o Nordeste do país.

Segundo Castro (1998), o Brasil possui muitas vantagens comparativas para a produção de flores, dentre as quais se destacam o imenso espaço territorial, a grande variabilidade do clima nas mais diferentes regiões e locais de distribuição estratégicos. A produção de flores e plantas ornamentais começou a ser desenvolvida em escala comercial no país na década de 1950, quando o crescimento das cidades criou um mercado consumidor. Naquela época, imigrantes portugueses sediados no município de Guarulhos, em São Paulo, intensificaram o cultivo de flores. Da mesma forma, na década de 1960, imigrantes japoneses, que também estavam localizados no chamado “cinturão verde” da cidade de São Paulo, passaram a cultivar flores. Em 1969, foi organizado o primeiro mercado de comercialização de flores e plantas ornamentais do Brasil na Companhia de Entrepasto e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). Em 1972, a Cooperativa Agropecuária de Holambra, no interior de São Paulo, criada por imigrantes holandeses em 1948, impulsionou o crescimento da cadeia produtiva de

flores e a profissionalização do setor. No final da década de 1980 houve a reestruturação do mercado produtor de Holambra para atender as demandas do mercado holandês, conforme sinalizamos anteriormente. Esta reestruturação culminou com a implantação em 1989 do Sistema Veiling de comercialização através de leilões, projetando o Brasil no mercado mundial de flores e plantas ornamentais (MOTOS, 2000).

A criação em 1993 do Programa de Apoio à Produção e Exportação de Frutas, Hortaliças, Flores e Plantas Ornamentais (FRUPEX) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a criação em 1994 do Instituto Brasileiro de Floricultura (IBRAFLOR) e a criação em 1996 do PRONAF foram iniciativas governamentais que estimularam o desenvolvimento da produção de flores no Brasil, com o objetivo de ampliar as exportações e de gerar emprego e renda nas pequenas propriedades rurais.

Cabe ainda mencionar a sanção da Lei de Proteção dos Cultivares, Lei 9.456 de 25 de julho de 1997, que foi estratégica para o aumento de investimentos estrangeiros na produção de sementes no país. Esta lei estabelece, dentre outros aspectos, que as empresas que desenvolverem uma variedade de planta devem registrá-la no Ministério da Agricultura, garantindo os seus direitos comerciais.

O Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE (2004) detectou 2.963 estabelecimentos rurais, totalizando 72.488 hectares¹², cuja finalidade principal era a produção de flores e plantas ornamentais. Entre eles predominavam as propriedades de pequeno porte, a maioria com menos de 10 hectares, que se constituíam como pequenas empresas familiares, cuja produção era totalmente destinada a um mercado de forte concorrência. Tal fato levava os produtores a terem uma preocupação constante com a obtenção de maior produtividade e na melhoria da qualidade final de seus produtos. Foi constatado, ainda, que a receita média dos produtores do setor de floricultura era 5 vezes

¹² Hectare – medida agrária equivalente a 10.000 m², segundo o Minidicionário HOUAISS de Língua Portuguesa (2004).

maior do que aquela informada por todos os demais setores, em parte devido ao alto valor comercial do produto cultivado, em parte devido à forma de organização da produção. Dentre as despesas mais significativas declaradas pelos agricultores constavam gastos com salários, adubos e corretivos, sementes e mudas, agrotóxicos, combustíveis, lubrificantes e energia elétrica, o que apontava para elevado grau de especialização e um bom nível de incorporação tecnológica do setor. No entanto, o Censo apontava que:

Embora de um modo geral bem estruturada, a floricultura nacional apresenta deficiências que entravam seu pleno desenvolvimento, e que foram agravadas pelo aumento de sua escala de produção. A não ser por algumas de suas áreas tradicionais, este setor registra uma série de problemas organizacionais como perdas de colheita e pós-colheita, embalagem, transporte e baixo índice de cooperativismo. (IBGE, 2004, p.67)

O estudo sobre a floricultura no estado do Rio de Janeiro realizado pelo SEBRAE (2003) mostra similitude com as características apontadas pelo Censo acima citado (IBGE, 2004). A produção de flores e plantas ornamentais no Rio de Janeiro é uma das mais representativas do país e é desenvolvida, de modo geral, em pequenas propriedades de até 10 hectares, que empregam basicamente mão-de-obra familiar. De acordo com Mager (1995), existem no estado duas principais zonas de produção, que se diferenciam pelas condições edafoclimáticas¹³. A primeira delas localiza-se no próprio município do Rio de Janeiro e se caracteriza pela produção de plantas para jardim. Abrange as localidades de Guaratiba, Jacarepaguá e Campo Grande, onde predomina o cultivo de palmeiras, dracenas e aráceas. A produção dessas localidades é, geralmente, vendida na propriedade e no comércio varejista, sendo também observada forte articulação com o mercado paisagista. Parte desta produção é comercializada fora

¹³ Condições edafoclimáticas são características definidas através de fatores do meio ambiente tais como o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a umidade do ar, a radiação, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial (MAGER, 1995).

do estado do Rio de Janeiro nas centrais de abastecimento (CEASA) de Campinas e de São Paulo.

A segunda zona de produção situa-se na região serrana, onde são produzidas espécies de clima subtropical e temperado. Compreende os municípios de Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Sumidouro e Bom Jardim. As duas primeiras localidades citadas concentram a produção de plantas ornamentais e flores em vaso, sobretudo orquídeas e bromélias. Nas demais, localizam-se os produtores de flores de corte, destacando-se a produção de crisântemos e gladiólos (MAGER, 1995).

Segundo dados do SEBRAE (2003), a produção de flores e plantas ornamentais tem um impacto produtivo positivo sobre a renda local, proporcionando rendimentos superiores aos alcançados com a agricultura tradicional, além de gerar receitas tributárias. Este mesmo documento enfatiza, no entanto, que há deficiências na orientação técnica no que concerne a qualidade dos sistemas de produção, assim como na estrutura organizacional de comercialização do produto. Isto apesar de a maioria dos produtores estarem preocupados com o investimento em tecnologia e de produzirem as suas flores e/ou plantas ornamentais em áreas protegidas (estufas ou telados), possuindo sistemas de irrigação e câmara fria.

A tarefa a seguir é trazer para esse campo as questões do cotidiano, a começar com uma discussão conceitual, para depois investigar o cotidiano dos agricultores familiares de flores.

1.3 O COTIDIANO

A escolha do cotidiano como eixo temático para esta pesquisa sobre os agricultores familiares de flores resulta da compreensão evidenciada por alguns autores e sintetizada por Martins (2008) de que o foco no cotidiano pode ajudar a compreender os processos estruturantes das relações sociais mais amplas. Em suas palavras,

É no fragmento de tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano, que essas contradições fazem saltar fora o momento da criação e de anúncio da História – o tempo do possível. E que justamente por se manifestar na vida cotidiana, parece impossível. Esse anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instalam as condições de transformação do impossível em possível (MARTINS, 2008, p.57).

Conforme vimos anteriormente, a expansão do capitalismo nas últimas décadas gerou a produção de novas tecnologias e de uma nova lógica para pensar a realidade. As novas tecnologias imprimiram uma aceleração de ritmo aos processos econômicos e, em consequência, à vida social. A fluidez dos grandes deslocamentos do capital traduziu-se em novos modos de produção econômica, científica e cultural, repercutindo de forma decisiva na reprodução social dos diferentes grupos humanos. De acordo com Santos (2002), as forças globais, conservadoras, exercem uma influência contínua sobre as realidades locais expressando-se no cotidiano através de discursos, dinâmicas e interesses contraditórios, gerando tensões de diferentes ordens.

Neste contexto, o cotidiano enquanto campo de estudo pode trazer visibilidade ao entrecruzamento de processos macro e microsociais e recolocar o indivíduo e a coletividade no centro do acontecer histórico, com seus avanços e contradições. Pode constituir-se como importante instrumento de análise da influência das pressões das forças hegemônicas sobre as populações locais, trazendo à discussão os impactos destas

pressões nos conhecimentos tradicionalmente construídos e na relação dos indivíduos/coletivos com o meio ambiente. Pois, como nos mostra Heller (1972), a reprodução da sociedade é também a reprodução das contradições que a permeiam. E uma dessas contradições incide no fato de que ao mesmo tempo em que o indivíduo é submetido a forças sociais adaptativas, a própria sociedade produz no indivíduo necessidades que podem levá-lo à valorização da ação consciente e transformadora, tanto no plano individual, quanto comunitário.

Os estudos sobre o cotidiano ganharam ênfase no final dos anos 1960, no rastro das transformações culturais, comportamentais e políticas. Estas mudanças trouxeram importantes questionamentos no âmbito das ciências sociais e a necessidade de repensar e de construir novas ferramentas conceituais para a apreensão da complexa realidade social. Assim sendo, na década de 1970 surgiram contribuições teóricas voltadas para a reflexão sobre a constituição dos sujeitos sociais, sobre a questão do planejamento e gestão dos espaços sociais, assim como sobre o permanente conflito entre as forças de acomodação e de resistência, conflito este que se produz tanto externamente, quanto no interior dos indivíduos. Dentre as obras publicadas no período destacamos “História e Cotidiano” (1970) de Agnes Heller; “O Direito à Cidade” (1969) e “A Revolução Urbana” (1970) de Henri Lefebvre; e o artigo publicado em 1974 por Michel de Certeau, que foi o germe de uma pesquisa desenvolvida entre 1974 e 1978 e que originou a publicação em 1980 de “A Invenção do Cotidiano” volumes 1 e 2.¹⁴

Como explica Harvey (2002), as relações de poder só podem ser compreendidas a partir de sua implicação com as práticas espaciais e temporais. Para o autor,

As práticas materiais de que nossos conceitos de espaço e tempo advêm são tão variadas quanto a gama de experiências individuais e coletivas. O desafio consiste em cercá-las de algumas estruturas

¹⁴ É importante observar que Agnes Heller e Henri Lefebvre pertencem a uma tradição filosófica diferente de Michel de Certeau. No entanto, procuramos reunir o conjunto das contribuições destes autores para a compreensão do tema do cotidiano.

interpretativas gerais que vençam o hiato entre a mudança cultural e a dinâmica da economia política. (HARVEY, 2002, p.195)

Sob esta perspectiva, Henri Lefebvre (1991) nos mostra que o domínio do espaço é uma fonte fundamental de poder social na e sobre a vida cotidiana, que se articula a outras formas de poder social, como o controle do tempo e do dinheiro. Toda sociedade produz seu próprio espaço, que serve tanto de instrumento ao pensamento quanto à ação. Este espaço é ao mesmo tempo um meio de produção e de controle, um meio de dominação e de poder. Na concepção do autor, o cotidiano é o produto histórico mais próximo de nós, constituindo-se como instrumento para a abordagem empírica da realidade e como forma de mediação entre o particular e o universal, entre o local e o global (Penin, 1989).

Para Lefebvre (1991) o fortalecimento dos processos sociais participativos de tomada de decisão é fundamental para que os indivíduos ultrapassem os limites das práticas repetitivas e desenvolvam práticas inventivas e libertadoras.

A questão da alienação e de sua superação, quando o indivíduo eleva-se acima da cotidianidade, foi um dos pontos centrais do pensamento de Agnes Heller (1972). Para a autora, a vida cotidiana está no centro do acontecer histórico e envolve o homem inteiro, em todos os seus aspectos. É o lugar onde a sociedade adquire existência concreta. As ações cotidianas como a linguagem e o sistema de hábitos ocorrem no mundo das objetivações, que tem um caráter conservador. Mas o cotidiano constitui-se, também, como um campo aberto a ações inovadoras, a saberes criativos e transformadores.

A respeito das idéias de Heller, Maria Helena Patto (1993) diz que:

Na busca de caminhos revolucionários que não sejam necessariamente a ação da classe operária ou um processo histórico que se realiza automaticamente, ela [Heller] desvenda, nas sociedades da manipulação e da alienação, nas sociedades burocráticas de consumo

dirigido (como Henri Lefebvre prefere denominar as sociedades industriais capitalistas contemporâneas) uma dimensão celular, cotidiana da exploração e da dominação. Dessa perspectiva teórica, assumem importância analítica os 'centros moleculares de poder' (entre os quais se encontram a escola e a família) nos quais se estabelecem relações onde o outro é objeto. Mas onde quer que existam relações de poder, existe a possibilidade de questioná-las e trabalhá-las. [...] É no plano de um trabalho invisível em pequenos grupos que se toma consciência da alienação e de que é agindo que se acaba com ela. [...]. (PATTO, 1993, p.132)

Ao tratar da questão do indivíduo na vida cotidiana, Heller (1972) aponta, portanto, para a busca de um projeto político direcionado às sociedades contemporâneas marcadas por relações de exploração de uma classe por outra e pela dominação cultural. Em seu pensamento, a vida cotidiana é o fermento secreto da história, pois é nela que ocorre a revolução invisível tramada por todos os homens no processo de evolução social.

É na vida cotidiana que Michel de Certeau vai buscar, igualmente, a compreensão dos movimentos de resistência ante as forças hegemônicas de reprodução e de controle social. Segundo o autor (2001), através das práticas cotidianas o indivíduo se reapropria do sistema produzido e fabrica redes de antidisciplina. Isto é, o indivíduo cria meios para escapar ou fugir dos modelos de consumo impostos pela ordem dominante, ele inventa o cotidiano, enfim.

Através do exemplo emblemático da resistência das etnias indígenas da América à colonização espanhola, De Certeau (2001) mostra que é possível subverter as representações ou leis hegemônicas sem rejeitá-las ou modificá-las diretamente, que há formas de escapar do poder sem deixá-lo. Esta subversão se dá através de micronegociações, de um modo próprio de uso (bricolage) das referências do sistema, como a linguagem. A este respeito, Damien Cru (1987) fez um estudo sobre as regras de ofício e as práticas linguageiras, que são práticas construídas por um coletivo de

trabalhadores a partir do compartilhamento cotidiano de técnicas de trabalho, e que evidenciam um modo de lidar com a tensão entre o trabalho prescrito e o trabalho real.

Para De Certeau (2001),

os mecanismos de resistência são os mesmos, de uma época para outra, de uma ordem para outra, pois continua vigorando a mesma distribuição desigual de forças e os mesmos processos de desvio servem ao fraco como último recurso, como outras tantas escapatórias e astúcias, vindas de ‘imemoriais inteligências, enraizadas no passado da espécie’ [...]. (DE CERTEAU, 2001, p. 19)

Em “A Invenção do Cotidiano”, o autor (2001) dialoga e faz um contraponto com as idéias de Michel Foucault (1987) na obra sobre a microfísica do poder e os espaços de controle na vida social moderna. Segundo Harvey (2002, p. 198), embora De Certeau reconheça “que as práticas da vida podem ser e são convertidas nas ‘totalizações’ do espaço e do tempo organizados e controlados de maneira racional”, ele propõe uma contrapartida às estratégias do sistema tecnológico, que produz a rede disciplinar. Esta contrapartida consiste nas táticas populares relacionadas ao cotidiano – habitar, circular, falar, ler, ir às compras, cozinhar – nas operações e usos individuais, nas suas ligações e nas trajetórias dos praticantes. Em suas palavras, este processo implica em “operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os detalhes do cotidiano” (DE CERTEAU, 2001, p. 41).

Segundo Harvey (2002, p. 197), De Certeau “trata os espaços sociais como instâncias mais abertas à criatividade e ação do homem, definindo assim uma base para a compreensão do fermento das culturas populares e localizadas, ainda que expressas no âmbito da estrutura imposta por alguma ordem repressiva abrangente.”

O resgate da noção de cotidiano e sua re-significação pela ação dos indivíduos em suas práticas e espaços sociais é o fio condutor que alinhava as idéias de Lefebvre,

Heller e De Certeau. Para estes autores, o estudo do cotidiano deve trazer visibilidade para a complexa trama urdida nos processos de reprodução social, onde valores, crenças, elementos cognitivos e afetivos, conflitos individuais e coletivos se cristalizam ou se diluem, em um fluxo de permanências e variabilidades, de acomodação ou de tomada de consciência.

E é a partir da articulação entre a contribuição teórica dos autores citados e o discurso das pessoas entrevistadas no decorrer da pesquisa, que procuraremos desenvolver o estudo sobre o cotidiano dos agricultores familiares de flores de Vargem Alta.

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

Esse estudo, voltado para o conhecimento do processo de vida e de trabalho dos agricultores familiares de flores de Vargem Alta, no município de Nova Friburgo, foi desenvolvido com base em uma abordagem qualitativa. No decorrer da pesquisa de campo foram entrevistadas vinte pessoas (agricultores e agricultoras), tendo sido feita, posteriormente, a análise e a interpretação do conteúdo das entrevistas. Estes procedimentos metodológicos serão apresentados de modo mais detalhado a seguir.

Segundo os ensinamentos de Malinowski (1976), a pesquisa qualitativa possibilita o estudo de diferentes culturas/realidades, a partir da lógica dos próprios sujeitos, implicando na não neutralidade do pesquisador em suas observações, na importância do diário de campo, na reprodução da linguagem nas anotações realizadas para permitir uma melhor compreensão das pessoas, e na integração entre a pesquisa de campo e o conhecimento teórico pelo pesquisador. A pesquisa bibliográfica aconteceu durante todo o percurso da tese. Mesmo durante a análise e a discussão dos resultados novos autores foram sendo chamados para elucidar o material coletado.

Conforme sintetizam Ferreira et al (2002, p.249), nas pesquisas qualitativas a realidade a ser estudada passa a ser considerada

como um fenômeno cultural, histórico e dinâmico, experienciado e descrito por um pesquisador a partir do seu ato de observar. [...] A pesquisa qualitativa, em função da aceitação ampla da processualidade dos fenômenos sociais, passa a ser vista como uma situação na qual ocorrem processos de produção de sentido, em que o pesquisador e participantes estão envolvidos e não, simplesmente, como uma situação onde processos externos ao observador estejam sendo representados de uma forma verídica.

2.1 Caracterização do campo da pesquisa

A contextualização da localidade de Vargem Alta envolve uma retrospectiva histórica do desenvolvimento do município de Nova Friburgo, em especial do processo de imigração e de colonização da região.

A população do município de Nova Friburgo é de 173.418 habitantes, sendo que 21.501 pessoas, ou 12,4% do total, vivem na zona rural (IBGE, 2000). Dentre as localidades que se destacam pelas unidades familiares de produção agrícola, temos os distritos de Lumiar (5º) e de São Pedro da Serra (7º). Estes distritos situam-se, aproximadamente, a setecentos metros acima do nível do mar, em uma região de paisagem exuberante, que apresenta “relevo bastante irregular, com muitas montanhas que se alternam com vales e pequenas várzeas, cortados por córregos e pequenos rios” (SÁ REGO, 1988, p. 95). Estes distritos compreendem as localidades de Lumiar, Rio Bonito, Cabeceira do Rio Bonito, Rio Bonito de Baixo, Galdinópolis, Macaé de Cima, Toca da Onça, Santiago, Pedra Riscada (5º Distrito), São Pedro da Serra, Boa Esperança, Vargem Alta, Stucky, Benfica e Bocaina dos Blaudt (7º Distrito) (LEVIGARD, 2001).

Historicamente, a fundação destes povoados insere-se no movimento de criação do atual município de Nova Friburgo, efetivado através do primeiro projeto colonizador com imigrantes europeus promovido pelo Estado. Em 1818, atendendo aos pedidos do Cantão Suíço de Fribourg, foi assinado o primeiro acordo para a imigração de suíços, que chegaram no final daquele ano. A política colonial de D. João VI visava contrabalançar a mão-de-obra escrava negra, com trabalhadores brancos, em um país que se constituía como nação (branca) voltada para a Europa (CARNEIRO, 2000).

Estes imigrantes tiveram que conviver com todo tipo de dificuldade, como terras ruins, condições impróprias de vida e inadequação no escoamento da produção, o que

resultou tanto no êxodo em busca de melhores terras, quanto na vinda para a cidade do Rio de Janeiro ou no retorno para a Europa. O clima das serras foi um fator importante na fixação de colonos no interior de Nova Friburgo e de Teresópolis.

Em 1823, D. Pedro I assinou um acordo para a vinda de colonos alemães, que chegaram em janeiro de 1824 e foram ocupar as terras inicialmente abandonadas pelos suíços. Do mesmo modo que os suíços, os alemães também se ressentiram com as terras inóspitas que lhes foram destinadas e com a precariedade das estradas, o que provocou novo deslocamento dos imigrantes, seja para a cidade do Rio de Janeiro, seja para regiões mais férteis (LEVIGARD, 2001).

Os distritos de Lumiar, São Pedro da Serra e outros surgiram deste deslocamento de suíços e alemães em busca de terras mais produtivas. Segundo Schiavo (1997), estas condições adversas implicaram no isolamento geográfico dos colonos, que desenvolveram uma economia de subsistência semifechada, ficando relegados à própria sorte. Este isolamento durou até 1950, quando por iniciativa de alguns moradores foi aberta a estrada que acompanhava o trajeto das tropas de mula. A estrada ligava Lumiar a Muri, onde encontrava a via principal de acesso à cidade de Nova Friburgo. No início da década de 1960, por iniciativa de um morador da região, começou a funcionar a primeira linha regular de ônibus e, em 1982, a estrada foi asfaltada, perfazendo um total de 30 quilômetros do distrito de Lumiar até o centro da cidade de Nova Friburgo (CARNEIRO, 2000). Segundo Schiavo (1997, p. 19), “as transformações operadas pelo desenvolvimento do capitalismo na sociedade envolvente, encarregaram-se de alcançá-los, não por acaso, na década de 60, retirando-os do ostracismo de mais de um século, para incorporá-los à economia geral do país”.

Os principais produtos comercializados até a década de 1950 foram o café e a carne de porco e, em menor proporção, feijão, farinha de mandioca, batata, milho e

cabrito. Mas, após a abertura da estrada, melhorou o escoamento da produção para o Rio de Janeiro e para Belo Horizonte, garantindo-lhes um melhor posicionamento no mercado. Tal fato deflagrou uma mudança na orientação das unidades produtivas, estimulando e intensificando a produção mercantil. Outros fatores que foram fundamentais para este processo estão intrinsecamente relacionados à política modernizadora, que oferecia crédito subsidiado, atrelado à compra de fertilizantes e de agrotóxicos (SCHIAVO, 1997, CHIAVENATO 1991).

Nesse novo contexto, os agricultores reorientaram a sua produção, privilegiando as lavouras de café, inhame, batata inglesa e de palmas (SCHIAVO, 1997). Na década de 1970, os maiores lucros eram auferidos pelas lavouras de café e de palmas. Mas, o cultivo de café foi abandonado pelos agricultores devido ao endividamento com as altas taxas de juros cobradas nos empréstimos bancários e pelo baixo preço do produto no mercado. Quanto às lavouras de palmas, estas foram destruídas por um fungo (CARNEIRO, 2000). Na ocasião, a produção de inhame foi a que se mostrou menos vulnerável (SCHIAVO, 1997). Nos dias atuais, os principais produtos agrícolas locais comercializados nos mercados fluminenses são o inhame, a batata inglesa, a batata doce, o tomate, a banana, o feijão, o milho e as flores (TEIXEIRA, 2003).

É importante destacar que o município é o 2º maior produtor de flores de corte do Brasil e o maior produtor do Estado do Rio de Janeiro, concentrando cerca de 220 dos 370 produtores de flores da região serrana do estado (Prefeitura de Nova Friburgo, 2008).

Como assinala Carneiro (2000), os agricultores da região ainda enfrentam as dificuldades estruturais do passado, como a falta de rentabilidade suficiente para promover uma acumulação de bens e investimentos na produção. Tal circunstância os leva a um contínuo esforço para redefinirem estratégias de sobrevivência dentro e fora

da agricultura, o que os caracteriza, em muitos casos, como pluriativos. Ou seja, para complementar a renda necessária à manutenção de seus grupos domésticos, os agricultores combinam o trabalho agrícola com atividades não agrícolas (CARNEIRO, 2000; TEIXEIRA, 2003).

A expansão do turismo na região, sobretudo a partir da década de 1990, desencadeou o incremento da construção civil e o aumento da oferta de trabalho para os homens em atividades de caseiro, pedreiro, marceneiro, jardineiro e pintor. Do mesmo modo, as mulheres procuram complementar o rendimento das unidades familiares trabalhando no comércio ou nas pousadas e casas de veraneio, desempenhando atividades como faxineiras, lavadeiras e cozinheiras. Alguns agricultores têm alugado ou até mesmo vendido suas terras, ou parte delas, para a construção de pousadas, bares e restaurantes (LEVIGARD, 2001).

Diferentemente do que ocorre nas localidades circundantes, não há atividade de turismo em Vargem Alta, cuja população de cerca de 1.500 habitantes¹⁵ se mantém exclusivamente da agricultura, sobretudo do plantio de flores. Localizada no 7º distrito, compreende vários sítios e expande as plantações de flores até as localidades de Stucky e Colonial 61, assim como à divisa com o município de Bom Jardim.

A maior parte da produção é de rosas, crisântemos e de palmas, mas são cultivadas, também, outras espécies como monsenhor, tango, chuva de prata, gérbera, cravos, copo-de-leite e lírio, além de folhagens como junco e papiros, dentre outras. Segundo Teixeira (2003), a agricultura local representa o maior potencial econômico da região e fonte de ocupação da população, uma vez que a maior parte das explorações está voltada para a floricultura, produto “que possibilita um importante processo de

¹⁵ O dado aproximado foi fornecido pelos entrevistados. Não conseguimos o dado oficial sobre a população de Vargem Alta.

diferenciação social entre os pequenos agricultores familiares” (TEIXEIRA, 2003, p. 20).

Durante a fase exploratória de campo pudemos constatar que a estrada que leva a Vargem Alta é parte asfaltada, parte de terra, estreita e muito sinuosa, sendo que o trajeto até o centro da cidade de Nova Friburgo leva cerca oitenta minutos. Os ônibus para a localidade circulam de duas em duas horas, a partir das 7 horas da manhã. A paisagem é entrecortada por numerosas plantações de flores, em estufas ou em campo aberto. Nas encostas, é possível avistar, também, plantações de legumes, como batata doce, inhame, repolho e couve-flor.

As casas dos agricultores são próximas às plantações, mas distantes umas das outras. O povoado tem uma igreja católica, um posto de saúde e três escolas (municipal, estadual e uma escola do Instituto Ibelga), sendo que a oferta de ensino vai da pré-escola até a oitava série do ensino fundamental. Existe, ainda, um campo de futebol e um comércio restrito, que inclui um bar, um armazém e uma pequena loja de material de construção.

Os agricultores comercializam as flores, principalmente, no Centro de Abastecimento da Guanabara (CADEG), que fica no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro. O transporte é feito por caminhões, kombis ou jipes, em geral de propriedade dos agricultores. Cerca de dez caminhões carregados de flores saem diariamente de Vargem Alta para a cidade do Rio de Janeiro. No entanto, apesar da importância econômica desta produção, que segundo dados de 2004 da Secretaria de Agricultura de Nova Friburgo movimentou em média R\$ 20 milhões/ano (EMBRAPA, 2007), a floricultura não está contemplada nos dados sócio-econômicos atuais do município divulgados pela Prefeitura (2009).

2.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Delimitamos como sujeitos da pesquisa os agricultores de flores e moradores da localidade de Vargem Alta, no município de Nova Friburgo, maiores de 18 anos. No total foram entrevistadas 20 pessoas, sendo 17 homens e 3 mulheres. Dezenove pessoas são agricultores e uma pessoa é moradora de Vargem Alta, trabalha no Centro de Artesanato de Nova Friburgo e é casada com o presidente da associação de moradores e produtores local, a AFLORALTA.

A idade dos sujeitos da pesquisa variava entre 23 e 61 anos, distribuída conforme tabela abaixo:

IDADE	HOMENS	MULHERES	TOTAL
20 – 29 anos	04	—	04
30 – 39 anos	10	01	11
40 – 49 anos	01	—	01
50 – 59 anos	02	01	03
60 – 69 anos	—	01	01
TOTAL	17	03	20

Sujeitos da pesquisa por faixa etária e sexo

Na fase exploratória de campo tivemos como interlocutores dois agricultores de Vargem Alta, uma funcionária da Ação Rural de Lumiar, localidade próxima, e o engenheiro agrônomo da EMATER, responsável pelo apoio técnico aos agricultores de flores do município de Nova Friburgo.

No decorrer da pesquisa de campo propriamente dita colhemos depoimentos de outros profissionais, que serão utilizados para ampliar a compreensão sobre a realidade local. Dentre estes profissionais estão um enfermeiro do posto de saúde de Vargem Alta, o coordenador do Programa Saúde da Família do município, um funcionário da Secretaria de Agricultura do município, um pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz

(IOC/FIOCRUZ) e um pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

2.3 O desenvolvimento da pesquisa de campo

A partir do levantamento bibliográfico reunimos os dados sobre o histórico da região e sobre a agricultura familiar no município. Dados mais específicos sobre a produção de flores foram obtidos, também, na Festa da Flor, ocorrida em outubro de 2008, quando tivemos a oportunidade de conversar com alguns agricultores e com um funcionário da Secretaria de Agricultura de Nova Friburgo. As informações concernentes ao CADEG foram obtidas através de busca na administração local, assim como através do relato dos próprios agricultores.

No decorrer do trabalho de campo, utilizamos técnicas próprias da etnografia, subjacente às quais existe o princípio da interação constante entre o pesquisador e o objeto pesquisado, a ênfase que o pesquisador atribui ao desenrolar do processo de pesquisa, assim como sua preocupação em apreender e descrever o ponto de vista dos sujeitos, de modo a descobrir novas formas de compreensão da realidade (MINAYO, 1994; GOLDENBERG, 1997).

A coleta do material empírico foi feita através de entrevistas semi-estruturadas, conforme roteiro abaixo, que foram registradas por escrito, sempre com o consentimento prévio dos entrevistados (APÊNDICE A). As informações decorrentes de conversas informais e da observação do cotidiano foram registradas em um diário de campo. A opção de privilegiar as entrevistas semi-estruturadas como técnica de coleta de dados decorre do fato de que estas favorecem o desenrolar de narrativas, cujo

conteúdo entrelaça questões individuais e coletivas, inserindo a linguagem do sujeito em seu contexto social (MINAYO, 1994; GOLDENBERG, 1997).

1. Desde quando o Sr. (Sra.) planta flores?
2. Que motivos o levaram a plantar flores?
3. Que outros produtos o Sr. (Sra.) planta?
4. O Sr. (Sra.) poderia descrever o seu trabalho, as suas tarefas?
5. Como o plantio de flores afetou sua vida, de sua família e do seu povoado?
6. Qual é a orientação dada pelo governo para o plantio de flores? E quais são as restrições feitas aos agricultores?

Roteiro das entrevistas semi-estruturadas

Algumas informações reunidas na fase exploratória de campo, realizada no ano de 2008 em Vargem Alta, nos levaram a optar pela realização da maioria das entrevistas com os agricultores no Centro de Abastecimento (CADEG). Naquela ocasião constatamos a dificuldade de comunicação telefônica na localidade, assim como a grande distância e dificuldade de acesso aos sítios, devido à escassez de ônibus e às precárias condições da estrada, que são ainda mais agravadas nos períodos de chuva.

As entrevistas foram realizadas no período de janeiro e fevereiro de 2009, sendo que no CADEG os agricultores foram entrevistados em diferentes dias da semana, no período da manhã, quando ocorre, principalmente, a venda no varejo. Por entre o movimento, o ruído e as flores expostas em grandes baldes procuramos localizar e identificar os agricultores de Vargem Alta.

Conforme veremos a seguir, o CADEG, local onde realizamos as entrevistas¹⁶, integra a vida cotidiana dos agricultores familiares de flores, constituindo-se como um

¹⁶ Dezenove entrevistas foram realizadas no Centro de Abastecimento e somente uma entrevista foi realizada na cidade de Nova Friburgo.

espaço de comércio e de socialização, como a extensão de um processo de vida e de trabalho, iniciado com o plantio das sementes na terra e a transmissão de um conhecimento ao longo de gerações. Representa, também, a parte final de um complexo processo produtivo e o centro de convergência e de integração dos agricultores de Vargem Alta.

O CADEG foi construído no terreno da antiga fábrica de cigarros Veado, no bairro de Benfica, para substituir o antigo Mercado Municipal da Praça XV, que foi demolido para a construção do elevado da Perimetral, segundo o plano de urbanização de 1956 do então Distrito Federal, hoje cidade do Rio de Janeiro. Inaugurada em 1962, a central de abastecimento tem abrigado o comércio de flores de algumas gerações de agricultores de Vargem Alta, que junto com os filhos e outros familiares dividem rotineiramente as tarefas. A viagem até o CADEG é longa, cansativa e envolve o carregamento dos caminhões na origem e a descarga e arrumação das flores, além da rearrumação para a viagem de volta no dia seguinte. Todos ficam envolvidos nas vendas, revezando-se para pequenos períodos de descanso, quando dormem nos próprios caminhões, apesar do intenso barulho do ambiente.

O comércio de flores ocorre num imenso galpão coberto, dividido em 138 boxes, onde ficam estacionados os caminhões de flores. O espaço é numericamente demarcado para atender veículos de diferentes tamanhos, que chegam diariamente de municípios do estado do Rio de Janeiro e, também, dos estados de São Paulo, do Espírito Santo e de Minas Gerais. Para vender no mercado é preciso alugar um espaço, sendo que o aluguel mensal varia de R\$ 500,00 a R\$ 1.050,00. De modo geral, os agricultores se revezam nos dias de venda, o que lhes permite dividir o aluguel. O horário de venda é de 02:00 h. às 12:00 h., sendo que os caminhões começam a chegar por volta das 20:00 h. do dia anterior. A maior parte das vendas ocorre durante a madrugada, horário estratégico

considerando a característica perecível do produto. Os compradores por atacado são lojistas, donos de quiosques, funerárias, feirantes e decoradores. Apesar do custo elevado do aluguel do espaço, há o reconhecimento de que houve investimentos, ao longo dos anos, na melhoria da qualidade do local, com a construção da cobertura do galpão, de sanitários, de canalização de água para o mercado de flores, assim como no reforço da segurança.

As entrevistas com os agricultores de Vargem Alta nos possibilitaram compreender com riqueza de detalhes algumas circunstâncias de seu contexto de vida e de trabalho, assim como os seus dramas e conquistas. Foi possível, ainda, apreender aspectos das relações de vizinhança, da organização comunitária e dos consensos e dissensos da população local. Inicialmente houve alguma dificuldade para que as pessoas aceitassem participar da pesquisa. Mas, após a 3ª entrevista, foi possível contar com a ajuda dos próprios agricultores para as entrevistas subseqüentes. Estes indicavam outras pessoas de Vargem Alta, o número da vaga de seus caminhões e informavam o dia da semana em que estariam no CADEG. Houve, também, momentos em que outros agricultores se aproximavam para participar das entrevistas que estavam sendo realizadas, trazendo as suas observações. Como não havia lugar para sentar, algumas vezes a borda dos caminhões servia de apoio para o registro das entrevistas.

2.4 A análise das entrevistas

Na concepção de Heller (1972), a vida cotidiana é a vida de todo homem e do homem todo, na medida em que “nela colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.” (p. 17) O indivíduo da vida cotidiana é aquele

voltado para as necessidades ligadas à sua sobrevivência, sujeito tanto a ações alienantes, quanto a ações de resistência. E é nesta perspectiva que iniciamos a análise das entrevistas realizadas com os agricultores de flores de Vargem Alta.

A análise do conteúdo das entrevistas nos conduziu à aproximação de alguns temas recorrentes em sua realidade de vida e, no interior de cada um destes temas, descortinaram-se outras dimensões, revelando tanto as particularidades de seu cotidiano, como as similitudes com questões que afetam os demais agricultores familiares no Brasil. Assim sendo, no processo de análise do conjunto de entrevistas adotamos os critérios descritos por Minayo (1994), que implicam na criação de categorias de temas e subtemas, na contextualização, compreensão e explicação das interrelações e condicionamentos associados ao modo como os indivíduos atribuem sentido a suas narrativas.

Para compreender este delicado mosaico discursivo, buscamos associar aos eixos temáticos emergentes contribuições de diferentes ordens como aportes teóricos, dados documentais e depoimentos de profissionais entrevistados no decorrer da pesquisa, direta ou indiretamente relacionados aos agricultores de flores¹⁷. Por isso, trechos das falas destes profissionais vão ilustrar, também, as categorias, ao lado das falas dos agricultores.

Antenados nos tempos atuais não somente através das antenas dos celulares e das parabólicas das televisões, os agricultores familiares de flores de Vargem Alta deixam vislumbrar mudanças em seu modo de vida e de trabalho, assim como os dilemas que enfrentam no dia-a-dia.

¹⁷ Todos os entrevistados estão sendo preservados e aparecem sem os seus nomes. Apenas são mencionados dados relativos à idade dos agricultores e ao fato de o entrevistado ser agricultor ou profissional de outra área.

A leitura flutuante do material fez emergir 5 categorias principais, a saber: a floricultura, a organização social dos floricultores, a localidade, os agrotóxicos e o meio ambiente, que serão melhor explicadas no desenvolvimento da análise das entrevistas.

2.4.1 A floricultura

No que se refere à floricultura, surgiram questões relacionadas ao processo de produção, ao êxodo rural por parte dos jovens, à pluriatividade, aos papéis desempenhados pelas mulheres no meio rural, à aposentadoria e outras questões previdenciárias dos agricultores, à carência de orientação técnica e de acesso a modernas tecnologias.

Das vinte pessoas entrevistadas, dezessete pertencem a famílias que produzem flores há décadas, sendo que em alguns sítios o plantio de flores ganhou o espaço que anteriormente era destinado aos legumes ou ao plantio misto de flores e de olerícolas.¹⁸ Os agricultores enfatizam, no entanto, que embora a floricultura traga melhor rentabilidade, é um tipo de produção que exige muito empenho, além do enfrentamento de muitos riscos. Segundo eles:

- Economicamente é melhor. [sic] (agricultor, 35 anos)

- É mais leve de se trabalhar. [sic] (agricultor, 52 anos)

- Flor gera muita renda aqui [no Rio] e lá [em Vargem Alta]. [sic] (agricultor, 34 anos)

- O trabalho é bom. A flor é coisa bonita, todo mundo gosta de ver. A flor lá [em Vargem Alta] é referência, grande referência né? A flor ajuda na cultura. [sic] (agricultor, 23 anos)

- É mais leve, mais fácil. É um dinheiro mais rápido. Legume demora muito e é mais pesado de levar. [sic] (agricultor, 37 anos)

¹⁸ Olericultura – cultura de legumes

- A flor ela é bem trabalhosa [...]. Mas não é um cultivo difícil não. [sic] (agricultor, 39 anos)

- É um trabalho esforçado, tem que ter muito compromisso e força de vontade. [sic] (agricultor, 33 anos)

Os agricultores referem benefícios da produção de flores, que são consonantes com os dados apresentados pelo IBGE (2004), segundo os quais esta atividade é desenvolvida preponderantemente em pequenas propriedades, apresentando um alto valor agregado. Os agricultores de Vargem Alta entrevistados poderiam ser classificados como agricultores modernizados ou em vias de modernizar-se, constituindo um contingente restrito no universo rural do município de Nova Friburgo. Para Campanhola e Silva (2004),

Os poucos produtores nessa categoria se sustentam, como os demais, por meio de mão-de-obra familiar, auxiliada por alguns trabalhadores sob sistema de parceria, ou recorrendo a trabalhadores locais remunerados por diárias [...], ou por mão-de-obra contratada eventualmente. Conta para o sucesso dessas famílias a existência de filhos na composição do grupo doméstico. Esses produtores se destacam dos demais, sobretudo pela relação mais intensa com o mercado – o que pode ser observado no volume e na qualidade da produção – e pela utilização de máquinas e de técnicas de cultivo mais aprimoradas. Além disso, distinguem-se pela propriedade dos meios de transporte, o que viabiliza a comercialização de seus produtos e garante um suplemento de renda na comercialização da produção de vizinhos. Destacam-se também por dominarem razoavelmente o cálculo financeiro e por terem um contato mais freqüente com os agentes financeiros (bancos) – ainda que a resistência ao crédito seja muito forte – e com a assistência técnica. (CAMPANHOLA e SILVA, 2004, p. 20)

No entanto, como apontam Dacorso et al (2007),

A atividade envolve um grau de risco alto, de diversas naturezas. As principais incertezas identificadas para o negócio foram: clima, doenças e pragas, desqualificação de mão-de-obra, perecibilidade do produto, inadimplência dos clientes, alto custo de transporte e instabilidade da demanda. (DACORSO et al, 2007, p. 167)

Alguns destes riscos foram apontados pelos agricultores:

- O plantio corre o risco de ser pior do que aqui [no Rio]. Aqui a gente corre o risco de levar um tiro. Todos os riscos a gente corre na roça. [sic] (agricultor, 26 anos)
- Ninguém vai trabalhar no meio do veneno, furando as mãos pra ganhar uma merreca.[...] Quem trabalha na roça tem uma vida difícil. [sic] (agricultora, 39 anos);
- Flor é muita despesa. [sic] (agricultor, 37 anos)
- É ótimo, difícil é mão-de-obra, falta gente pra trabalhar. [sic] (agricultor, 39 anos)
- A gente planta e colhe direitinho [...] O pior da flor é na hora da venda, por causa dos pilantras que dão cheques sem fundos. É muito pilantra que trabalha na flor. [sic] (agricultor, 35 anos)

Especificamente em relação à questão da falta de mão-de-obra na floricultura, as palavras de um agricultor parecem trazer alguma compreensão para o problema:

- Tem uns debates de um tal de êxodo rural. O pessoal mais novo sai e não quer voltar mais. Isto está acontecendo em Vargem Alta. Eles não querem mais trabalhar no campo. Tudo é difícil e gasto. Os jovens querem estudar e trabalhar na cidade, ter seus empreguinhas, folga e não quer mais voltar. Trabalham como sacoleiros, nos supermercados, na fábrica de confecção de lingerie. Tem até muitas mulheres que trabalham na confecção e em casas de família no centro [sic] (agricultor, 30 anos)

Estudo sobre jovens desenvolvido por Pereira (2004) em duas localidades rurais do município de Nova Friburgo mostra que,

Nas duas localidades, independentemente do nível de contato entre campo e cidade, o lugar já não é o único espaço para onde os jovens dirigem sua atenção. O olhar para a sede do município ou outros espaços urbanos informa que, para muitos deles, o conhecimento adquirido no local pode servir como estratégia na busca de melhores oportunidades de trabalho e estudo. (PEREIRA, 2004, p. 324)

Complementando este raciocínio, temos as observações de Campanhola e Silva (2004) extraídas de pesquisa realizada no mesmo município. Segundo estes autores,

A grande maioria dos jovens já não quer mais seguir a profissão de agricultor do pai, recebendo, inclusive, o estímulo dos próprios pais que vislumbram outro futuro mais rentável e menos penoso pros filhos. [...] Esse tipo de avaliação se reflete na escolaridade dos jovens, que ultrapassa em muito a dos pais, tendendo a aumentar essa distância quando avaliadas as pretensões sobre o futuro. (CAMPANHOLA e SILVA, 2004, p. 30)

Dentre os agricultores mais jovens entrevistados, dois deles são casados e moram na cidade, mas se deslocam todo dia para trabalhar em Vargem Alta, seja na agricultura, seja na administração do negócio, ou no transporte e na venda das flores na CADEG.

Embora seja usual que toda a família esteja envolvida na produção de flores, inclusive com a participação das crianças e dos adolescentes, observa-se que há uma preocupação dos agricultores com a continuidade do estudo dos filhos. Observa-se, também, o fato de as mulheres começarem a se dedicar a outras profissões dentro da localidade, como professora e merendeira, ou a trabalharem no centro da cidade no comércio ou em faxina, retornando para casa todos os dias. Além disso, algumas jovens estão ampliando a sua escolaridade, como a filha de um agricultor que está cursando a faculdade de geografia em Friburgo, e a esposa de outro agricultor que faz mestrado em engenharia eletrônica na UFRJ.

De modo geral, as mulheres participam ativamente do trabalho agrícola, além de fazerem as atividades domésticas. Como disse um entrevistado,

- Com a flor se gasta menos quantidade de terra, é mais leve de se trabalhar. Tem a possibilidade da mulherada¹⁹ poder trabalhar, porque

¹⁹ Dois outros agricultores fizeram comentários semelhantes sobre a *mulherada*. (grifo nosso)

é um serviço mais leve, embalar, fazer mudas [...]. [sic] (agricultor, 52 anos)

Segundo uma agricultora,

- Fazer o quê, né? Tem que cuidá das flores, da casa, das crianças. Tem que plantá, tem que adubá com esterco de galinha [...]. Quem trabalha na roça tem uma vida difícil. [...] A gente só trabalha [...]. [sic] (agricultora, 39 anos)

Pesquisa desenvolvida por Brumer (2004) refere que há um consenso em

diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura, que permitem concluir que as mulheres [e de modo geral, também as crianças e os jovens] ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. É preciso destacar que o caráter de ‘pesado’ ou ‘leve’ da atividade é relativa e culturalmente determinada, uma vez que, na esfera de suas atividades [doméstica], a mulher executa tanto trabalhos ‘leves’ como trabalhos ‘pesados’ [como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas, carregar os filhos e buscar água em lugares distantes do domicílio]. [...] O trabalho é ‘leve’ [e a remuneração é baixa], não devido a suas características, mas devido à posição ocupada na hierarquia da família por aqueles que executam o trabalho. (BRUMER, 2004, p. 210-211)

Duas agricultoras entrevistadas na CADEG participam ativamente de todas as fases da produção, do plantio à venda das flores e, inclusive, da gestão do negócio. Uma delas, de 56 anos, disse que “a aposentadoria das mulheres na roça deveria ser mais cedo, a mulher com uns 50 anos e o homem com 55 anos” [sic].

O tema da aposentadoria foi igualmente abordado por um agricultor, que explicou que

– O único incentivo que o governo dá é na aposentadoria. Quem tem o talão de nota [da produção] não precisa nem pagar o INSS. [As demais pessoas que trabalham com quem tem o talão da produção registram um contrato no cartório, que serve como comprovante para fins dos benefícios da Previdência Social]. Por exemplo, se a gente for ao médico, qualquer ficha que for preencher, médico, escola, tem que colocar que é lavrador. Todo documento tem que ser de lavrador pra

comprovar. Eles exigem muita coisa [no INSS]. Se eles não exige, a pessoa mora na cidade e diz que é lavrador pra não pagar o INSS. Teve caso de na certidão de casamento a mulher colocar que é do lar e na hora da aposentadoria ou do salário maternidade dava problema. Aí dava muito trabalho [pra comprovar que é lavrador]. O pessoal tinha vergonha de dizer que é lavrador. Agora as pessoas já se conscientizou mais.[...] O pessoal dos sindicatos rurais foram conscientizando eles. Em Bom Jardim tem [sindicato rural]. Na hora de aposentar passa tudo por eles. No caso de acidente de trabalho passa tudo por eles. [sic] (agricultor, 37 anos)

Conforme explica Schwartzer (2000),

O programa previdenciário rural no Brasil possui a sua atual configuração legal determinada pela Constituição de 1988 e pelas Leis 8.212 e 8.213, de 1991. [...] Em termos de plano de benefícios, tal qual para os segurados 'normais' do INSS, o piso de benefícios para aposentadorias (pensões) dobrou (triplicou) e passou a ser de um salário mínimo aplicável também aos benefícios concedidos antes de 1988. Outra especificidade de tratamento reside na idade de acesso à aposentadoria por idade mais baixa, fixada em 60/55 anos para homens/mulheres no meio rural [...]. uma terceira diferença de tratamento corresponde à carência, que, ao invés do período de contribuição mínimo previsto para os segurados urbanos, pode ser cumprida mediante comprovação de tempo de atividade rural de igual extensão, a ser feita, além das possibilidades elencadas para os segurados urbanos, por documentação comprobatória do uso da terra (contrato de parceria ou arrendamento, termo de propriedade do terreno etc), notas de venda de produção rural (bloco de notas do produtor rural) ou declaração expedida pelo sindicato rural e homologada pelo INSS. (SCHWARTZER, 2000, p. 76-77)

A retomada pela Constituição de 1988 da discussão sobre os benefícios para os agricultores na política previdenciária parece estar atenuando uma marca de desvalorização, que aparece de forma contundente nas representações dos trabalhadores rurais brasileiros. Como explica Cardoso (2002),

as políticas brasileiras sempre favoreceram a hegemonia de pequenos grupos, que detêm o poder político e regem os destinos do país [...], marginalizando no decorrer da sua história os índios, os escravos africanos, os mestiços e os imigrantes. [Assim sendo,] a exclusão social dos trabalhadores rurais é sustentada por um discurso em que são ignoradas as condições materiais da existência do lavrador brasileiro, inclusive pelo próprio lavrador. (CARDOSO, 2002, p. 3)

A explicação de Cardoso (2002) pode ser complementada pelo pensamento de Moreira (1999), quando explicita:

O agricultor familiar vivencia uma cultura que o concebe como um ser social inferior. Uma inferioridade objetivada historicamente em sua incapacidade de progresso no contexto de acumulação capitalista. Exteriorizada na cultura dominante, esta concepção tende a se interiorizar na psique camponesa, conformando uma subsunção idealizada. (MOREIRA, 1999, p. 192)

Especificamente em relação aos agricultores de flores de Vargem Alta, o pesquisador da EMBRAPA entrevistado explicou que o negócio é muito rentável, que eles vendem toda a produção, que têm um posicionamento geográfico muito bom, próximo a estradas, portos e aeroportos, o que possibilitaria a exportação, mas não têm nenhuma assistência técnica.

- A assistência técnica é o vendedor de insumos. O agricultor vai até a loja com um propósito, comprar um insumo que ele acha que precisa. O vendedor se aproveita disso, porque é obrigado a vender, porque ele tem uma meta de venda. [...] O agricultor é a ferramenta de lucro de todo mundo. [...] O agricultor geralmente tem a prática dele, é instruído, é capitalizado, é muito bom comerciante, tem um associativismo muito forte, tanto de moradores quanto de produtores. [...] O agricultor literalmente joga dinheiro fora. É o pacote tecnológico do excesso e do desequilíbrio em todos os sentidos: econômico, técnico, ambiental, de saúde. Mas ainda é lucrativo [...]. [sic] (pesquisador da EMBRAPA)

A falta de orientação técnica e de recursos tecnológicos foi expressa da seguinte forma por um entrevistado:

- A gente joga no escuro [...] a gente não tem nada que ajuda em nada. [sic] (agricultor, 52 anos)

As dificuldades acima relatadas afetam decisivamente o cotidiano dos agricultores e o seu desenvolvimento econômico.

2.4.2 A organização social dos floricultores

O tema da organização social evidenciou no discurso dos agricultores o fato de que apesar de terem uma Associação (AFLORALTA), encontram muita dificuldade para se unirem em torno de objetivos comuns, como a compra de agrotóxicos mais baratos, a coleta das embalagens vazias, a competição com os paulistas na CADEG e as reivindicações junto ao poder público municipal.

Um aspecto que emerge das entrevistas com os agricultores e que parece constituir-se como dilemático em seu cotidiano diz respeito às dificuldades de se organizarem em torno de seus interesses comuns.

Quando realizamos a pesquisa exploratória de campo no ano de 2008 um agricultor nos informou que estava ocorrendo um ciclo de palestras na Escola Ibelga, uma vez por semana à noite, durante algumas semanas, visando orientar os agricultores de Vargem Alta para a formação de uma cooperativa. Este mesmo agricultor nos explicou que a participação estava sendo baixa, em parte devido ao horário e ao cansaço, em parte devido à viagem de agricultores para o Rio (para a CADEG), ou até mesmo devido ao desinteresse da maioria. Ele nos deu um jornal de circulação no meio rural do estado (Rio Rural, março de 2008), onde havia uma reportagem sobre o Programa Florescer, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Agricultura, que visa capacitar e treinar os produtores de flores para melhor conhecimento das demandas e exigências do mercado, assim como para a formação de cooperativas.²⁰

No mesmo ano de 2008 entrevistamos o engenheiro agrônomo da EMATER, responsável pelo apoio técnico aos agricultores de flores de Nova Friburgo. Segundo ele, os produtores de flores de Vargem Alta “sempre andaram por si só” [sic], mas em

²⁰ Segundo um funcionário da Secretaria Municipal de Agricultura de Nova Friburgo, entrevistado durante a pesquisa, o Projeto Florescer visa criar um novo mercado de flores, em um dos armazéns do cais do porto, na cidade do Rio de Janeiro, motivo de grande discórdia entre os agricultores de Vargem Alta.

1997 a EMATER-RJ iniciou um trabalho junto a eles e aos produtores de outras localidades e de outros municípios, de modo a criar uma gestão compartilhada, visando uma melhor organização do mercado. Foi criada a Associação dos Floricultores e Distribuidores de Flores e Plantas Ornamentais do Estado (AFLORJ), que organizou minimamente o espaço de vendas dos agricultores no CADEG. Atualmente a AFLORJ recebe as demandas dos agricultores através da Associação dos Agricultores Familiares e Amigos da Comunidade de Vargem Alta (AFLORALTA).

Os agricultores entrevistados no decorrer da pesquisa enfatizaram as dificuldades para se reunirem e discutirem os temas de interesse comum. Segundo seus depoimentos:

- Cada um se vira por conta própria, por recurso próprio. [sic] (agricultor, 34 anos)

- [sobre a associação de produtores] só tem debates e não resolve nada. Eu fui a umas 4 reuniões [no Ibelga pra aprender a formar cooperativa] e vi que não ia resultar em nada, como não resultou. O que acontece lá é que não tem união. Se a gente se unisse, comprava agrotóxico mais barato. [sic] (agricultor, 25 anos)

- Lá é cada um pra si, o povo não tem união não. A Associação é sem união. Tinha que ter mais união pra plantá mesmo com um destino certo. Plantá de acordo com o que o mercado consome. Igual ao que eles fala de abrir outro mercado. Eu não concordo, porque se abrir outro mercado entra mais gente plantando flô. Já não tem gente pra comprá o que a gente planta. Tem mais flô que consumidor. Sai daqui nada [da CADEG]. Até pouco tempo atrás, 7, 8 anos, não tinha nada aqui [falou da cobertura que foi construída no mercado]. [sic] (agricultor, 33 anos)

- As reuniões sobre a cooperativa em Vargem Alta não deram em nada, mas em Bom Jardim está sendo melhor. Conseguiram um jerico [trator], um platô pra virar a terra. Os associados compraram. O meu filho é o presidente da associação de Bom Jardim. [sic] (agricultora 56 anos)

Em um estudo realizado no município de Nova Friburgo, Carneiro e Braga (2007) observaram que havia no discurso dos representantes do poder local uma ênfase no incentivo à organização de associações de produtores rurais, entendida pelo secretário de Agricultura como uma meta política para “dar instrumentos à comunidade rural de participar do governo e influir nele, ajudando a criar um setor agrícola forte” (p. 240). Para as autoras, os espaços de concertação e de intermediação desempenham uma dupla função:

Na direção de cima para baixo, o Conselho²¹ desempenha a função de um veículo de comunicação e de transmissão dos interesses da Prefeitura aos agricultores. Na direção oposta, seu funcionamento preenche tanto o lugar de um instrumento de legitimação de interesses da Secretaria nas disputas no âmbito do poder local quanto o de um mecanismo de escuta dos interesses da população no contexto de formulação de um plano de ‘desenvolvimento rural sustentável’ ou de suas políticas e esperanças relacionadas àquele espaço. (CARNEIRO e BRAGA, 2007, p. 241)

De acordo com o Censo 1995-1996 realizado pelo IBGE (2004), observou-se em nível nacional que 85,96% dos estabelecimentos que têm como atividade principal a produção de flores e plantas ornamentais não são cooperativados, o que indica que este grupo carece de um grau maior de organização. Especificamente em relação aos produtores de flores de corte do Estado do Rio de Janeiro, de modo geral concentrados na região serrana, estudo desenvolvido pelo SEBRAE (2003) enfatiza a necessidade de haver maior entrosamento entre os produtores, assim como uma maior participação deles na AFLORJ ou em associações similares, de modo a melhorarem os mecanismos de reivindicação coletiva e, assim, os processos de negociação, tanto junto a fornecedores de insumos, quanto aos agentes responsáveis pelo escoamento da produção (p. 118, 119, 134).

²¹Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)

É importante observar que os produtores de Vargem Alta apresentam algum grau de entrosamento em seu cotidiano, seja para compartilhar a câmara fria, o transporte e/ou para dividir o aluguel do espaço no CADEG. As dificuldades encontradas para participarem da associação local parecem ser similares às dificuldades de agricultores de outras localidades do país. Pesquisa realizada no meio rural de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, por Hespanhol (2005) detectou alguns fatores para a falta de participação dos agricultores nas associações, tais como:

a) a existência de experiências anteriores de organizações coletivas (cooperativas) que não lograram êxito e, que em muitos casos, resultaram em prejuízos aos produtores rurais; b) ingerência político-partidária na gestão das associações; c) descrédito dos produtores rurais em relação às instituições e, em particular, às políticas públicas direcionadas ao meio rural; e, d) ausência de uma cultura de participação coletiva na tomada de decisões. (HESPANHOL, 2005, p. 7-8)

Estas questões relacionadas à participação dos agricultores de Vargem Alta na associação que os representa, repercute nos impasses que enfrentam em sua localidade com veremos a seguir.

2.4.3 A localidade

Em relação à localidade, foram mencionadas deficiências de infra-estrutura, como estrada, transporte, telefone, comércio, serviço postal, saneamento, lazer, dentre outros, que trazem impacto negativo para a população de Vargem Alta, com grandes reflexos em sua atividade econômica.

De acordo com a organização político-administrativa do município de Nova Friburgo, Vargem Alta é uma localidade²² pertencente ao distrito de São Pedro da Serra (7º distrito). Mas as pessoas entrevistadas se referem ao local como “povoado” ou “roça”. O seu diferencial em relação às demais localidades rurais circundantes é o fato de sua economia estar fundamentalmente estruturada em torno da produção agrícola de flores de corte e de os produtores ali baseados não desejarem que a localidade se transforme em área de turismo. As entrevistas refletem a estima dos moradores pelo local onde vivem, assim como as dificuldades de seu cotidiano, sobretudo das péssimas condições da estrada e da falta de telefone. Há um sentimento generalizado de falta de atenção do poder público. Segundo os agricultores, as deficiências de infra-estrutura de serviços básicos são expressas da seguinte maneira:

- Pra nois é tudo difícil, não tem asfalto, não tem nada. A roça é muito brabo. [sic] (agricultor, 37 anos)

- Precisava tanta coisa lá, telefone, posto de gasolina, farmácia, supermercado, padaria. Lá não tem nada. A gente só trabalha. [sic] (agricultora, 39 anos)

- Estrada não existe, não tem um orelhão que preste. Tem 3 orelhões e nenhum funciona. Funciona no dia que quer. [sic] (agricultor, 39 anos)

- Estrada ruim, buracos, muita lama, a ponto de não conseguir escoar a produção. [...] O pessoal é esforçado pra caramba e fica esquecido. [sic] (agricultor 24 anos)

- O governo tinha que dar uma cobertura lá. O pessoal da roça é muito sofrido. [sic] (agricultora, 56 anos)

- Aquilo lá é área rural e estava registrado como urbano. [A Prefeitura] estava querendo cortar a energia como rural e por como urbano, mas como eles vai cobrá como urbano [que é 30% mais caro] se não tem asfalto nem telefone? [sic] (agricultor, 33 anos)

²² Localidade: lugar determinado ou limitado; povoação; lugarejo – Minidicionário da Língua Portuguesa HOUAISS.

- Lá não tem benefício nenhum, não tem telefone, ônibus anda pela estrada de chão [...] O governo tinha que dá uma cobertura lá. [sic] (agricultora, 56 anos)

- O lugar é calmo. Merecia um pouco mais de atenção. As condições são muito precárias lá. A estrada está toda esburacada, mal cuidada. A comunicação é precária, muito baixa. Na condição de referência que é o local, o acesso é ruim. Precisava uma base de assistência social, saúde, educação, saneamento. [sic] (agricultor, 23 anos)

- Até o relógio de luz, pagando 2.000 reais, leva um ano pra instalar. Você perde tempo. Nós levamos 2 anos pra religar um relógio que era monofásico e passou a trifásico [pra aguentar a carga de uso com a irrigação e as estufas]. Lá não tem fiscalização nenhuma pra gente poder reclamar. Eles [da Prefeitura] cobram o que quer, fazem o que quer. O ônibus ficou mais de 15 dias sem passar na estrada. A Faol [empresa de ônibus] ameaçou parar o ônibus. O encarregado [da Prefeitura] que nós tinha lá não cuidava de nada [da estrada]. O que começou agora está trabalhando direitinho. Vamos ver [...]. [sic] (agricultor, 39 anos)

- Apesar de tantas dificuldades, viver lá é bom. Ainda é um lugar onde se vive em família. Não tem bandidagem. [...] Todo mundo se conhece. [sic] (agricultor, 52 anos)

- As coisas ficam muito próximas e muito distantes ao mesmo tempo. Falta comunicação entre os produtores por falta de tempo. Onde a gente se comunica é aqui [na CADEG]. [sic] (agricultor, 45 anos)

Além das carências relacionadas ao sistema viário, de telefonia, de acesso a tecnologias e de atendimento pelo poder público municipal, os moradores de Vargem Alta ressentem-se de atividades de lazer. Segundo eles:

- A gente só trabalha, fica morto. Lá falta tanta coisa que a gente nem sabe o que falta. Qualquer coisa que pusesse lá de lazer já seria bom. [sic] (agricultor, 24 anos).

- Lá não tem nada o que fazer, só tem roça. Pelo que a flor é, poderia ter mais coisa. As crianças pequenas não têm nada. É só colégio e roça. Não tem nada, ninguém aproveita nada. [sic] (agricultor 39 anos).

- Não tem diversão nenhuma [sic] (agricultor, 35 anos);

- Não tem atração nenhuma pra eles lá. Tem as vendinhas que vendem cachaça. [sic] (agricultora, 61 anos)

- Cada um vai prum lado. Uns vão pra praia, pra Rio das Ostras. É pertinho, uns 80 km [...]. [sic] (agricultor, 33 anos).

É importante observar que do mesmo modo que muitas pessoas de áreas urbanas constituem uma segunda residência no campo, alguns moradores dali estão constituindo uma segunda residência em Rio das Ostras, na Região dos Lagos, em busca de lazer na praia. A estrada Serramar, pavimentada em 2006 após décadas de reivindicações dos moradores da região serrana, permite este acesso. A estrada é utilizada tanto para o turismo, como para escoamento de produção agrícola entre a região serrana e a Região dos Lagos. Como disse um entrevistado:

- O pessoal sai, vai pra praia, pra região dos Lagos – Rio das Ostras, São Pedro [da Aldeia], Cabo Frio. Com a Serramar ficou bom. Em 1 hora e meia chega lá. [sic] (agricultor, 30 anos)

Embora alguns moradores de Vargem Alta procurem atividades de lazer no centro de Nova Friburgo ou consigam passear em outros lugares, a maioria dos entrevistados afirma que não tem atividades de lazer. Ou melhor, tem um campo de futebol, que é a única atração do lugar. Segundo os entrevistados,

- Não tem praticamente nada. Tem o campozinho de futebol que é a única atração do lugar. O único dia de descanso é no domingo quando dá. Trabalha direto. [sic] (agricultor, 34 anos);

- Lá o prazer do pessoal é mais campo de futebol, mas isso eu não vou não porque não gosto. O pessoal costuma freqüentar bar lá, mas isso é coisa de maluco. Tem motocross [...]. [sic] (agricultor, 26 anos);

- vai prum lado visitar parentes, tudo vizinho, vai lastrando um perto do outro [sic] (agricultor, 39 anos).

- O pessoal vai beber cachaça ou fica em casa vendo televisão. [sic] (agricultor, 52 anos)

- Lá se trabalha a semana inteira e quando chega o fim de semana gente vai descansar um pouco, jogar futebol, ver televisão. [sic] (agricultor, 39 anos);

Nas entrevistas quase não foram mencionadas as questões relacionadas à educação e à saúde. A localidade conta com três escolas, que oferecem educação infantil e ensino fundamental. Para cursar o ensino médio, os adolescentes precisam se deslocar pra cidade.

Nem todos os entrevistados buscam atendimento na unidade básica de saúde de Vargem Alta. Aqueles que freqüentam o posto de saúde consideram que o atendimento é “bom” [sic], mas gostariam que o atendimento médico fosse mais extensivo. Na época das entrevistas, o atendimento médico era de 2 vezes por semana, embora a unidade funcione todos os dias úteis. Alguns agricultores têm plano de saúde privado ou recorrem a consultas particulares pra si e pra seus familiares no centro da cidade. Um agricultor disse o seguinte:

- O posto de saúde funciona direitinho. Está melhorando. A gente não usa não. O posto de saúde é pra pessoa mais humilde. O pessoal [lá em casa] Graças a Deus tem uma situação boa. Trabalha muito, mas tem. [sic] (agricultor, 33 anos)

Foram escassas as falas relacionadas ao saneamento local. Alguns agricultores entrevistados têm nascentes d'água em sua propriedade. Outros utilizam poços artesianos. Não há fornecimento de água encanada como nas áreas urbanizadas e o esgoto não tem tratamento. De modo geral, os moradores constroem e utilizam fossas sépticas, mas não é incomum que o esgoto vá para o rio. Como disse um agricultor:

- Se jogar no rio sabe que não vai poder usar a água. Aí vai da consciência de cada um. [sic] (agricultor, 24 anos)

Uma questão que parece constituir-se como um grande problema para os agricultores entrevistados é o descarte das embalagens de agrotóxicos²³, que costumam ser comprados por vendedores que passam de carro pelos sítios. De acordo com um agricultor:

- [...] Os próprios caras que vendem não dão orientação, não recolhem as embalagens, nem nada. Eles podem passar recolhendo. A gente vai juntando e quando eles passa de 2 em 2 meses ou mais, nem sei se de ano em ano, eles recolhem. Aonde é mais longe na roça eles nem passam. Deviam ter um lugar qualquer onde todo mundo pudesse colocar e eles recolhessem. Este item caberia à associação. Se fala muito e pouco se faz. Eles acham que isso é problema de quem vende veneno. Queimar as embalagens faz mais mal ainda à saúde. [sic] (agricultor, 39 anos)

Segundo um funcionário da Secretaria Municipal de Agricultura, além das embalagens, os plásticos velhos das estufas, que ficam impregnados de veneno, constituem outro problema de descarte para os agricultores. Segundo este funcionário, os agricultores teriam que juntar estes descartáveis, colocar em sacos, e a Associação local teria que combinar uma data de recolhimento com a Secretaria de Agricultura, que os entregaria na Ceasa de Campo do Coelho, que é o mercado da região serrana.

As questões relacionadas à falta ou à deficiência de infra-estrutura de serviços básicos, que foram referidos pelos entrevistados e que afetam sobremaneira o seu cotidiano, apontam para um hiato no atendimento do poder público municipal àquela localidade. No Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo (2006) Vargem Alta está inserida no Plano de Organização Territorial (POT) do rio Bengalas e Ribeirões e é conceituada como Área de Desenvolvimento Rural Sustentável

²³ O Decreto nº 3550, de 27 de julho de 2000, que dá nova redação ao Decreto nº 98.816, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, em seu Art. 33-C determina que “os usuários de agrotóxicos e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias, e respectivas tampas dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, observadas as instruções estabelecidas nos rótulos e bulas, no prazo de até um ano, contando da data de sua compra”.

(ADRS)²⁴. Para estas áreas está previsto no Capítulo III Art. 20 X: “implementar programa de coleta de embalagens de agrotóxico em toda a área de produção agrícola do Município”.

No Plano Diretor Participativo (2006) cabe ainda observar o Art. 31 do Capítulo V que prevê:

A promoção do território integrado e acessível significa garantir a inserção regional de Nova Friburgo e a articulação plena do território municipal conectando as áreas urbanas e rurais por meio da instituição do Sistema Municipal de Mobilidade e Acessibilidade.

Parágrafo Único: Entende-se por Sistema Municipal de Mobilidade e Acessibilidade a integração dos componentes estruturadores da mobilidade – trânsito, transporte, sistema viário, educação de trânsito e integração regional – de forma segura, eficiente, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável para garantir o pleno acesso de todos os cidadãos aos espaços públicos, aos locais de trabalho, aos equipamentos e serviços sociais, culturais e de lazer.

Observa-se, portanto, um descompasso entre as propostas do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo e a implementação efetiva de medidas que possibilitem o pleno desenvolvimento dos agricultores familiares de flores da região.

2.4.4 Os agrotóxicos

O tema dos agrotóxicos permeou todos os demais assuntos surgindo de diferentes maneiras, como: a necessidade de sua utilização e os custos decorrentes na produção de flores de corte, a presença destas substâncias na vida e no imaginário das pessoas, o uso de equipamentos de proteção individual (EPI), as dificuldades com o descarte das embalagens vazias, a contaminação do solo e dos rios, o problema das intoxicações e suas repercussões na saúde das pessoas.

²⁴ As Áreas de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS) são áreas destinadas à manutenção e qualificação das atividades agrícolas.

Os agrotóxicos têm uma presença substantiva na realidade dos agricultores de Vargem Alta. Conforme observação de uma entrevistada:

Se não tiver veneno, não tem flor. [sic] (moradora de Vargem Alta, 61 anos)

Várias são as denominações que estas substâncias recebem, tais como: agrotóxicos, inseticidas, veneno, defensivos, remédio e curativo químico. Como dizem os agricultores:

- É só *inseticida* mesmo. É o pior do dia-a-dia lá. Passa *veneno* 2 vezes por semana na lavoura. Sempre tem umas 3, 4 qualidades de *remédio* que mistura, principalmente pra rosa e palma. A rosa é que mais leva *agrotóxico*. A gente mesmo é que aplica [...]. [sic] (agricultor, 39 anos) ²⁵.

- Uso esterco de boi, adubo químico, caucário, farinha de osso. Uso curativo químico na planta. Vai pra terra, mas é na planta 2 vezes por semana que eu passo. A gente passa protegido, tem roupa e tudo. Tem fiscal que roda lá. Eu nunca vi eles. O pai e o irmão é que fala com eles. Eles orienta, mas se neguinho vacilar eles multa. [sic] (agricultor, 26 anos)

O tema dos agrotóxicos surge espontaneamente na fala dos agricultores quando o assunto está relacionado aos custos da produção, pois constitui o seu maior gasto.

- A despesa é em torno de 60 a 70% do ganho geral. Tem veneno, tem luz, tem diariazinha [mão-de-obra]. Gasta luz na bomba d' água. O custo maior é do veneno, do defensivo agrícola. A estufa é cara também. Tem madeira, plástico [...]. [sic] (agricultor, 34 anos)

- O que a gente mais gasta lá é o agrotóxico, segundo vem a muda que a gente compra, o bulbo da palma e do lírio. Tudo de São Paulo, de Holambra. [sic] (agricultor, 25 anos)

- O gasto maior é com defensivo. [sic] (agricultor 30 anos)

²⁵ Assinalamos na fala do agricultor as quatro denominações que ele deu aos agrotóxicos.

- Gasta mais é com os remédios. [sic] (agricultor, 37 anos);

- Eu acredito que o maior custo seja o agrotóxico, porque é coisa importada e é tudo caro. [...] As mudas de monsenhor vêm de São Paulo. Tem que pagar a muda e o frete. [...] Outro custo grande é o ponto aqui [CADEG]. É caríssimo aqui, é mil e cinqüenta. Flor é muita despesa. [sic] (agricultor, 37 anos)

Segundo o engenheiro agrônomo da EMATER responsável pelo apoio técnico aos agricultores de flores do município, os agrotóxicos são usados tanto nas plantações de campo aberto, quanto nas estufas e no caso das plantações de rosas chegam a representar 40% do seu custo.

Este dado relativo à despesa dos agricultores de flores com os agrotóxicos é ratificado pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2004), segundo o qual a floricultura brasileira em 1995/1996 evidenciou:

O alto índice de informantes que tiveram gastos com adubos e corretivos, o que demonstra a tendência do grupo em usar os insumos tecnológicos disponíveis no mercado, com vistas à obtenção de produtividades elevadas. O mesmo pode ser dito com relação ao percentual de informantes que gastaram com os agrotóxicos, que possivelmente só não foi maior pelo alto custo unitário destes produtos, que em grande parte são importados. Observou-se, ainda, que foi expressivo o índice de estabelecimentos informantes de despesas com energia elétrica (75,77%), sobretudo se for comparado com a realidade do universo investigado no Censo Agropecuário, onde somente 35,68% declararam despesas com energia elétrica. O uso de eletricidade está associado ao emprego de tecnologia, pois a irrigação artificial de estufas e outras práticas são dependentes de energia elétrica. Desta forma, conclui-se que o segmento da floricultura e plantas ornamentais está mais bem servido e/ou tem maior possibilidade de investir em eletricidade do que a agropecuária no geral. (IBGE, 2004, p. 28-29)

Além das despesas com insumos como adubos, corretivos, agrotóxicos e energia elétrica, o Censo Agropecuário 1995/1996 identificou para a floricultura despesas com salários pagos em dinheiro para mão-de-obra contratada, para pagamento da cota-parte entregue a parceiros, sementes e mudas, transporte da produção, combustíveis e lubrificantes, juros e despesas bancárias, impostos e taxas (IBGE, 2004, p. 32).

O assunto relacionado aos agrotóxicos também é relativamente fluente na fala dos agricultores quando relacionado à falta de orientação técnica e quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como roupas especiais, botas e máscaras. De modo geral, todos os agricultores referiram fazer uso dos equipamentos de proteção individual, mas conforme disse um dos entrevistados provavelmente 90% não usam EPI. Outro aspecto relatado por alguns agricultores foi o fato de se sentirem responsáveis por fornecer os equipamentos para quem trabalha consigo, mas de se isentarem de responsabilidade caso os equipamentos não sejam usados. Segundo eles,

- Meu avô quando trabalhava não usava EPI, a gente usa, ajuda muito. A informação sobre o EPI vem dos próprios vendedores. O EPI é muito caro, custa uns 80 reais. O governo podia incentivar [dar incentivo para a compra de EPI]. O espinho da rosa rasga com facilidade. Deveria ser descartável. Só pode ser lavado com pressão d' água, porque senão amassa. [sic] (agricultor, 24 anos)

- Tem que ter tudo, luva, máscaras, a roupa própria. Ninguém quer morrer, né? [sic] (agricultor, 23 anos)

- É muito complicado este problema de agrotóxico e saúde. Tem que usar luva, máscara, bota. Ninguém orienta nada. A gente mesmo é que tem que ter cuidado. [sic] (agricultor, 39 anos)

- A rosa é pulverizada toda semana quando o tempo está bom. Quando o tempo está de chuva tem que usar de 2 a 3 vezes por semana porque senão apodrece. [...] Eles usam roupa apropriada, máscara com um filtrozinho, O pessoal que trabalha comigo, eu comprei uma roupa pra cada um usar e a máscara. A minha parte eu fiz, se não usar o problema é deles. [sic] (agricultor, 25 anos)

- Eu acho que as pessoas de lá [em Vargem Alta] falam mais ou menos a mesma coisa [...] trabalhar no meio do veneno [...] todo mundo quer ganhar o mercado. Veneno pro meio ambiente não faz mal. Isso aí as pessoas tinham que se prevenir mais, usar roupa de proteção, uma bota de borracha pra evitar o mal do veneno, é tóxico, perigoso demais. Os meus tudo usa máscara, roupa de proteção, tudo direitinho. 90%, talvez mais, não usa, não acreditam no mal que está fazendo. [sic] (agricultor, 39 anos)

Os equipamentos de proteção individual são considerados pelos agricultores como caros, pouco resistentes e muito incômodos, inadequados para o clima local, fato

que foi igualmente constatado na pesquisa de Conceição e Mattos com floricultores da região (2007). Segundo eles,

Os critérios que norteiam o pensamento da família [floricultora de crisântemos], quanto à necessidade do uso de equipamentos de proteção individual, no manuseio de agrotóxicos, estão baseados no desconforto da utilização do equipamento, o quanto ‘eles atrapalham a irrigação e a pulverização’, na pouca durabilidade do equipamento e no conseqüente ‘prejuízo’. (CONCEIÇÃO e MATTOS, 2007, p. 30)

Além disso, consideramos relevante ressaltar outro aspecto presente na fala dos entrevistados. Quando relacionam os termos agrotóxicos e proteção, os agricultores tratam, inicialmente, da proteção que os agrotóxicos oferecem contra as pragas nas plantações e, só posteriormente, fazem referência à auto proteção diante da exposição aos agrotóxicos.

- Agrotóxico tem que usar bastante, toda semana, uma vez por semana. Tem vários tipos. Cada doença tem um remédio diferente, Se a praga acostumar aí não vale mais, não faz efeito e tem que usar outro. A praga mais resistente é o milde [míldio]. É um bichinho muito difícil de matar. [...] A gente toma uns cuidadosinhos mas não é total, porque a gente não aguenta usar as roupas que eles manda. É o calor. [sic] (agricultor, 37 anos)

- Agora tá ruim pra vender rosas. Agora tá bom pra vender monsenhor. É porque nessa época de dia muito grande tem que cobrir ele com um plástico preto porque senão não dá flor. Rosas vende melhor em maio, junho, Dia das Mães, dos namorados. Quando não chove assim, elas fica bonita. Mas quando dá aquela invernada, elas acaba. Agora é que estão começando a plantá rosa de estufa. Tem que usar muito agrotóxico, Tamaron, Forum, Espalhante, pra combater o milde [míldio], trips [tripes], mosca branca, ácaro. Abelha prejudica bem também. Alguns fica, dizem, intoxicados. Eu não mexo [com veneno]. Mas quem trabalha comigo não tem reclamado nada não. [sic] (agricultor, 33 anos)

O tema dos agrotóxicos ganha meios tons no discurso dos agricultores quando relacionado à saúde. Embora admitam a utilização intensiva destes produtos durante todo o ciclo de produção das flores e se mostrem conscientes dos efeitos nocivos à saúde, há resistências em mencionar o assunto. Tal fato parece estar relacionado, em

parte, a certo estigma direcionado aos floricultores de Vargem Alta, em parte devido ao receio de perderem espaço no mercado. Segundo os entrevistados:

- Geralmente a gente vai ao médico e diz que trabalha com flores e ele diz que tudo é problema de inseticida, até dor de cabeça. [sic] (agricultor, 56 anos)

- O meu marido tem alergia ao veneno, ajuda em coisas que não usa inseticida. Tem problemas respiratórios, bronquite. [sic] (agricultora, 56 anos)

- Ninguém sente nada quando aplica. [sic] (agricultor, 37 anos)

- Já ouvi falar [de problema de intoxicação], mas não de problema sério. [sic] (agricultor, 25 anos)

- Sempre traz [problemas de saúde]. Uns sente dor de cabeça, outro passa mal do estômago, outro tem problema de nervos. Lá no Colonial 61 a Fiocruz está desenvolvendo um projeto. Fizeram uma coleta de sangue pra saber se a gente está contaminado. [...] O produto enfraquece a pessoa, os nervos. [sic] (agricultor, 24 anos)

- Eu não sei direito, teve já situações de envenenamento, de tomar veneno, uns casos assim. Desde que estou morando lá [há 10 anos] já teve uns 2 ou 3 casos. Deve ter mais. [sic] (agricultor, 35 anos)

- Serviço de flor é leve, só estufa e veneno é que só os homens fazem. O veneno é colocado mais no sábado. O veneno não é tão brabo quanto falam. Já trabalham lá com flor há 40 anos e ninguém morreu por isso. [Teve câncer de tórax. Continuou trabalhando e aplicando veneno mesmo quando fazia tratamento de quimioterapia. Em relação à sua doença, diz:] Não tem como provar que foi do veneno. Acho que tem que ser, não adianta. O câncer não tem nada a ver com o veneno. [sic] (agricultor, 34 anos)

- [Veneno] vai fazer mal uma hora. A gente tem que ter cuidado com você mesmo. [sic] (agricultor, 39 anos);

- [Para as pragas] é só inseticida mesmo. É o pior do dia a dia lá. [...] A gente mesmo é que aplica. Quando a gente não sabe qual é a praga tem que perguntar ao engenheiro [da EMATER]. [...] É muito complicado este problema de agrotóxico e saúde. Tem que usar luva, máscara, bota. Ninguém orienta nada. A gente mesmo é que tem que ter cuidado. [sic] (agricultor, 39 anos)

Alguns agricultores enfatizaram que embora as mulheres trabalhem na produção de flores, não participam da aplicação do veneno. No entanto, uma agricultora explicou que:

- Sempre eles passam [o veneno] mas, quando precisa, tem que ajudar a puxar [a mangueira] e pra carregar aquelas gaiadas depois. Elas embarçam tudo. [sic] (agricultora, 39 anos)

As pesquisadoras Tanzo e Sachs (2004) apontam para a invisibilidade das mulheres no manejo dos agrotóxicos e mostram, através de uma revisão analítica da literatura, que o mito de que o uso dos agrotóxicos é uma tarefa exclusivamente masculina se desfaz, quando são revelados os papéis desempenhados pelas mulheres na utilização dos agrotóxicos. Elas dividem estes papéis em duas categorias:

Uma categoria principal é aquela em que as mulheres manejam ou estão diretamente expostas aos agrotóxicos como na aspersão, na aplicação manual ou na mistura dos produtos. [...] Algumas dessas mulheres desempenham estas funções durante a gravidez e a amamentação. Adicionalmente, se o equipamento de aspersão não estiver disponível ou se for muito pesado, as mulheres irão utilizar regadores ou não irão hesitar em aplicar manualmente os agrotóxicos. O outro papel consiste na execução de outras tarefas relacionadas aos agrotóxicos como parte das tarefas domésticas, como a lavagem dos recipientes de agrotóxicos, a lavagem de roupas usadas na aplicação dos agrotóxicos ou a compra dos produtos. Algumas mulheres do meio rural dependem, inclusive, da lavagem das roupas impregnadas de agrotóxicos, como macacões, para gerar renda. [...] Embora estas atividades não coloquem as mulheres em contato direto com os agrotóxicos, a exposição ocorre pelo contato com a roupa molhada, impregnada com os resíduos de agrotóxicos.²⁶ (TANZO e SACHS, 2004, p. 14-15)

Estas autoras elaboraram uma lista que mostra várias tarefas desempenhadas por mulheres que estão associadas com o manejo de agrotóxicos; tais como: o monitoramento das plantações depois da aspersão do veneno; o trato de sementes com agrotóxicos; a aspersão/aplicação de agrotóxicos antes e depois da colheita; a mistura de agrotóxicos; a tomada de decisão sobre a compra dos produtos; o transporte dos

²⁶ Tradução livre do texto.

agrotóxicos para o campo e de volta para o depósito; a lavagem/reutilização dos equipamentos e utensílios; a lavagem de roupas contaminadas por agrotóxicos; o armazenamento dos agrotóxicos e dos equipamentos; a colocação de armadilhas feitas com agrotóxicos nos locais onde fica armazenada a produção; o descarte de agrotóxicos não usados ou fora de validade.

Uma das mulheres entrevistadas durante a pesquisa mostrou-se mais expansiva para falar sobre questões relacionadas aos agrotóxicos e à saúde da população local:

- Eles não se cuidam direito.[...] Lá tem muita gente doente, mais homem. Noutro dia teve um senhor que trabalha com lavoura branca, mais legumes, ele deve ter uns 50 anos e está todo mundo broxa. Sabe como é, as plaquetas abaixam. As mulheres têm vergonha, nem falam.[...]. Aí o pessoal vai pra cidade pra ser faxineira, cozinheira, trocador, motorista. Quem quer trabalhar lá com veneno? Você tem que estar todo equipado, porque o veneno entra pela sombrancelha, pelo cabelo. No caminhão [na CADEG] eles dormem no veneno.[...] E se não tiver veneno, não tem flor. Tem um tal bichinho, umas abelhinhas, joaninhas, eles comem as flores. Eles botam muito esterco embaixo e veneno encima. Tem um vizinho meu lá que tirou um pedaço de tripa. Não foi câncer, disse que estragou. Sempre tem um lá que escarra muito. É problema de fígado, baço. Eles põem veneno e bebem [cachaça]. Tem outra coisa lá? Bebida tira problema da cabeça. Bebe cachaça pra limpar o veneno. Tinha que ter uma vigilância muito grande pro veneno. De casa em casa. Teria que ter este trabalho. Eles não têm muita noção. O negócio é faturar. Noutro dia teve um cara lá e bebeu veneno, não sei se é Camarão [suicídio com o agrotóxico Tamaron] e ficou 20 dias no hospital e morreu lá. Eu acho muito ignorante esse pessoal lá [...]. [sic] (moradora, 61 anos)

O seu discurso aponta, dentre outras coisas, para duas questões que ficam veladas na fala dos demais entrevistados: a relação entre os agrotóxicos e a impotência sexual, e o problema da intoxicação cruzada, isto é, a exposição aos agrotóxicos e à cachaça. Em pesquisa realizada nos postos de saúde de localidades rurais do 5º e do 7º distritos de Nova Friburgo (LEVIGARD, 2001), os profissionais do Programa Saúde da Família (PSF) apontaram, igualmente, para o nexos associativo entre a exposição aos agrotóxicos e a impotência sexual masculina, assim como para o hábito de os agricultores ingerirem bebida alcoólica após a pulverização do veneno para sedar a dor de estômago, o que acaba provocando uma irritação ainda maior na mucosa gástrica. Do

mesmo modo, estudo de Gomide (2005) descreve o hábito de os agricultores ingerirem bebida alcoólica como sedativo contra o enjôo provocado pelo preparo e aplicação do veneno.

Estudos epidemiológicos sobre a exposição de agricultores de flores aos agrotóxicos mostraram, dentre outras evidências, o aumento da incidência de aborto espontâneo, da prematuridade e da má-formação congênita em crianças concebidas após os pais começarem a trabalhar na floricultura (RESTREPO et al, 1990); a redução de fertilidade tanto em homens, quanto em mulheres que trabalham nesta atividade (ABELL et al, 2000a; ABELL et al, 2000b); o aumento de casos de câncer cervical em mulheres e de câncer de próstata e de testículos em homens (FLEMING et al, 1999); e o aumento do risco de desenvolvimento da Doença de Parkinson na população exposta (TÜCHSEN e JENSEN, 2000).

Os agricultores entrevistados na pesquisa afirmaram fazer uso intensivo de agrotóxicos para combater as seguintes pragas (APÊNDICE B): tripes (*Thrips* e *Frankliniella*, que são insetos); míldio (*Pseudoperonospora cubensis*, que é uma doença fúngica); ácaros (*Tetranychus urticae*, *Polyphagotarsonemus latus* e *Brevipalpus*); pulgões (*Myzus persicae* e *Aphis gossypii*); mosca-branca (*Benisia tabaci* e *Liriomyza spp.*); mancha preta ou pinta preta (*Alternaria solani*, que é um fungo) e bicho mineiro (*Leucoptera coffeella*). (TAMAI et al, 2000).

Os agrotóxicos que utilizam com maior frequência são (APÊNDICE C): Tamaron (methamidophos, que é um inseticida e acaricida organofosforado); Forum (dimetomorfe+clorotalonil, que é um fungicida); Espalhante adesivo (éter poliglicólico de nonifenol, que é uma substância adicionada à calda para melhorar a eficácia dos agrotóxicos); Dithane (mancozebe, que é um acaricida e fungicida do tipo ditiocarbamato) e o Folisuper (parationa-metílica, que é um inseticida e acaricida

organofosforado) (ANVISA; PAN Pesticide Database; CHE Toxicant and Disease Database).

Conforme especificado, os efeitos para a saúde humana resultantes da exposição a estes produtos são, dentre outros, elevada toxicidade aguda, asma, alergia, neurotoxicidade, alterações hormonais, toxicidade fetal, alterações sanguíneas e carcinogênese, além dos efeitos para outras espécies animais e a contaminação dos mananciais d' água.

Associamos aos dados referidos até o momento, os depoimentos de outros profissionais que foram entrevistados no decorrer da pesquisa. Segundo uma funcionária da Ação Rural²⁷, referindo-se aos agricultores de flores de Vargem Alta,

- O que é que adianta enriquecer se tem problema de saúde? Os agrotóxicos estão atingindo até a inteligência das pessoas. As crianças estão com mais dificuldade pra aprender. [sic] (funcionária da Ação Rural)

Para o engenheiro agrônomo da EMATER, os agricultores de Vargem Alta de modo geral não usam os equipamentos de proteção individual (EPI) durante a aplicação dos agrotóxicos, havendo muitos casos de intoxicação crônica, que se refletem, dentre outras, em queixas de tonteira e de disfunção erétil.

O funcionário da Secretaria de Agricultura do município mencionou a ocorrência de casos de impotência sexual e de suicídios. Em suas palavras:

- Alguém falou comigo que a questão dos agricultores é que o veneno ataca os órgãos reprodutores, causa impotência e suicídio. O veneno ataca os órgãos reprodutores e o sistema nervoso. [...] Particularmente, o pessoal que trabalha com flores tem um retorno financeiro muito grande. Mas eu pergunto a que custo, o preço que isso vai ser cobrado deles adiante em relação à saúde. [...] Se o veneno matasse na hora, só morria um. Mas os sintomas do veneno são confundidos com quase tudo que tem, uma dor de cabeça, gastrite, e não liga o sintoma com o

²⁷ A Ação Rural é um projeto desenvolvido através da parceria entre entidades públicas e privadas, que tem como objetivo prestar serviços às comunidades rurais nas áreas de agricultura, educação, saúde, jurídica e de expedição de documentos básicos. Funciona em Lumiar, 5º distrito de Nova Friburgo.

agente causador. E não age na hora, é acumulativo. [sic] (funcionário da Secretaria de Agricultura de Nova Friburgo).

Segundo o pesquisador da EMBRAPA,

- A última coisa com a qual ele [o agricultor] vai se preocupar é com a saúde dele e da família com relação aos insumos, porque a intoxicação por agrotóxicos tem um efeito crônico. Eu acho que a maioria dos médicos não é preparada para fazer isso [o diagnóstico de intoxicação crônica] e também não são estimulados a fazer isso. Não querem levantar a poeira. Preferem prescrever um remédio. O agricultor não tem nenhuma condição de reagir a isso, porque se ele não usa o produto aí vai o bicho e come tudo. É uma escravidão tecnológica. O agricultor não entende o que ele está fazendo no trabalho dele. Ele muda constantemente de pacote tecnológico, mas ele não entende o que está fazendo. Ele é convencido de que sempre tem que usar o novo e a abominar o próprio conhecimento, o próprio saber [dá o exemplo da rotação de culturas, que dificulta a proliferação de pragas]. O pacote tecnológico inclui o tipo de produto e o tipo de logística que o consumidor tem que fazer. O agricultor literalmente joga dinheiro fora. [...] A região serrana está acabando em termos de mananciais de águas superficiais, nascente. Ela [a água] não anda nem 1 km da nascente e já está contaminada como um todo. É semelhante a uma área urbana contaminada com esgoto. [...] Eles estão cansados de ser diagnosticados. Eles precisam de ações executivas. Eles precisam de um plano orientador pra eles correrem atrás do direito deles. Eles precisam de ferramentas pra ter mais autonomia. [sic] (pesquisador da EMBRAPA)

Relacionamos alguns aspectos deste depoimento ao estudo de Tamai et al (2000), segundo o qual, apesar da diversidade de agrotóxicos disponíveis no mercado brasileiro, são poucos os produtos recomendados para a utilização na floricultura, o que se constitui em um dos problemas enfrentados pelos agricultores. Para os autores:

A utilização de inseticidas e acaricidas não registrados para a cultura pode acarretar sérios problemas de fitotoxicidade. O cultivo de flores e plantas ornamentais geralmente é feito em estufas, o que proporciona uma menor ventilação do ambiente, expondo os trabalhadores, especialmente mulheres e idosos, ao maior risco de intoxicação por vapores produzidos após as aplicações de produtos fitossanitários. O uso intensivo do controle químico na floricultura favorece o desenvolvimento de resistência em populações de pragas, em especial tripses, ácaros, moscas-brancas e pulgões [...]. O elevado grau de resistência de uma população torna ineficazes as aplicações subsequentes do produto, exigindo assim o aumento das dosagens e, conseqüentemente, agravando os problemas de fitotoxicidade e intoxicações. (TAMAI et al, 2000, p. 68-69)

É importante ressaltar que não foi possível incluir na presente pesquisa dados oficiais do município de Nova Friburgo sobre a população de Vargem Alta no que se refere aos casos de intoxicação e efeitos correlatos. Do mesmo modo não obtivemos dados oficiais de morbi-mortalidade materno-infantil (abortos, prematuridade dos recém-natos, má-formações congênitas, intercorrências na gestação e puerpério). De modo geral, só os casos de intoxicação aguda são notificados, seja pela Unidade Básica de Saúde, seja pelo Hospital Municipal Raul Sertã. Já os casos de intoxicação crônica, por apresentarem sintomatologia difusa, ficam dispersos na classificação de outras doenças, sem que se faça necessariamente o nexó associativo com a exposição aos agrotóxicos.

Na pesquisa anterior que realizamos nos postos de saúde, entrevistando profissionais do Programa Saúde da Família, que atuam em áreas rurais do município (LEVIGARD, 2001), constatamos que estes profissionais mostravam-se atentos para o nexó associativo entre a exposição aos agrotóxicos e os sintomas de intoxicação crônica, evitando muitas vezes administrar medicamentos que poderiam potencializar os efeitos da intoxicação já existente.

Na presente pesquisa observamos que no grupo de 20 pessoas entrevistadas, 2 agricultores referiram ter tido câncer. Um dos agricultores, de 52 anos, teve câncer de pele, e o outro, de 34 anos, teve câncer de tórax. Ambos pareceram estar bastante conscientes das possibilidades de associação entre a doença e a exposição ocupacional, embora um deles tenha feito questão de negar veementemente esta possibilidade. O comportamento deste produtor foi similar ao de outros agricultores quando o tema da saúde entrecruzava-se com a exposição aos agrotóxicos.

Conforme vimos, há muitas questões envolvidas na discussão sobre o uso de agrotóxicos, que abrangem desde o âmbito econômico e institucional, até o nível

pessoal e familiar. Estas questões estão indissociavelmente relacionadas aos problemas apontados pelos agricultores para conciliar o seu modo de produção com as exigências dos órgãos governamentais para com o meio ambiente e afetam drasticamente o seu cotidiano.

2.4.5 O meio ambiente

Na categoria relacionada ao meio ambiente reunimos críticas que os entrevistados fazem à própria população local, assim como demandas e queixas dos agricultores em relação ao poder público, tais como a destinação final das embalagens de agrotóxicos, as práticas de limpeza do solo para o plantio e o licenciamento ambiental, dentre outras.

Um fato recorrente nas entrevistas era a associação entre o descarte dos objetos usados com agrotóxicos (embalagens, plásticos) e a contaminação do meio ambiente, sobretudo dos rios. Como disse um agricultor, em tom de queixa à própria população local:

- Com este sol bravo, passar veneno, jogar lixo nas beiradas do rio, tudo isso acontece lá. Pra dentro do rio. A gente poderia beber a água dos rios, mas o pessoal de Vargem Alta é muito relaxado. [...] Queimar as embalagens faz mais mal ainda à saúde.[...] Tinha que ter mais orientação [...]. [sic] (agricultor, 39 anos)

Enquanto não conseguem uma solução que atenda às necessidades coletivas para o descarte destes objetos, alguns agricultores adotam uma solução mais imediatista, que é a de queimar ou de jogá-los no terreno ou na beirada dos rios, mesmo conscientes dos riscos que isto pode representar para a própria saúde.

Queixas e demandas com relação ao poder público também estão muito presentes no discurso dos agricultores. Eles reclamam da ausência ou de muito atraso no atendimento de demandas como, por exemplo, o licenciamento ambiental e, também,

das severas restrições (com aplicação de multas) de órgãos como o IBAMA e a Polícia Florestal. Com a proibição da coivara²⁸, modo tradicional de preparação do terreno para dar início ao plantio, os agricultores utilizam-se de tratores ou de herbicidas (mata-mato) para limpar o terreno. As queimadas muitas vezes são feitas ‘preventiva’ e clandestinamente para evitar que determinado terreno seja imobilizado para fins de preservação ambiental, conforme expresso pelos entrevistados:

- O licenciamento ambiental demora, porque não tem gasolina pra ir liberar o terreno. Era o IBAMA, depois foi o SEMA. Aqui não pode queimar [pra limpar o terreno] [...] Em Minas o IEF [Instituto Estadual de Florestas] manda queimar e limpar. Aonde queima tem que plantar rápido, pra aproveitar rápido a composição que ainda tem na terra. [O governo] não manda fazer nada. Tem gente que limpa com trator, tem gente que queima. [sic] (agricultor, 45 anos)

- O que acontece com queimada [...] o pessoal bota fogo sem necessidade. Muitas vezes não usam a terra. A terra fica queimada e demora uma porrada de tempo pra nascer mato. [...] Eles [o IBAMA] deveriam se aprofundar mais. O certo seria não queimar, mas se você deixa um pedaço de terra produtiva e vem o IBAMA, se tem madeira da grossura de 1 litro, já não deixa você plantar mais. A polícia florestal passa lá e diz que nem um monte de lixo pode queimar mais. Por isso o pessoal queima. [sic] (agricultor, 30 anos)

- Nós indo falar não adianta nada. Tem que ser gente de cima, vereador. [sic] (agricultor, 34 anos)

Poderíamos dizer, de acordo com o pensamento de Certeau (2001), que estas são táticas adotadas pelos produtores de flores para fazer frente às estratégias institucionais. O sentimento dos agricultores em relação às regras impostas para o uso do solo foi expresso da seguinte forma pela funcionária da Ação Rural, em Lumiar, onde existe um embate muito grande entre os agricultores da região e o IBAMA quanto à participação da população local no conselho gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) de Macaé de Cima:

²⁸ Coivara – ramagens a que se põe fogo para limpar um terreno e adubá-lo com as cinzas, segundo o Minidicionário HOUAISS de Língua Portuguesa (2004)

[Os agricultores] amam a terra, não se interessam pelo turismo. [...] A APA foi criada de cima para baixo, sem nenhuma participação popular. [...], Eles [do IBAMA] querem preservar tudo, mas e o homem? Ele não está sendo ameaçado também em função da lei? [sic] (funcionária da Ação Rural).

Conforme vimos anteriormente (CARNEIRO e BRAGA, 2007), as políticas visando à sustentabilidade ambiental foram impostas às populações locais desconsiderando as peculiaridades de sua realidade de vida. Esta questão foi analisada, igualmente, por Dumora (2006), que mostra que as contradições constitutivas da noção de desenvolvimento sustentável são percebidas no cotidiano das populações através da tensão entre a “sustentabilidade” ambiental e a “sustentabilidade” social. Segundo a autora,

[Os agricultores familiares] são largamente empurrados para a clandestinidade, situação incontornável para sua sobrevivência. O divórcio entre duas visões do desenvolvimento sustentável: aquela da população local que pensa a sustentabilidade em termos da sua subsistência e aquela das instituições que aplicam a legislação dando prioridade à preservação ambiental. (DUMORA, 2006, p. 47)

Artífices de seu próprio meio, produzindo perfumes e cores através das flores, os agricultores de Vargem Alta demandam através de suas falas melhor atendimento e reconhecimento das instituições governamentais, que parecem fazer-se presentes somente nas ações de controle e de punição.

CAPÍTULO 3: DISCUSSÃO - Entre o Perfume e a Náusea

Conforme mostra Wanderley (2000), as transformações mais recentes que vêm ocorrendo no meio rural trazem as marcas

dos efeitos das novas relações econômicas e políticas, dominantes em um mundo cada vez mais internacionalizado, sobre as formas do funcionamento e da regulação da produção agrícola e da valorização do meio rural. (WANDERLEY, 2000, p.96)

Nesse contexto, o cotidiano dos agricultores familiares de flores revela um entrelaçamento de questões de âmbito global e local, cuja tensão demanda uma reflexão mais aprofundada.

Não foi fortuita a adesão progressiva dos agricultores de Vargem Alta, assim como de outras localidades, à agricultura de flores. Como vimos, este setor produtivo ganhou impulso no Brasil na década de 1990 a partir de acordos internacionais sobre a agricultura, que privilegiavam o modelo agroexportador de frutas, hortaliças, flores e plantas ornamentais e esta tendência se refletiu nas políticas do país.

Se nos detivermos no plano local, veremos que as mudanças que vêm ocorrendo nos distritos rurais do município de Nova Friburgo desde os anos 90 apontam em duas direções. A crescente industrialização e o aumento do setor de serviços na área urbana do município, assim como a progressiva transformação de localidades rurais em áreas de interesse turístico e, também, de fixação de moradia de pessoas vindas de outras cidades, concorreram para que muitos agricultores familiares da região alugassem as suas casas ou vendessem as suas terras, transformando-se em “jardineiros da natureza” (CARNEIRO, 2000, p. 62, 63).²⁹

²⁹ Para Carneiro (2000, p. 62, 63), “jardineiros da natureza” são agricultores que “continuaram trabalhando na terra não mais para dela tirar alimentos, mas para construir uma paisagem em harmonia com a estética e a representação urbanas sobre um ‘rural’ identificado à ‘natureza’ improdutivo.”

Em Vargem Alta no mesmo período ocorreu um processo distinto Agricultores que lá vivem e de áreas contíguas, como Bom Jardim, que já produziam flores e, também, alimentos, expandiram a agricultura de flores, rejeitando a utilização da localidade para fins turísticos. O fato de a localidade ser considerada a segunda principal produtora de flores de corte do Brasil não traz nenhum benefício para os agricultores. Embalados pelo discurso da produtividade e da competitividade, mas premidos pela falta de atendimento a demandas sociais básicas como saneamento, condições viárias, meios de comunicação, comércio e lazer, dentre outras, os agricultores sentem-se desestimulados a recorrer aos órgãos públicos como a Prefeitura e a EMATER, ou de participar das instâncias representativas como a Associação local (AFLORALTA) e o Conselho Municipal (CMDRS).

De acordo com Buainain et al (2003, p. 329), a ausência e/ou deficiência de assistência técnica, extensão, serviços de meteorologia, comercialização etc “restringe o desenvolvimento e a consolidação de sistemas produtivos nos quais os agricultores familiares poderiam ser competitivos e viáveis”, como é o caso da produção de flores.

Do mesmo modo o Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 2004) indica que o nível de financiamento deste segmento é muito baixo, registrando-se uma série de problemas organizacionais como perdas de colheita e pós-colheita, embalagem, transporte e baixo índice de cooperativismo.

Nesta reflexão procuraremos colocar em evidência estas e outras dificuldades dos agricultores de flores a partir do seu pensamento e do pensamento de diferentes autores. Por um recurso literário serão utilizadas frases dos entrevistados como subtítulos da discussão.

“A gente joga no escuro”

O apagão de tecnologias de comunicação e de informação que restringe as possibilidades de progresso dos produtores de Vargem Alta não é uma particularidade local, mas uma característica que cerceia o desenvolvimento dos agricultores familiares no país. De acordo com Buainain et al (2003):

A agricultura familiar enfrenta ainda restrições de acesso aos mercados de serviços em geral, e não apenas ao crédito. Com exceção dos Estados da Região Sul onde a agricultura familiar tem densidade suficiente para aparecer como a forma de exploração dominante em muitos municípios, nas demais regiões, os produtores familiares aparecem em geral isolados em pequenos grupos em meio à exploração patronal dominante. (BUAINAIN ET AL, 2003, p. 328)

Para Moreira (1999), a noção de reprodução econômica da agricultura familiar no Brasil está associada à idéia de subsistência, de geração de uma renda suficiente para manter a família e usar os recursos naturais de forma sustentável. Para o autor, esta concepção traz implícita a idéia de atraso.

Por mais que as políticas voltadas para a agricultura familiar estimulem a produtividade e a competitividade no mercado, há uma enorme deficiência de investimentos para prover o meio rural de um sistema de telefonia e de telecomunicações que integre de fato os agricultores ao resto do país e do mundo, tirando-os do isolamento em que vivem.

No caso dos agricultores de Vargem Alta, observamos através das entrevistas que, em alguns casos, busca-se resolver esta questão através do deslocamento de um dos membros da família, que fixa residência na área urbana do município. Geralmente esta pessoa fica responsável pela administração e pela comercialização das flores, embora, às vezes, participe também do plantio, indo e vindo da cidade para a área rural.

“A Associação é sem união”

A deficiência do cooperativismo/associativismo também não é uma situação específica dos agricultores locais, mas uma questão pertinente à agricultura familiar, que vem sendo debatida no meio acadêmico.

Segundo Costa e Ribeiro (2000), na década de 1990 a formação dos conselhos e das associações de pequenos produtores e trabalhadores rurais foi estimulada pelo governo federal, de modo a constituir novas formas de articulação e de intermediação do Estado no campo. Estas associações e conselhos constituem-se, na atualidade, como canais de participação e de representação, sendo que a maior parte dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) foi organizada a partir de 1997, como condição para que os municípios recebessem recursos do PRONAF.

Para Hespanhol (2005):

As associações de produtores rurais por estarem localizadas nas comunidades, podem propiciar tanto a diminuição ou eliminação de certas dificuldades em termos de acesso (distância geográfica, entraves burocráticos, informações etc), facilitando a participação, o controle e a representação dos interesses dos associados na escala local, como fortalecer ou legitimar práticas clientelistas e paternalistas, que resultam na alienação dos produtores ou na cooptação das associações por práticas políticas clientelistas. (HESPANHOL, 2005, p. 8)

Do mesmo modo, Costa e Ribeiro (2000) explicam que, muitas vezes, verifica-se nas associações e conselhos

a instituição de práticas que dizem muito mais aos *dirigentes do que aos associados, aos representantes do que aos representados*³⁰, ignorando os reais interesses e necessidades do pequeno produtor. Na realidade, nem sempre aquelas unidades associativas chegam a se afirmar como porta-vozes do segmento da agricultura familiar. (COSTA e RIBEIRO, 2000, p.7)

Esta questão relacionada à associação local não foi aprofundada nas entrevistas, mas um agricultor expressou com clareza a dificuldade que é sentida por ele e pelos

³⁰ As palavras foram realçadas pelas próprias autoras.

demais produtores em relação às suas demandas: “Nós indo falar não adianta nada. Tem que ser gente de cima, vereador.” [sic]

“Se não tem veneno, não tem flor”

A agricultura de flores é altamente dependente do uso de agrotóxicos e estes produtos constituem um enorme risco para a saúde dos agricultores, além de representarem a maior despesa na produção. Em outros segmentos da agricultura já existe uma discussão para o uso de tecnologias alternativas, como explica Moreira (1999):

Em princípio, as tecnologias da biodiversidade parecem indicar para um uso mais intensivo da força de trabalho familiar, bem como para a transformação de resíduos de alguns processos produtivos como insumos de outros processos. A implantação destes procedimentos poderá levar à substituição progressiva dos insumos metal-mecânicos e químicos, o que poderá reduzir os custos monetários da produção agropecuária [...]. (MOREIRA, 1999, p. 196-197)

Segundo um informe do PNUD (2007), a EMBRAPA desenvolveu uma tecnologia inovadora, um coletor solar, para ser utilizado por pequenos produtores que plantam flores de vaso dentro de estufas. O aparelho consiste em uma espécie de caixa com tubos de metal, onde é inserida a terra que será utilizada na plantação. Dentro dos tubos a temperatura pode chegar a 70° Celsius, calor suficiente para matar organismos nocivos às flores. Este documento menciona, ainda, que para as culturas de campo aberto é necessário utilizar uma tecnologia argentina, que consiste em caldeiras de vapor, que também utilizam o calor para matar as pragas.. Estas caldeiras são movidas a lenha e funcionam como um tipo de arado, que se move pela terra que está sendo preparada para o plantio. O vapor gerado pela queima da lenha é substituído por um dispersor e abafado por uma lona, que mantém a terra aquecida. Estas tecnologias começaram a ser distribuídas em 2007 pelo Ministério do Meio Ambiente para um

número reduzido de agricultores de flores dos estados de Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo o engenheiro agrônomo da EMATER, entrevistado durante a pesquisa, existe no Ministério da Agricultura um projeto que ainda “está só no papel” [sic], que visa implementar a Produção Integrada, isto é, ações integradas desde o início, da semente até a colheita das flores, de modo a diminuir o uso de agrotóxicos e assim conseguir um selo de qualidade, que seja referência para a exportação de flores brasileiras.

A proposta desenvolvida por Tamai et al (2000) é a que nos parece mais condizente com a realidade atual dos agricultores. Segundo os autores, a forma mais eficiente e econômica de combate às pragas na floricultura consiste na integração de diferentes estratégias de controle, ou seja, a associação do uso dos agrotóxicos com o controle biológico³¹ e com outras táticas de controle, como a rotação de culturas³², a utilização de materiais de propagação (sementes, bulbos e mudas) sadios, a esterelização do solo e dos equipamentos de trabalho, a utilização de cultivares resistentes e o uso de armadilhas adesivas ou barreiras físicas, dentre outras.

Conforme vimos nas entrevistas, embora os agrotóxicos constituam um tema corrente e recorrente na fala dos agricultores de Vargem Alta, o assunto sempre suscita constrangimentos, seja porque há o temor de se mostrarem vulneráveis do ponto de vista da saúde, seja para evitar que seus produtos se tornem menos competitivos no mercado.

A respeito das questões acima apontadas, Moreira (1999) diz que:

³¹ O controle biológico consiste na redução das pragas pela utilização de seus inimigos naturais, que são ferramentas importantes no manejo da resistência de pragas aos produtos químicos, além de não serem poluentes e não representarem riscos à saúde humana. É muito usado nos Estados Unidos e nos países europeus. (TAMAI et al, 2000)

³² A rotação de culturas é feita através do cultivo alternado de plantas que não sejam hospedeiras das mesmas pragas. Consiste, também, em uma prática cultural empregada para pragas específicas de determinadas culturas. (TAMAI et al, 2000)

No entanto, ao nível do discurso técnico sobre as alternativas tecnológicas, fazem-se presentes críticas do padrão da modernização tecnológica da agricultura brasileira, onde começam a ser colocadas questões que vão da redução dos custos, via redução do desperdício, passando pelo perigo dos agrotóxicos para a saúde da população, pela luta ecológica de preservação do solo e do meio ambiente até a busca de tecnologia adequada à pequena e média produção agrícola. (MOREIRA, 1999, p. 63)

Moreira (1999) mostra que, apesar destas críticas, faltam articulações para viabilizar as mudanças necessárias. Segundo o autor, isto ocorre porque no nível das classes hegemônicas o objetivo é o de preservar os interesses em jogo. E para os pequenos produtores a questão primordial é o de preservar o seu nível de renda e as suas condições de sobrevivência.

“O IBAMA só atrapalha, multa a gente”

Para os agricultores de Vargem Alta as diretrizes impostas pela legislação ambiental e controladas pelo IBAMA e pela Polícia Florestal se traduzem no seu dia-a-dia numa série de medidas repressivas. Se por um lado eles têm a expectativa de maior fiscalização para o licenciamento ambiental e de uma efetiva assistência técnica para enfrentar as pragas nas plantações e o manejo de tecnologias, por outro lado tornam-se insustentáveis as restrições em nome da sustentabilidade.

Observações de Carneiro e Braga (2007) em pesquisa realizada no município de Nova Friburgo sinalizam que:

Porém, o que observamos no município estudado é a coexistência de dois tipos de justificadores das práticas políticas que dizem respeito à agricultura e ao “meio ambiente”: de um lado, o reforço ao modelo hegemônico, produtivista, da agricultura como expressão da importância da agricultura para o município: “segundo maior produtor de couve-flor da América Latina”, “segundo produtor de flores do país”, “primeiro produtor de hortaliças do estado”; de outro, um discurso voltado para o estímulo de práticas orgânicas. Estaria em jogo, portanto, uma ambigüidade que parece ser estrutural à política agrícola do município. A convivência de um discurso ambientalista

sobre uma base política e econômica de produtores de uma agricultura convencional parece ser uma das marcas dessa gestão.” (CARNEIRO e BRAGA, 2007, p. 255-256)

Do ponto de vista das autoras, a idéia de sustentabilidade é uma categoria que procura ser imposta aos agricultores através do CMDRS, mas não se constitui como uma categoria de pensamento incorporada pelos agricultores³³, que a ela reagem “às vezes com o silêncio e outras com denúncias à atuação dos órgãos ambientalistas, aos efeitos danosos dos agrotóxicos e ao discurso dos políticos locais [...]” (CARNEIRO e BRAGA, 2007, p. 256).

Para Ferreira et al (2007):

A forma impositiva como é implementada a legislação ambiental promove uma espécie de desapropriação objetiva do conhecimento prático dos agricultores familiares. Antes legítimo, tal conhecimento passa a ser agora considerado como um conhecimento leigo “tradicional” que leva à degradação da natureza em oposição a um conhecimento científico “moderno” (fundado nos conhecimentos ecológicos) e por isso mesmo legítimo e conforme as novas exigências estruturais de conservação da natureza [...]. (FERREIRA et al, 2007, p. 141)

No caso dos agricultores de Vargem Alta, a resposta silenciosa algumas vezes se traduz em ações, como ocorre no caso das queimadas, que geralmente têm como objetivo evitar que o IBAMA inviabilize algum terreno para o plantio devido a uma espécie considerada nativa. Mas, pelo que pudemos constatar através das entrevistas, a maioria dos agricultores se mostram conscientes e críticos, procurando evitar ações deste tipo, pois para eles, o manejo dos elementos da natureza está integrado às suas vidas e à sua sobrevivência.

³³ Observamos que existem várias perspectivas sobre a noção de sustentabilidade e o agricultor incorpora a questão já repleta de contradições. Ele entra na competição do mercado sem ter as mesmas condições do grande produtor. No cotidiano, as condições concretas de vida constituem o motivo que os leva a entrarem em choque com as políticas ambientais.

“O governo tinha que dar uma cobertura lá”

De um modo geral, a orientação técnica que os agricultores recebem, sobretudo em relação ao combate às pragas e ao uso de agrotóxicos, provém dos vendedores dos produtos e dos agrônomos que os acompanham nos carros pela localidade ou nas lojas no centro da cidade. No decorrer desta pesquisa era usual ouvir frases tais como: “tem que usar bastante defensivo, a orientação é do agrônomo” [sic]; ou, “a EMATER não consegue atender direito. A equipe até tem boa vontade, mas falta combustível, petróleo pro carro” [sic]. Ou, ainda, “ninguém orienta nada. A gente mesmo é que tem que ter cuidado” [sic].

As expectativas dos agricultores de Vargem Alta em relação ao poder público estão direcionadas, principalmente, para o atendimento de necessidades de infraestrutura básica, de demandas como o licenciamento ambiental e aumento de carga de energia elétrica, assim como para orientação técnica e extensão rural.

De acordo com Lacki (1999, p. 182, 184), para que os agricultores possam produzir mais e melhor, com menos vulnerabilidade aos fornecedores de insumos e aos compradores de suas colheitas é necessário que o governo lhes proporcione os conhecimentos, as competências, para que possam assumir o papel de protagonistas da solução eficiente de suas próprias dificuldades. Para tal, é fundamental que o governo promova no curto prazo, a formação, a capacitação ou recapacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural e, a médio prazo, a realização de uma profunda reformulação educativa nas escolas fundamentais (1º ao 8º ano) existentes nas zonas rurais, incluindo em seus currículos temas relacionados aos problemas cotidianos como

produção agrícola, organização comunitária, associativismo, administração rural e educação familiar dentre outros.

Em relação à assistência técnica e extensão rural, Costa Neto (2007, p. 269) explica que é necessário que este programa esteja voltado para a “construção de um contexto de sustentabilidade compatível com a realidade dos agricultores familiares e com a compreensão do papel por eles exercido.” E esta parece ser a interlocução desejada pelos agricultores entrevistados, expressa de forma recorrente em suas falas.

“O pessoal é esforçado pra caramba e fica esquecido”

Reservamos este espaço da discussão para sinalizar alguns pontos que tangenciamos no decorrer da pesquisa, mas que não foram desenvolvidos, necessitando de um aprofundamento futuro. Procuramos estudar a questão da falta de lazer mencionada pelas pessoas entrevistadas e, através da revisão bibliográfica, observamos que o lazer quando associado à realidade rural aparece, geralmente, vinculado a atividades de turismo ou de ecoturismo, dissociado de uma atividade voltada para a população efetivamente residente.

Outro tema que nos parece relevante para ser compreendido é relativo às pressões e aos entraves existentes para a instalação de um sistema de telefonia na região. As informações que obtivemos a este respeito foram através do jornal A Voz da Serra, de circulação local. As notícias mostram que sempre na proximidade dos períodos eleitorais (municipais ou estaduais) há uma mobilização da população por parte dos políticos, mas posteriormente o assunto deixa de ser debatido e cai no esquecimento. As operadoras de telefonia, por sua vez, parecem não ter interesse comercial em custear a instalação de torres de transmissão em região de relevo montanhoso e de população reduzida. Esta situação não está restrita a Vargem Alta,

ocorrendo igualmente em outras localidades rurais do município. Cabe ressaltar, ainda, que as demandas por telefonia e demais assuntos relacionados à infra-estrutura estão previstos nos Artigos 2º e 3º do PRONAF (1996), mas pelo menos na localidade alvo de nossa pesquisa não há sinais de uma ação resolutiva.

A exposição cotidiana aos agrotóxicos e os agravos daí decorrentes constituem um grave problema para os agricultores e suas famílias, que tende a ficar velado nas entrelinhas das falas, no “ouvi dizer” [sic], “eu não sei direito, teve uns casos assim” [sic], “o veneno não é tão brabo quanto falam” [sic]. Este é outro tema que merece um estudo mais detalhado, pois como vimos no decorrer da pesquisa, há um grande constrangimento dos agricultores em tratar do assunto, que pode remeter a casos de suicídio, assim como a situações muito íntimas, como é o caso da impotência sexual masculina, dentre outros agravos.

As questões aqui apresentadas, como o uso e a exposição aos agrotóxicos; os problemas de escoamento da produção, devido às precárias condições da estrada; os embates com os órgãos ambientais; a falta de telefone fixo e de sinal para os celulares, o que impede o contato com os clientes e fornecedores, assim como o acesso a informações sobre o clima e sobre o mercado; e as dificuldades de os agricultores discutirem suas demandas na associação local, foram identificadas na complexa teia discursiva dos entrevistados, constituindo-se em pontos nevrálgicos de seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Retomando o objetivo delimitado para esta pesquisa, que foi a análise das circunstâncias que envolvem o cotidiano dos agricultores familiares de flores, em um contexto demarcado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), concluímos que, apesar de a agricultura de flores ter aumentado a renda dos agricultores familiares de Vargem Alta, o mesmo não se pode dizer em relação à melhoria da sua qualidade de vida e ao exercício de sua cidadania.

Além dos problemas de deficiência de infra-estrutura básica de serviços, os agricultores enfrentam desafios no dia-a-dia como o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes, que trazem repercussões de toda ordem para a sua saúde, e a repressão dos agentes de órgãos ambientais, sem que consigam expor os seus pontos de vista e argumentar sobre as suas práticas.

É importante lembrarmos que as diretrizes voltadas para a preservação e sustentabilidade ambientais são posteriores às diretrizes da Revolução Verde, que introduziram o uso maciço de agrotóxicos no campo, modificando radicalmente as práticas até então adotadas pelos agricultores.

Do mesmo modo, deve ser objeto de reflexão o fato de na década de 1990 ter havido no Brasil o incentivo político à agricultura familiar de flores, momento que coincidiu com pesados investimentos da Holanda na transferência de tecnologias para a cultura de flores em países da América Latina e da África, e com a isenção de 80% das tarifas aduaneiras para importação de flores pelos países da União Européia. Naquele período, a Holanda estava tendo problemas com a contaminação de seus rios e sendo alvo de críticas dos movimentos ecológicos europeus devido ao uso de agrotóxicos em suas plantações.

Muitos sinais contraditórios são emitidos para os agricultores familiares através das metas políticas para o setor. Como esperar que os agricultores de flores façam uso racional dos recursos ambientais, se ao mesmo tempo eles estão sendo estimulados a desenvolver um cultivo que contamina de forma sistemática o solo e a água das nascentes e dos rios? Como esperar que estes produtores aumentem a sua competitividade e se integrem ao mercado se não têm acesso à rede de telefonia e se as estradas onde trafegam danificam os seus caminhões e ficam intransitáveis com uma chuva mais forte? Como otimizar a produção se tudo demora, desde o licenciamento ambiental até a instalação de um relógio de luz e se falta orientação técnica? Estas e outras questões refletem-se no cotidiano dos agricultores, constituindo-se em impasses para a sua realidade de vida e de trabalho.

Segundo o pesquisador da EMBRAPA, que entrevistamos no decorrer do estudo, os agricultores de Vargem Alta precisam de ações executivas, de um plano orientador para alcançarem os seus direitos, de ferramentas para terem mais autonomia. Neste sentido, pensamos que a conquista dessa autonomia depende, em parte, de um efetivo empenho do poder público (municipal, estadual, federal) em relação às demandas dos agricultores por serviços e por orientação técnica e extensão rural.

Além disso, é fundamental que os agricultores conquistem ou reconquistem o seu espaço de participação e de representação na associação local e no CMDRS, pois como mostram Carneiro e Braga (2007, p. 251), esta participação extrapola a esfera produtivo-agrícola, evidenciando “os problemas sociais que afligem o cidadão que se relaciona com a sociedade por meio de uma multiplicidade de papéis sociais e identidades, entre elas a de agricultor.”

Tendo em vista possíveis desdobramentos futuros desta tese, consideramos ser importante, à guisa de recomendação, destacar a necessidade de confrontar os pontos de

vista expressos pelos agricultores de Vargem Alta com os de agricultores familiares de flores de outras regiões do país, de modo a conhecer os seus pontos de convergência e de divergência, assim como o alcance das metas do PRONAF em relação à sua atividade produtiva.

Outra questão que nos parece relevante para o desenvolvimento de estudos diz respeito à dissonância existente no discurso das políticas voltadas para o meio rural, onde observa-se, simultaneamente, o estímulo para o desenvolvimento ambientalmente sustentável e o estímulo para o desenvolvimento de atividades econômicas, como a floricultura, que envolvem a utilização intensiva de tecnologias altamente poluentes e lesivas à saúde humana.

Recomendamos, ainda, que seja dada especial atenção à questão do descarte das embalagens de agrotóxicos e dos plásticos usados nas estufas, fato que se constitui em um grave problema de contaminação para os agricultores de flores, para as suas famílias e para o meio ambiente. Conforme explicitado anteriormente, a legislação existente não apresenta efeitos práticos. Seria importante que fosse feito um levantamento voltado especificamente para este assunto envolvendo os municípios do país onde há produção de flores e plantas ornamentais, de modo a delinear um diagnóstico nacional e a proposição de medidas para o efetivo funcionamento do que está previsto na lei.

Resgatando os dados da pesquisa, temos que o cotidiano dos agricultores de flores de Vargem Alta contempla simultaneamente aspectos positivos e negativos. Os benefícios incidem no fato de que a “vida na roça”³⁴ ainda favorece a “vida em família” e certo distanciamento da “bandidagem” do meio urbano, assim como na percepção dos agricultores de que produzir flores “é mais leve” e economicamente melhor. Mas, viver na roça é, também, “muito brabo”, “muito difícil”. Os esforços para se atualizarem e

³⁴ Aqui, as palavras entre aspas sinalizam o modo de expressão dos agricultores/moradores de Vargem Alta.

“ganharem o mercado” esbarra em uma série de contingências, que vão da carência de tecnologias de comunicação e de informação, à precariedade da estrada, às dificuldades de atendimento pelos órgãos públicos e aos problemas de entendimento dos produtores da localidade entre si. Além disso, o seu cotidiano compreende muitos riscos, como a exposição aos agrotóxicos, aos animais peçonhentos e ao sol, assim como os acidentes com as máquinas. A estes riscos somam-se outros como as multas da Polícia Florestal e do IBAMA, os acidentes na estrada, a venda dos produtos com preços defasados, o risco de levar “calote” dos compradores e, até mesmo, o risco das “balas perdidas” nos tiroteios que eventualmente ocorrem nas proximidades do Centro de Abastecimento (CADEG), no Rio de Janeiro.

A metáfora do perfume e da náusea buscou situar, no presente estudo, esta ambivalência concernente à agricultura familiar de flores, marcada tanto pelo aceno de benefícios para os agricultores, quanto pelo mal-estar provocado pela exposição aos agrotóxicos e por inúmeros outros riscos, assim como pela falta de infra-estrutura e de tecnologias no meio rural, que permitam a competitividade e o pleno acesso ao mercado.

Finalizando e lembrando as palavras de José de Souza Martins na Introdução, diríamos que este estudo sobre os dilemas enfrentados pelos produtores de flores de Vargem Alta nos levou à compreensão do hiato existente entre as metas políticas do governo direcionadas para os agricultores familiares e a sua realidade de vida, onde as possibilidades de desenvolvimento e de autonomia ficam muito próximas e muito distantes ao mesmo tempo. Gostaríamos de ressaltar a idéia de que, para que haja de fato o fortalecimento da agricultura familiar, é necessário transcender a lógica conservadora segundo a qual o agricultor ainda é tratado como ‘pequeno’ e sua

produção é relegada ao viés da ‘subsistência’. Para que isto ocorra, o país precisa reescrever a história de sua relação política, econômica e social com a população rural.

REFERÊNCIAS

A VOZ DA SERRA. Jornal do Município de Nova Friburgo. Disponível em <http://www.avozdaserra.com.br>. Acesso em 19/04/2010.

ABELL A; ERNST E; BONDE JPE. – Semen quality and sexual hormones in greenhouse workers. **Scand J Work Environ Health** 2000a; 26(6):492-500.

ABELL A; JUUL S; BONDE JPE – Time to pregnancy among female greenhouse workers. **Scand J Work Environ Health** 2000b; 26(2):131-136.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Ed. da Unicamp, 1998.

_____. **Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão nº 702, janeiro de 2000.

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da Agricultura e Concentração Fundiária no Município de Ipanguaçu – RN**. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2005.

ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. **Documento-síntese de intervenções, pontos de destaque e propostas geradas no encontro Ética na Pesquisa com Seres Humanos: Avaliação e Propostas em Relação à Resolução CNS nº 196/96**, ocorrido na 60ª Reunião Anual da SBPC , na UNICAMP, SP, 13 a 18 de julho de 2008.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde. **Agrotóxicos e Toxicologia**. Disponível em <http://www.anvisa.gov.br>. Acesso em 04/12/2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade – a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 7ª ed., 2004.

BRASIL. Maara/Pronaf – **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**, Governo Federal. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei de Proteção dos Cultivares** – Lei 9.456 de 25 de julho de 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9456.htm. Acesso em 30/09/2009.

BREILH Jaime. Reflexiones sobre el Foro TLC y Agricultura- Chorlaví: Foro Internacional “**El TLC y la Agricultura: Dinámica y Alternativas**”, Agosto 26-28, 2004.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(1): 205-227, janeiro-abril/2004.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZOROLI, Carlos. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 312-347, jul/dez 2003.

CAMPANHOLA, Clayton e SILVA, José Graziano. Desenvolvimento Local e a Democratização dos Espaços Rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.

_____. (Editores Técnicos). **O Novo Rural Brasileiro: Novas Ruralidades e Urbanização**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. Realidade e Sentidos: dos Jecas aos Sem-Terra. **Sapiens**. Universidad Pedagógica Experimental Libertador Caracas, Venezuela, año/vol. 3, número 002, 1-22, diciembre 2002.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, nº 8, p. 70-82, abr.1997.

_____. Descendentes de Suíços e Alemães de Nova Friburgo: De “Colonos” a “Jardineiros da Natureza”. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **História de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

CARNEIRO, Maria José; BRAGA, Carolina Maria Heliodora. A Idéia de sustentabilidade no “fazer política”: o caso de um CMDRS no estado do RJ. In: LIMA, Eli Napoleão; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA, Roberto José (Org.). **Mundo Rural IV – configurações rural-urbanas: poderes e políticas**. Rio de Janeiro: EDUR/Mauad, p. 237-260, 2007.

CASTEL, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale – une chronique du salariat**. Paris: Fayard, 1995.

CASTRO, C.E.F. Cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais. **Revista Brasileira de Horticultura Ornamental**, Campinas, v.4, n.1-2, p.1-46, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidade econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHE Toxicant and Disease Database. **The Collaborative on Health and the Environment**. Disponível em <http://www.healthandenvironment.org>. Acesso em 04/12/2009.

CHIAVENATO, Julio José. **O Massacre da Natureza**. São Paulo: Editora Moderna, 1991.

CONCEIÇÃO, Fátima Figueiredo; MATTOS, Ubirajara Aluísio de Oliveira. Gestão ambiental de resíduos químicos em uma unidade produtiva familiar em Nova Friburgo – RJ. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas** – Ano 2 vol. 3, p. 25-34, mai/jun. 2007.

COSTA, Anita Aline A.; RIBEIRO, Tereza Cristina A. O associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 38, Rio de Janeiro, 2000.

COSTA NETO, Canrobert. Diversidade social e tecnológica em unidades de produção familiar. In: LIMA, Eli Napoleão; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA, Roberto José (Org.). **Mundo Rural IV – configurações rural-urbanas: poderes e políticas**. Rio de Janeiro: EDUR/Mauad, p. 261-271, 2007.

CRU, Damien. Collectif et travail de métier: sur la notion de collectif de travail. In: DEJOURS, C. (Org). **Plaisir et Souffrance Dans le Travail**. Tome I. Paris: AOCIP/CNRS, 1987.

DACORSO, Antonio Luiz Rocha; LEITE, Katia Cristina Tofoli; MOLINA-PALMA, Manuel Antonio. Inovação e competitividade: um estudo sobre a capacidade de inovar do pequeno produtor de rosas de Barbacena (MG). In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. vol. 15, n. 1, p.160-190, abril 2007.

D' ÁVILA, Maria Inácia. Os “Novos” Pobres e o Contrato Social: Receitas de Desenvolvimento, Igualdade e Solidariedade, seus Mitos, Laços e Utopias. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Vol. 50, nº 4, 1998.

DELGADO, Nelson Giordano. Negociações comerciais internacionais e agricultura familiar no primeiro Governo Lula. Avanços e impasses. In: LIMA, Eli Napoleão; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA, Roberto José (Org.). **Mundo Rural IV – configurações rural-urbanas: poderes e políticas**. Rio de Janeiro: EDUR/Mauad, p. 171-197, 2007.

DUMORA, Catherine. Viver e sobreviver numa área de Proteção Ambiental: o caso da pequena agricultura familiar em uma das comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Editora UFPR, n. 14. p. 47-67, jul./dez. 2006.

ELSHOF, Paul. **The Dutch flower sector: Structure, trends and employment**. Food World Research and Consultancy, 28 Sep. 2000. Disponível em <http://www.ilo.org/public/english/dialogue/sector/papers/flrsect/index.htm>. Acesso em 26/09/2009.

EMBRAPA. **Núcleo aproxima pesquisadores e produtores de flores e hortaliças em Nova Friburgo** (13/03/2007). Disponível em <http://www.embrapa.br>. Acesso em 15/09/2009.

FERNANDES, B. M. Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar. In: Encontro Nacional de Geografia, XIII, 2002, João Pessoa. **Anais do ENG**. João Pessoa: AGB, 2002.1 CD-ROM.

FERREIRA, F. F.; CALVOSO, G. G. e GONZALES, C. B. L. – Caminhos da Pesquisa e a Contemporaneidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 15(2), pp. 243-250, 2002.

FERREIRA, Angela Duarte D.; BRANDENBURG, Alfio; RODRIGUES, Almir S.; SANTOS, Eduardo B.; PINHEIRO, Gustavo; SILVA, Osvaldo H. Resistência e emponderamento no mundo rural. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, vol. 15, n. 1, abril 2007.

FLEMING L.E.; BEAN, J.A.; RUDOLPH, M; HAMILTON, K. Cancer Incidence in a Cohort of Licensed Pesticide Applicators in Florida. **Journal of Occupational & Environmental Medicine**. 41(4):279-288, April 1999.

FONSECA, Maria das Graças Uchoa; PERES, Frederico; FIRMO, Josélia Oliveira Araújo; UCHÔA, Elizabeth. Percepção de risco: *maneiras de pensar e agir* no manejo de agrotóxicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12 (1): 39-50, 2007.

GARCIA JR., Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, número 19, p. 40-71, outubro 2002.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, vol. 15, p. 89-122, abril 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GOMIDE, Márcia – Agrotóxico: que nome dar? **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 10 nº 4 pp. 1047-1054 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2005.

GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antonio M.; Di SABBATO, Alberto; BITTENCOURT, Gilson. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2001.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HESPANHOL, Rosângela AP. de Medeiros. **Ação coletiva no meio rural: as associações de produtores na região de Presidente Prudente**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos – O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; MELLO FRANCO, Francisco Manoel. **Minidicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1984.

_____. Globalização: Novo paradigma das ciências sociais. São Paulo, **Estudos Avançados** 8 (21), 1994.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Contagem Populacional 1996**.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Demográfico 2000**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Caracterização do Setor Produtivo de Flores e Plantas Ornamentais no Brasil 1995-1996**. Série Estudos e Pesquisas Informação Econômica, 2004.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 30/09/2009.

IBRAFLOR – **Padrão IBRAFLOR de Qualidade**. Campinas: Instituto Brasileiro de floricultura, 2000.

KIYUNA, Ikuyo; FRANCISCO, Vera Lúcia F. dos Santos; COELHO, Paulo José; CASER, Denise Viani; ASSUMPÇÃO, Roberto de; ÂNGELO, José Alberto. Floricultura brasileira no início do século XXI: o perfil do produtor. **Informações Econômicas**, v. 34, n. 4, abril 2004.

LAMARCHE, Hughes (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional – Uma realidade multiforme**. V. 1. Campinas: UNICAMP, 1993.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, José de Souza (org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Critique de la quotidienne II – Fondements d’une sociologie de la quotidienneté**. Paris, 1991.

LEVIGARD, Yvonne Elsa. **A Interpretação dos Profissionais de Saúde acerca das Queixas de Nervoso no Meio Rural – Uma Aproximação ao Problema das Intoxicações por Agrotóxicos**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)-ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2001.

MACIEL, Tânia Barros. Da sustentabilidade à Sustentabilidade do Ser: Por um Desenvolvimento Humano Durável. In: D’AVILA, Maria Inácia; PEDRO, Rosa (Organizadoras). **Tecendo o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MAGER, A. H. O Programa Frupex e a Floricultura. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 9, p. 17-18, set. 1995.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976

MARAFON, Gláucio e RIBEIRO, Miguel A.. Agricultura Familiar e Turismo Rural no Estado do Rio de Janeiro. In: **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, p. 17-60, fev. 2006.

MARQUES, Maria Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo. Ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 15, p. 5-12, outubro 2000.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2008.

MENDRAS, Henry. **As sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro - São Paulo: HUCITEC – ABRASCO, 1994.

MOREIRA, Roberto José. Críticas Ambientalistas à Revolução Verde. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro:UFRRJ/CPDA. nº 15, p. 39-52, 2000.

_____. **Agricultura Familiar: Processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro; Mauad, 1999.

MOTOS, Jaime Ramos. Holambra, La ciudad de las flores: situación actual del mercado ornamental brasileño. **Horticultura Internacional**, Terragona, n. 22, nov. 1998.

MOTOS, Jaime Ramos. **A produção de flores e plantas ornamentais no Brasil e no mundo.** Apostila, Dezembro de 2000. Disponível em http://www.pe.sebrae.com.br/Portal/interacto/documentos/flores_mundial.pdf. Acesso em 23/03/2007.

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO. **Plano Diretor Participativo.** Anteprojeto de Lei., Outubro de 2006. Disponível em: <http://200.219.213.62/~pdcom/index.php?a=categorias&id=4>. Acesso em 11/11/2009.

MUSSOI, Eros Marion. Extensão Rural: uma contribuição ao seu repensar. **Rev. Centro de Ciências Rurais**, Santa Maria, 15(1): 37-50, 1985.

OLALDE, Alicia Ruiz. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável.** Texto apresentado à Comissão Executiva do Pano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), junho 2006. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>, acessado em 07/05/2008.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PANNA. Pesticide Action Network North America/PAN **Pesticide Database.** Disponível em <http://www.pestinfo.org>. Acesso em 04/12/2009.

PATTO, Maria Helena Souza. O Conceito de Cotidiano em Agnes Heller. **Perspectivas**, São Paulo, 16: 119-141, 1993.

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. **Cotidiano e escola: a obra em construção.** São Paulo: Cortez, 1989.

PEREIRA, Jorge Luiz de Goes. Entre o campo e a cidade: amizade e ruralidade segundo jovens de Nova Friburgo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. vol. 12, n. 2, p. 322-352, outubro 2004.

PORTUGAL, Alberto Duque. O Desafio da Agricultura familiar. **Revista Agroanalysis**, março 2002.

PNUD – **Veneno dá lugar a aquecedor na agricultura**. Brasília. 02/02/2007. Disponível em <http://www.pnud.org.br>. Acesso em 28/03/2010.

PRADO JR. Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. Disponível em: <http://www.pmnf.rj.gov.br>. Acessos em 30/03/2008 e em 15/09/2009.

RESTREPO M; MUNOZ N; DAY NE; PARRA JE; ROMERO L; NGUYEN-DINH X. Prevalence of adverse reproductive outcomes in a population occupationally exposed to pesticides in Columbia. **Scand J Work, Environ and Health**, 16: 232–8, 1990.

RIO Rural. Estão chegando as flores. **Informe da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento**. Governo do Rio de Janeiro, 30 de março de 2008.

ROCHA, Jeferson Marsal da; SIMAN, Renildes Fortunato. **Desenvolvimento, Agricultura Familiar e Agroecologia no Município de Caxias do Sul: uma análise sob a perspectiva econômica, social e ambiental. Aspectos Econômicos e Sociais da Região Nordeste do RS**, Caxias do Sul: Editora da UCS, 2004, v. 01.

ROTHER, H. A. Influences of pesticide risk perception on the health of rural South African women and children. Eletronic journals: **African Newsletter on Occupational Health and Safety**, 2000-02. Disponível em <http://www.ttl.fi/Internet/English/Information/Electronic+journals/African+Newsletter/2000-02/> Acesso em 30/07/2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2ª edição, 2002.

_____. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2005.

SÁ REGO, Virgínia Villas Boas. **Mundos em Confronto: O Desenvolvimento do Capitalismo e a Educação numa Comunidade Camponesa**. Dissertação (Mestrado em Educação)-PUC, Rio de Janeiro, 1988.

SOTO, William Hector Gómez. A sociologia do “mundo rural” de José de Souza Martins. **Estudos Sociedade e Agricultura** Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA. n° 20, p. 175-198, abril 2003.

SCHIAVO, Sylvia França. **Sendas da Transição. Descendentes de Suíços em Nova Friburgo – RJ**. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense – EDUFF, 1997.

SEBRAE Nacional. - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - **Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais no Estado do Rio de Janeiro**, Maio de 2003. Disponível em Biblioteca Online: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 24/09/2009.

SILVEIRA, Rosiris B. A. **Floricultura no Brasil**. Sociedade Brasileira de Floricultura e Plantas Ornamentais, 1993. Adaptado por São José, Alcebíades R. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Disponível em <http://www.uesb.br/flower/florbrasil.html>. Acesso em 20/09/2009.

SCHWARZER, Helmut. Previdência rural e combate à pobreza no Brasil – Resultados de um estudo de caso no Pará. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ. n. 14, p. 72-102, abril 2000.

TANZO, Irene; SACHS, Carolyn. Women in Pesticide Management in the Philippines: Assumptions, Exclusions, Suggestions. In **Proceedings of the 2004 Rural Sociological Society Annual Meeting**, Sacramento, California, August 12-15, 2004.

TAMAI, Marco Antonio; LOPES, Rogério Baggioni; ALVES, Sérgio Batista. **Manejo de Pragas na Floricultura**. In: Reunião Itinerante de Fitossanidade do Instituto Biológico, 3, 2000, Mogi das Cruzes – SP. Anais. Campinas – SP: Instituto Biológico (IB), 2000. p. 77-82. Disponível em <http://www.homologa.biologico.sp.gov.br/rifib/IIIRifib/66-70.pdf>. Acesso em 30/11/2009.

TARTÉ, Rodrigo. Desafios, estratégias y opciones para la agricultura dentro de una gestion de desarrollo sostenible. In: **Desenvolvimento Social – desafios e estratégias**. Rio de Janeiro. UNESCO-UFRJ/EICOS, 1995.

TEDESCO, João Carlos; TREMEA, Odolir. Pensar o Desenvolvimento Local: O Caso da Agricultura do Município de Casca. **Teor. Evid. Econ.**, Passo Fundo, v. 5, n. 10, p. 37-66, maio 1998.

TEDESCO, João C. (Org.). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. **Terra, Trabalho e Família: Racionalidade Produtiva e Ethos Camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Ocupação e renda de famílias rurais da região serrana do estado do Rio de Janeiro**. III Seminário Novo Rural Brasileiro. Campinas, NEA – Instituto de Economia/Unicamp, 2003.

TÜCHSEN F; JENSEN AA. Agricultural work and the risk of Parkinson's disease in Denmark, 1981–1993. **Scand J Work Environ Health**, 2000 26:359–362.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ/CONEP. **Ética em Pesquisa**. Documento elaborado por VIOLANTE, Alice Dutra e PALÁCIOS, Marisa, 2009. Disponível em [http://www.pr2.ufrj.br/suporte/apresentacao/ccs\(mar\).pdf](http://www.pr2.ufrj.br/suporte/apresentacao/ccs(mar).pdf) Acesso em 29/06/2009.

VEIGA, José Eli. **A Relação Rural/Urbano no Desenvolvimento Regional**. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS – Brasil – 28 de setembro a 01 de outubro, 2004.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997.

VILELA, Sergio Luiz de Oliveira. **Qual política para o campo brasileiro? (Do Banco Mundial ao Pronaf: a trajetória de um novo modelo?)**. Trabalho apresentado no XXXV Congresso da SOBER. 03 a 07 de agosto de 1997, em Natal-RN.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João C. (Org.). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: Editora UPF, 1999.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro:UFRRJ/CPDA. nº 15, p. 87-145, 2000.

WEISHEIMER, Nilson. **Os Jovens agricultores e seus Projetos Profissionais. Um estudo de caso no bairro de Escadinha, Feliz/RS**. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-UFRGS/IFCH/PPGS, Porto Alegre, 2004.

WILKINSON, John – A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, nº 21, p.62-87, outubro 2003.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da Pesquisa “O Perfume e a Náusea: dilemas no cotidiano dos agricultores familiares de flores”, desenvolvida pela psicóloga Yvonne Elsa Levigard no Programa EICOS da UFRJ. O objetivo desta pesquisa é analisar as condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares envolvidos na produção de flores, assim como conhecer as suas idéias sobre as orientações do governo para o setor.

As informações obtidas por essa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. O que você relatar nessa entrevista será registrado, transcrito e analisado em uma tese de doutorado.

Nessa entrevista, lhe serão feitas perguntas sobre os motivos que o levaram a plantar flores, sobre o seu trabalho, sobre a repercussão da agricultura de flores na sua vida, de sua família e no povoado e, também, sobre a orientação que vem recebendo do governo. Você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Rio de Janeiro, / /2009

Assinatura da pesquisadora

Telefone: (21) xxxx-6345

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar da entrevista

Participante da pesquisa

APÊNDICE B: AS PRAGAS MAIS COMUNS NA FLORICULTURA

Fonte: Tamai et al, 2000

1. Ácaros – a principal espécie de ácaro praga em plantas ornamentais é o *Tetranychus urticae*, comumente denominado de ácaro rajado. Ele ataca as folhas, causando danos severos em diversas variedades de crisântemos, rosas e gipsofila. Outra espécie é o *Polyphagotarsonemus latus*, conhecido como ácaro branco, que provoca má-formação de folhas e flores. A sua ocorrência é comum em condições de alta umidade e calor. Ácaros do gênero *Brevipalpus* atacam as folhas das plantas, causando lesões nos tecidos, sobretudo em culturas de azaléia e orquídea.
2. Tripes – são insetos de tamanho reduzido, variando entre 0,5 e 15 mm de comprimento, e possuem coloração diversa. No Brasil, a grande maioria das espécies pertence aos gêneros *Thrips* e *Frankliniella*. Os tripes são altamente polívoros, com grande capacidade reprodutiva e de fácil dispersão pelo vento, o que proporciona uma rápida infestação de novas áreas de cultivo, sobretudo no verão. Algumas espécies são transmissoras de doenças viróticas em crisântemos.
3. Pulgões – são insetos pequenos, de no máximo 5 mm de comprimento. Os pulgões são altamente polívoros, podendo atacar diferentes espécies de flores e plantas ornamentais, sobretudo os cultivos de rosas.. Algumas espécies de ocorrência comum são *Myzus persicae* e *Aphis gossypii*. Os pulgões são geralmente encontrados na face inferior das folhas, caules e brotações, sendo importante vetores de viroses, como os mosaicos do cravo e do crisântemo.
4. Mosca-branca – são insetos pequenos, medindo de 1 a 2 mm de comprimento, que vivem na face inferior das folhas, onde se alimentam e reproduzem. A espécie mais encontrada em flores e plantas ornamentais é a *Bemisia tabaci*, além da *Liriomyza spp.* As moscas-brancas são freqüentes na cultura do crisântemo.

5. Mancha preta ou pinta preta – a *Alternaria solani* é um fungo, que é favorecido pela alta temperatura e umidade, sendo mais severo durante o verão chuvoso. Ataca as folhas e o caule das plantas.
6. Bicho mineiro – denominado *Leucoptera coffeella* consiste em pequenas lagartas de coloração branco-prateada, com pouco menos de 7 mm, que deposita os seus ovos na parte superior da folha.
7. Míldio – o *Pseudoperonospora cubensis* é o principal fungo em áreas tropicais, sendo também conhecido como mofo ou mufa. É uma das doenças mais problemáticas para a cultura de rosas. O míldio surge principalmente em condições de alta umidade relativa, em culturas muito adensadas e, também, quando ocorrem mudanças bruscas de temperatura, como na chegada de frentes frias.

APÊNDICE C: PESQUISA COMPLEMENTAR SOBRE OS AGROTÓXICOS MAIS UTILIZADOS NA FLORICULTURA, SEGUNDO OS AGRICULTORES DE VARGEM ALTA

Fontes: ANVISA; CHE Toxicant and Disease Database; PAN Pesticides Database

1. Tamaron (Methamidophos)

Classe: inseticida e acaricida

Grupo químico: organofosforado

Classificação toxicológica: I (extremamente tóxico)

Apresenta elevada toxicidade aguda; é inibidor da acetilcolinesterase, enzima fundamental para o funcionamento do Sistema Nervoso; há forte evidência de que provoca alterações hormonais; é um potencial contaminante dos mananciais d' água.

2. Forum (Dimethomorph+Chlrothalonil)

Classe: fungicida

Grupo químico: morfolina + isoftalonitrila

Classificação toxicológica: III (medianamente tóxico)

O Clorotalonil, que faz parte da fórmula deste agrotóxico, é uma substância que apresenta elevada toxicidade aguda, podendo provocar alergia e asma, além de estar associada à toxicidade fetal (genotoxicidade), à provável (B2)³⁵ carcinogênese de rins e de estômago, constituindo-se, também, como um potencial contaminante dos mananciais d' água.

3. Espalhantes adesivos (Éter poliglicólico de nonilfenol; nonyl phenol)

Estas são substâncias empregadas em pulverizações para melhorar a distribuição e/ou a penetração dos agrotóxicos. Podem ser adicionadas a qualquer herbicida, fungicida, inseticida ou fertilizante foliar. São classificadas como classe III (medianamente tóxicos), embora apresentem intensa toxicidade aguda. Além disso,

³⁵ A Environmental Protection Agency (EPA) classifica as substâncias químicas e outras substâncias existentes no ambiente em 5 categorias de acordo com a evidência científica para carcinogenicidade: Grupo A – carcinogênico humano; Grupo B (B1 e B2) – provável carcinogênico humano; Grupo C – possível carcinogênico humano; Grupo D – não classificável como carcinogênico humano; Grupo E – evidências de não carcinogenicidade em humanos.

são possivelmente genotóxicas (toxicidade fetal) e citotóxicas. Suspeita-se que estas substâncias funcionem como disruptores endócrinos.

4. Dithane (Mancozeb)

Classe: fungicida e acaricida

Grupo químico: alquilenobis (ditiocarbamato)

Classificação toxicológica: III (medianamente tóxico); II (altamente tóxico) para o meio ambiente

Apresenta elevada toxicidade aguda, com inibição da acetilcolinesterase. Pode provocar neuropatias periféricas, alterações hormonais (disruptor endócrino), além de ser genotóxico (teratogênico) e citotóxico sendo classificado pela EPA como provável carcinogênico (B2). É um produto muito perigoso para o meio ambiente, contaminando os mananciais d' água, dentre outros problemas.

5. Folisuper (Parationa-Metílica)

Classe: inseticida e acaricida

Grupo químico: organofosforado

Classificação toxicológica: I (extremamente tóxico)

Apresenta intensa toxicidade aguda, é uma substância inibidora da acetilcolinesterase, funciona provavelmente como um disruptor endócrino (hormonal), sendo considerada, também, como possível carcinogênico (C), estando associado ao desenvolvimento de câncer de pâncreas e de anemia aplástica. É potencialmente contaminante dos mananciais d' água.

ANEXO A – MEMORANDO DE APROVAÇÃO DO CONEP



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Maternidade-Escola
Comitê de Ética em Pesquisa



Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2008.

MEMORANDO DE APROVAÇÃO

Informamos a V. S^a. Comitê de Ética em Pesquisa da Maternidade-Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro – CEP/ME-UFRJ, constituído nos Termos da Resolução CNS nº 196/96 e, devidamente registrado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, recebeu, analisou e emitiu parecer sobre a documentação referente ao Protocolo de Pesquisa, conforme abaixo, discriminado:

PROTOCOLO DE PESQUISA CEP/ME-UFRJ - Nº. 21/2008
CAAE: 0016.0.361.000-08

Título do Projeto: *“O Perfume e a Náusea: Dilemas no Cotidiano dos Agricultores Familiares de Flores”*

Classificação no Fluxograma: Grupo III

Pesquisadora Responsável: Yvonne Elsa Levigard

Instituições onde o trabalho de campo se realizará: Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

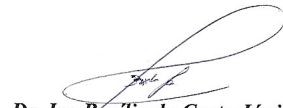
Data de recebimento no CEP/ME-UFRJ: 15/10/2008

Data de apreciação: 18/11/2008

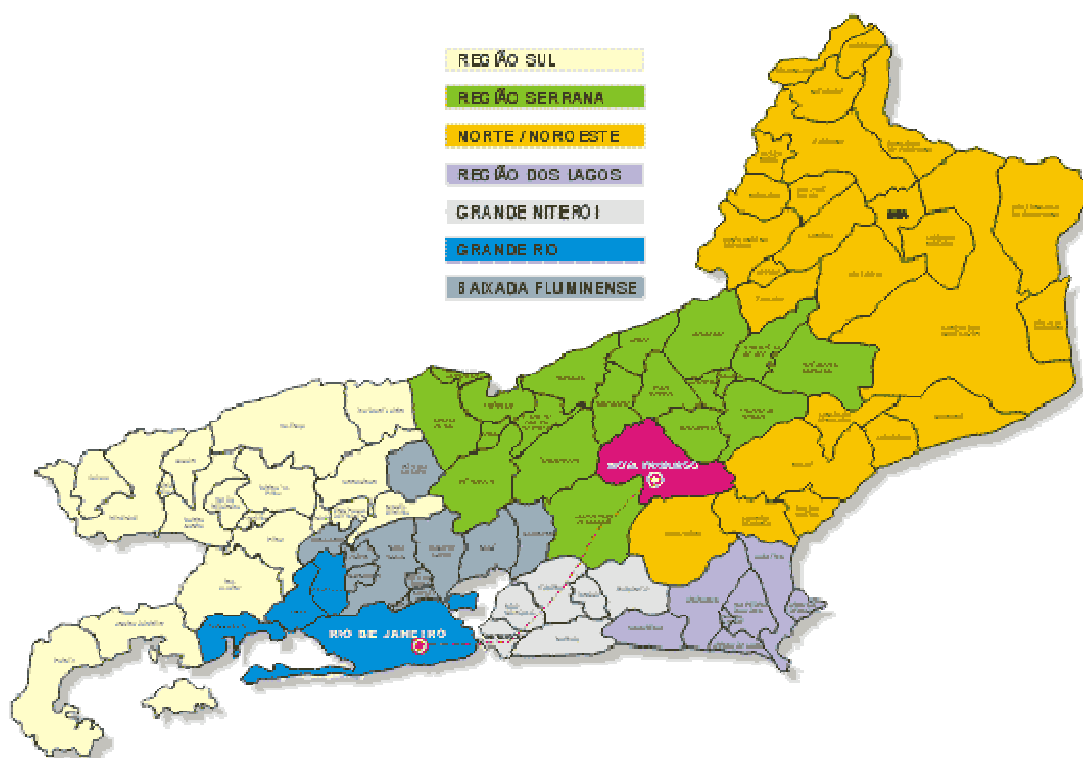
Parecer do CEP/ME-UFRJ: APROVADO

Ressaltamos que o pesquisador(a) responsável por este Protocolo de Pesquisa deverá apresentar a este Comitê de Ética um relatório das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (*item VII.13.d., da resolução CNS/MS Nº 196/96*).

Esclarecemos, que o CEP/ME-UFRJ deverá ser informado de quaisquer fatos relevantes (incluindo mudanças no método) que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador justificar caso, o mesmo venha a ser interrompido.


Dr. Ivo Basílio da Costa Júnior
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa
Maternidade-Escola da UFRJ
CRM: 52.50381-1 - SIAPE: 1186327

ANEXO B - MAPA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Localização do Município de Nova Friburgo – Região Serrana

ANEXO C: MAPA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO



Localização de Vargem Alta

ANEXO D: PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**Decreto 1946/96 | Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996**

Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere art. 84 inciso VI, da Constituição, DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Art. 2º O PRONAF assenta-se na estratégia da parceria entre os Governos Municipais, Estaduais e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações.

§ 1º A aplicação de recursos do Governo Federal no PRONAF requer a adesão voluntária dos Estados, dos Municípios, da iniciativa privada e dos agricultores familiares às normas operacionais do Programa e à efetivação de suas contrapartidas.

§ 2º As ações do Programa orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

- a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda,
- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- d) adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
- f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
- g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa;
- h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras.

Art. 3º Caberá ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento a coordenação do PRONAF, competindo-lhe, especialmente:

I - promover gestões e apoiar a reorganização institucional que se fizer necessária junto aos órgãos federais que atuem no setor, bem como junto aos Governos Estaduais e Municipais, visando o reajustamento das políticas públicas aos objetivos do Programa;

II - apoiar e promover, em parceria com os Estados, os Municípios e os agentes financeiros, linhas de financiamento para a adequação e implantação da infra-estrutura física e social necessária ao desenvolvimento e continuidade da agricultura familiar;

III - propor mecanismos mais adequados à concessão de crédito aos agricultores familiares, orientando-os sobre os respectivos procedimentos de acesso e de reembolso;

IV - levar em consideração, na formulação das políticas de preços agrícolas, a realidade da agricultura familiar, promovendo, ademais, a criação de centros primários de comercialização e a redução da cadeia de intermediários;

V - promover ações para a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares e de suas organizações e parceiros, de modo a proporcionar-lhes os conhecimentos, habilidades e tecnologias indispensáveis ao processo de produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização, assim como para a elaboração e acompanhamento dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural - PMDR;

VI - assegurar o caráter descentralizado de execução do PRONAF e o estabelecimento de processos participativos dos agricultores familiares e de suas organizações na implementação e avaliação do Programa.

Art. 4º O PRONAF será constituído por organismos co-participantes, cujas ações confluirão para os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR, Conselhos Estaduais do PRONAF e Conselho Nacional do PRONAF.

§ 1º Integram a estrutura do PRONAF, no plano municipal, mediante adesão voluntária:

a) a Prefeitura Municipal, cabendo-lhe:

1. instituir, em seu âmbito, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR e o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR;
2. participar do CMDR e da execução, acompanhamento e fiscalização das ações do PMDR;
3. celebrar acordos, convênios e contratos no âmbito do PRONAF;
4. aportar as contrapartidas de sua competência;
5. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

b) o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, o qual terá como membros, representantes do poder público, dos agricultores familiares e das entidades parceiras, inclusive das vinculadas à proteção do meio ambiente, cabendo-lhe:

1. analisar a viabilidade técnica e financeira do PMDR e o seu grau de representatividade das necessidades e prioridades dos agricultores familiares;
2. aprovar em primeira instância o apoio do PRONAF a projetos contidos no PMDR, relatando o Plano à Secretaria Executiva Estadual do PRONAF;
3. negociar as contrapartidas dos agricultores familiares, da Prefeitura Municipal, do Estado e dos demais parceiros envolvidos na execução do PMDR;
4. fiscalizar a aplicação dos recursos do PRONAF no município;
5. articular-se com as unidades locais dos agentes financeiros com vistas a solucionar eventuais dificuldades na concessão de financiamentos aos agricultores familiares, relatando ao Conselho Estadual do PRONAF sobre os casos não solucionados;
6. elaborar e encaminhar à Secretaria Executiva Estadual do PRONAF pareceres e relatórios periódicos sobre a regularidade da execução físico-financeira do PMDR;
7. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

c) os agricultores familiares, aos quais cabe:

1. apresentar e priorizar suas demandas;
2. participar da execução do PRONAF;

3. aportar as contrapartidas de sua competência;

d) as organizações de agricultores familiares, cabendo-lhes:

1. formular propostas de ação compatibilizadas com as demandas dos agricultores;
 2. participar da elaboração e da execução do PMDR e do acompanhamento e fiscalização das ações do PRONAF;
 3. celebrar e executar acordos, convênios e contratos com órgãos da administração pública e entidades parceiras privadas;
 4. aportar as contrapartidas de sua competência;
- e) as entidades parceiras, públicas e privadas, que direta ou indiretamente desenvolvam ações relacionadas com o desenvolvimento rural e a proteção ambiental, cabendo-lhes:
1. participar da elaboração e da execução do PMDR, dentro de suas áreas de atuação específica;
 2. aportar as contrapartidas de sua competência;
 3. colaborar na elaboração de relatórios de execução físico-financeira do PRONAF.

§ 2º Integram a estrutura do PRONAF, no plano estadual, mediante adesão voluntária:

a) o Governo Estadual, cabendo-lhe:

1. instituir, em seu âmbito, o Conselho Estadual do PRONAF, e sua Secretaria Executiva;
2. participar da execução, do acompanhamento e da fiscalização do Programa no âmbito estadual;
3. celebrar acordos, convênios e contratos com órgãos da administração pública e com entidades parceiras privadas;
4. aportar as contrapartidas de sua competência;
5. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

b) o Conselho Estadual do PRONAF, o qual terá como membros representantes, no âmbito estadual, do poder público, das organizações dos agricultores familiares e das entidades parceiras, inclusive das vinculadas à proteção do meio ambiente, cabendo-lhe:

1. analisar o apoio do PRONAF a projetos contidos nos PMDR, relatando os Planos à Secretaria Executiva Nacional do PRONAF;
2. promover a interação entre o Governo Estadual, os Governos Municipais e as entidades parceiras, com vistas à obtenção de suas contrapartidas aos PMDR;
3. acompanhar e avaliar a execução do PRONAF no âmbito estadual;
4. elaborar propostas de políticas públicas a serem encaminhadas aos órgãos da administração estadual e federal;
5. articular-se com as unidades administrativas estaduais dos agentes financeiros, com vistas a solucionar eventuais dificuldades encontradas, a nível municipal, na concessão de financiamentos aos agricultores familiares, relatando ao Conselho Nacional do PRONAF sobre os casos não solucionados;
6. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

c) a Secretaria Executiva Estadual do PRONAF, a ser chefiada por Secretário Executivo Estadual designado pelo Governo do Estado, cabendo-lhe:

1. analisar os PMDR, relatando-os ao Conselho Estadual do PRONAF;
2. implementar decisões do Conselho Estadual;
3. monitorar e avaliar a execução dos PMDR, relatando ao Conselho Estadual;
4. emitir pareceres técnicos.

§ 3º Integram a estrutura do PRONAF, no plano nacional:

a) o governo federal, por intermédio do Conselho Nacional do PRONAF e sua Secretaria-Executiva, que funcionará no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento;

b) o Conselho Nacional do PRONAF, cabendo-lhe:

1. aprovar o seu regimento interno;
2. definir diretrizes nacionais para o PRONAF;
3. propor a adequação de políticas públicas às necessidades da agricultura familiar;
4. recomendar normas operacionais para o Programa;
5. identificar fontes de recursos para o PRONAF;
6. recomendar critérios para a alocação e aplicação de recursos;
7. aprovar a programação físico-financeira anual do PRONAF e apreciar os pertinentes relatórios de execução;
8. examinar estudos de avaliação do PRONAF e propor redirecionamentos;

c) a Secretaria Executiva Nacional do PRONAF, a ser exercida pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento e chefiada por um Secretário Executivo Nacional designado pelo titular da Pasta, cabendo-lhe:

1. implementar decisões do Conselho Nacional do PRONAF;
2. analisar e aprovar o apoio do PRONAF a projetos contidos nos PMDR;
3. propor normas operacionais para o Programa;
4. promover estudos com vistas à adequação de políticas públicas às necessidades da agricultura familiar;
5. elaborar a proposta de programação físico-financeira anual do PRONAF, monitorar e avaliar sua execução, relatando ao Conselho Nacional;
6. receber pedidos, preparar acordos, convênios e contratos e promover a liberação de recursos para o financiamento dos projetos aprovados no âmbito dos PMDR;
7. emitir pareceres técnicos;
8. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

d) as Delegacias Federais da Agricultura - DFA, cabendo-lhes:

1. assessorar os Estados, as Prefeituras Municipais, as organizações de agricultores familiares e as entidades parceiras, na elaboração dos processos para celebração de convênios, no âmbito do PRONAF, com o Ministério da Agricultura, instruindo-os quando aprovados;
2. fiscalizar a aplicação dos recursos dos convênios de que trata o item anterior;
3. emitir pareceres técnicos sobre a execução dos convênios antes referidos;
4. promover a divulgação e articular apoio institucional ao PRONAF;

e) os órgãos e entidades de âmbito nacional, públicos e privados, vinculadas à agricultura e à proteção do meio ambiente, cabendo-lhes:

1. participar, mediante articulação da Secretaria Executiva Nacional do PRONAF, de estudos e debates com vistas à adequação de políticas públicas à realidade sócio-econômica da agricultura familiar;
2. mobilizar recursos financeiros, materiais e humanos, em suas respectivas áreas de atuação, para o apoio às ações do PRONAF;
3. participar da operacionalização, acompanhamento e avaliação do Programa, segundo suas atribuições e aptidões institucionais;

4. mobilizar e orientar suas unidades estaduais e municipais, no sentido de integrá-las na operacionalização dos PMDR.

Art. 5º Integram o Conselho Nacional do PRONAF:

I - o Secretário Executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que será o seu Presidente;

II - um representante do Ministério do Planejamento e Orçamento;

III - um representante do Ministério da Fazenda;

IV - um representante do Ministério do Trabalho;

V - um representante da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento;

VI - um representante da Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária.

§ 1º Poderão ainda integrar o Conselho Nacional do PRONAF um representante de cada entidade a seguir indicada:

a) Fórum dos Secretários Estaduais de Agricultura;

b) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

c) Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;

d) Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER.

§ 2º Os membros do Conselho Nacional do PRONAF serão designados pelo Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades representados.

§ 3º O Conselho Nacional do PRONAF deliberará por maioria simples, presente, no mínimo, a metade de seus membros.

§ 4º Nas deliberações do Conselho, o seu Presidente terá, além do voto ordinário, o de qualidade.

§ 5º Em suas ausências e impedimentos, o Presidente do Conselho indicará seu substituto, dentre um dos representantes do Governo Federal.

§ 6º A participação no Conselho não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.

§ 7º Das reuniões do Conselho poderão participar, sem direito a voto e a convite de seu Presidente, especialistas, autoridades e outros representantes dos setores público e privado, quando necessário ao aprimoramento ou esclarecimento de matéria incluída na ordem do dia.

Art. 6º O financiamento da produção dos agricultores familiares e de suas organizações será efetuado pelos agentes financeiros, no âmbito do PRONAF, segundo normas específicas a serem estabelecidas para esse fim nas instâncias competentes e de modo a atender adequadamente às características próprias desse segmento produtivo, contemplando, inclusive, a assistência técnica.

§ 1º Nos financiamentos de que trata este artigo, será dado prioridade ao investimento e ao custeio associado ao investimento de propostas de candidatos localizados em municípios nos quais já tenham sido instituídos os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR e os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural - PMDR, sem exclusão, porém, dos financiamentos para custeio isolado e, ainda, de candidatos localizados nos demais municípios, na medida das disponibilidades de recursos.

§ 2º As propostas de financiamento apresentadas pelos agricultores familiares e suas organizações prescindem do exame pelos Conselhos do PRONAF e devem ser submetidas diretamente ao agente financeiro, a quem cabe analisá-las e deferi-las, observadas as normas e prioridades do Programa.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Arlindo Porto Neto